

GOVERNADOR DO ESTADO

SINVAL GUAZZELLI

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

José Augusto Amaral de Souza

CHEFE DA CASA CIVIL

Carlos Alberto Allgayer

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO

Enio Vilanova Castilhos

CHEFE DA CASA MILITAR

Itaborá Pedro Barcellos

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

José Sperb Sanseverino

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Jorge Babot Miranda

**SECRETÁRIO DO INTERIOR,
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E OBRAS PÚBLICAS**

Octávio Germano

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA

Getúlio Marcantônio

**SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA**

Airton Santos Vargas

**SECRETÁRIO DA
ADMINISTRAÇÃO**

Oscar Machado da Silva

**SECRETÁRIO DA SEGURANÇA
PÚBLICA**

José Paiva Portinho

**SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

Cláudio Ennio Strassburger

**SECRETÁRIO DO TRABALHO E
AÇÃO SOCIAL**

Carlos Alberto Chiarelli

SECRETÁRIO DA SAÚDE

Jair Oliveira Soares

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Firmino Girardello

**SECRETÁRIO DE ENERGIA,
MINAS E COMUNICAÇÕES**

Walter Jobim Filho

**SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO
E PLANEJAMENTO**

Eduardo Emílio Maurell Müller

SECRETÁRIO DE TURISMO

Mário Bernardino Ramos

Senhor Presidente

No cumprimento do artigo 66, item XIV, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a esse nobre Poder Legislativo a presente Mensagem sobre os negócios do Estado, a qual anexo o Relatório sobre as atividades do Executivo durante o ano de 1976.

Ao assim fazê-lo, pela segunda vez em meu Governo, e ao refletir sobre o trabalho administrativo aqui referido, sinto mais uma vez, e vivamente, a capacidade de superação dos entraves aos nossos anseios de expansão, à base de um trabalho permanente, guiado pela criatividade e pela tenacidade de nosso povo.

Essencial ao governante – daí porque faço desta uma oportunidade a mais para compartilhá-la com os legisladores de minha terra, – é a percepção das condições sociais, econômicas, infra-estruturais, administrativas e, mais ainda, as políticas e culturais que se contém na gente que ocupa o território sob sua jurisdição. Por meio delas sentirá a gama e o grau das suas necessidades, da sua força empreendedora; valorizará os vínculos culturais com o passado, os compromissos para com o futuro; pesará a sua reação ao novo, a sua receptividade às coisas que vêm de fora. Por isso é que esta Mensagem, que pretende refletir mais especificamente os fatos havidos durante o segundo ano desta administração, abarca considerações mais amplas, que nada mais são do que o cenário onde a obra do homem rio-grandense é elaborada no dia-a-dia. Daí será mais fácil compreender que o trabalho de hoje se liga, física e animicamente, às realizações de ontem, aos atos e decisões que gestaram esta terra e esta gente; mas que, também, nada do que hoje se executa e realiza deixará de se projetar para o futuro.

Sei que os atos de governo são atos humanos, impregnados tanto de razão como de emoção, de juízos forjados em situações reais, em idéias atuais e em expectativas de resultados favoráveis à comunidade, a curto, a médio e a longo prazos. E, no Rio Grande, haverão de se ajustar sempre ao modo de ser e de agir dos gaúchos, que acreditam no crescimento e em mudança no contínuo processo de desenvolvimento; que não esperam o milagre das riquezas fáccis e súbitas; que repelem iluminismos. Esperam apenas que sejam favoráveis as resultantes das decisões, porque estas tenham sido tomadas em consonância com expectativas reais da população, em conjunto com ela, como parte dela. E, que sempre signifiquem progresso avanço.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado NIVALDO SOARES
Digníssimo Presidente da
Assembléia Legislativa do Estado
NESTA CAPITAL

Mais uma vez renovo e acresço minha fé na força criadora deste povo, observando as respostas encontradas aos desafios de fatores exógenos desfavoráveis, através do uso adequado de sua capacidade produtiva, alimentada em programas governamentais e da iniciativa privada drenados de qualquer pessimismo.

Anos difíceis sempre estiveram presentes na história social, política e econômica do Rio Grande do Sul, alternando-se com os tempos de fartura. E as resultantes das dificuldades vencidas ontem estão presentes aqui, agora, no progresso equilibrado e no padrão de vida da sua população autoconfiante.

Esta constante tem conferido ao Estado uma economia capaz de crescimento mesmo sob condições circundantes menos favorecedoras. É uma realidade dentro do quadro federativo, respaldada na larga experiência de seu povo de rica etnia e conhecedor de sua terra e de seu clima. Com fundas raízes agro-pastoris, nas quais só tem visto razões de orgulho e de realização, encontra nestas atividades, a cada ano, renovados motivos para prosseguir na luta que não esmorece, embora, os tropeços de ocasionais frustrações.

Se isso torna sua renda interna grandemente ligada ao amanhã da terra, ao manejo dos gados – mais do que a do País como um todo – sabe que tem sido esta circunstância que, ao longo do passado, firmou uma maneira de agir que tem contribuído destacadamente para o fortalecimento do Produto Interno Bruto nacional. Com sua pauta de exportações diversa da do País, ganhou o Estado um dinamismo diferenciado e quase infenso a eventuais retraimentos do PIB, ocasionados pelas oscilações nas exportações brasileiras determinadas por conjunturas mercadológicas internacionais.

Exportando essencialmente produtos primários de inegável qualidade e procura externa, o Rio Grande, com seu poder de compra, investe no mercado interno, importa do centro bens de consumo não essenciais, auxiliando no abrandamento de crises eventuais e cooperando para o soerguimento do Produto Interno brasileiro.

É certo – e auspicioso, também – que, gradualmente, decresce a participação do setor primário na formação de nossa renda interna, em favor da expansão do setor secundário (nos últimos 30 anos essa participação baixou de 41 para 28%, enquanto o setor terciário mantém-se em torno de 50%). Auspicioso, especialmente, porque a produção primária continua a crescer em áreas de plantio e em produtividade a taxas satisfatórias, apesar da concorrência advinda das imensas regiões do centro, do oeste e de áreas da própria região Sul, nestas inclusive com a experiência e as mãos de agricultores gaúchos.

Tal dinâmica se acentua no setor lavoureiro, mais sensível às pressões sobre a taxa de rentabilidade do capital, pois que ocorre densamente em regiões onde é maior a fragmentação da propriedade e onde há grande permeabilidade às inovações tecnológicas traduzidas em insumos, defensivos, maquinaria, técnicas e saneamento agrícolas, e aos estímulos de mercado.

Esses fatores vão produzindo transformações estruturais de vulto na produção física de nossos campos, alterando as colocações de nossos principais produtos, quando a soja eleva, em dez anos, a sua participação de 5,5 para 35%, ocupando hoje 40% da área cultivada do Estado. Enquanto isso, na última década, a área de lavoura se expandiu em mais 86%. Todavia, a taxa de aumento da produção lavoureira não ultrapassou, no citado período, a 70%, a significar que a produtividade dos campos não aumentava ao ritmo da produção.

Sensível a esse quadro, o Governo agilizou ainda mais seus instrumentos promocionais de pesquisa e de técnicas de plantio, visando a conduzir a lavoura a resultados mais rentáveis, mais compatíveis com a experiência de nosso agricultor e com as condições favoráveis de clima e solo existentes no Estado. E, assim, o ano de 1976 já apresentou concretos resultados dessa política de mãos dadas do Governo com o produtor. A ocupação de terras para a lavoura, que crescia a um nível médio anual de 9%, baixou para 1,39% neste último ano, enquanto a produção se elevou em 11,12% – a atestar a melhoria média geral da produtividade, em 1976, de 9,84%, índice expressivo e alentador para um Estado como o nosso, que tem seu território literalmente ocupado.

Por sua vez, o destino crescente de nossos produtos para o exterior (em 1960, 91% supria o mercado interno; em 1976 esta taxa baixou para 53%), faz com que 15% do que produzimos no Estado seja exportado para o exterior, índice mais elevado que o do País, que exporta 13% de sua produção.

Esta tradicional vocação para as coisas do campo não tem colocado o riograndense em posição alheia à industrialização.

Se nos capacitamos a absorver programas do Governo Federal para a área, e que dizem essencialmente com indústrias de base e dinâmicas, vamos, também, aperfeiçoando nosso parque tradicional e enfatizando a criação de plantas dinâmicas, atendendo a outra vocação do homem destas plagas: a técnica. A mão-de-obra qualificada aqui existente – e em substancial parte oferecida a outros Estados – dá firme sustentação aos setores metal-mecânico, químico e eletro-eletrônico, que vêm apresentando desenvolvimento realçado e vão disputando com as indústrias de transformação tradicional (alimentação, vestuário, madeiras, couros) a liderança setorial.

Alie-se a esse natural crescimento do setor secundário em nosso Estado a constatação de que, com base nas relações produção/capital incremental e aplicados indicativos constantes do II PND, o esforço para a reprodução ampliada do produto sulino requer 20% menos de capital do que a média brasileira, bem como menos quotas de componentes importados do que a indústria nacional.

Revelam-se, então, para o Estado, excelentes opções para investimentos na área industrial, face a custos de oportunidade internos e externos mais favoráveis, e que servem vantajosamente ao impulso do processo brasileiro de substituição de importações.

Abertos os caminhos para a revisão estrutural do setor, verifica-se que a indústria de transformação tradicional, dependente, via de regra, do setor primário, cede lugar para a indústria dinâmica, que, em 1950, produzia apenas 16% da renda do setor, e, hoje, já atinge a 40%.

Assim, muito embora tenha persistido o Rio Grande em seu modelo primário-exportador, agora aperfeiçoa, salienta e expande o seu parque industrial, colocando à disposição deste a indispensável infra-estrutura básica.

A verdade é que o Rio Grande apresenta condições peculiares para o exercício de instrumentos diferenciados de política econômica, respondendo com sensível grau de autonomia às oscilações da economia brasileira.

Contribuindo com cerca de 10% da geração da renda interna do País, participa o Rio Grande do Sul na geração da riqueza nacional, além disso, com significativos recursos de toda ordem, com a experiência de seus agricultores, que têm ocupado áreas pioneiras dos Estados da região Sul, do Mato Grosso, e, agora, de Goiás e da Amazônia; com a capacidade gerencial e de liderança de seus homens em atividades públicas e privadas; com o conhecimento, comprovado por gerações, das coisas da terra, e na organização de parques manufatureiros; e com a melhoria dos índices das exportações nacionais.

A diversidade de seu aparelho produtivo reflete uma zona de transição geográfica, a produzir bens que tanto contribuem para o abastecimento do País, como incrementam, pela qualidade de exportação, a sua capacidade de importar.

Integrados na comunhão nacional, dando-lhe o melhor de seus esforços, convivendo com os mesmos ideais de justiça social, de paz e de trabalho criador e instrumento de aperfeiçoamento individual e coletivo, os riograndenses reafirmam, a cada dia, os seus compromissos com o futuro do País.

Assim, governar o Rio Grande do Sul cercado do patriotismo de seus homens, é tarefa que se faz árdua pela consciência da responsabilidade de comandar uma força bem estruturada e empenhada na construção de uma sociedade mais justa. É conceber estratégias à vista de realidades, de obstáculos, e do desejo de eliminar etapas na plena conquista das verdadeiras aspirações coletivas. E tem acontecido, neste caminhar, que a toda programação que se venha a oferecer ao povo desta terra — provinda ela de orientações governamentais ou de fatos oriundos de nossa própria dinâmica social — recebe como resposta a absorção plena dos recursos e o resultado almejado.

Por isso, permita-me, Senhor Presidente, em rápida síntese, atentar para algumas orientações que, transformadas em programas e ações da Administração Direta e da Indireta, significaram maior instrumentação entregue ao povo riograndense para que, em que pesem dificuldades encontradas, levasse avante sua caminhada no desenvolvimento.

Todo planejamento está indissoluvelmente ligado à idéia primeira de promoção do homem. Na área social, mais especificamente, as providências promocionais não podem ser isoladas nem estanques, porquanto existe uma profunda relação entre mão-de-obra, emprego, distribuição equitativa de renda, incentivo ao associativismo, valorização do trabalhador e política de atendimento ao menor.

Por isso, em seu plano de ação social, o Governo busca canalizar as potencialidades da comunidade, interiorizando ao máximo a participação estatal no aperfeiçoamento do trabalhador, notadamente em cidades que polarizam regiões microeconômicas, fazendo com que se realizem múltiplos e intensivos cursos de preparação de mão-de-obra. Assim, 3.523 cursos, abrangendo 47.763 alunos em todo o Estado, voltados ao aprimoramento profissional do trabalhador do campo e da cidade, além de palestras e seminários realizados em 150 municípios e com a participação de 4.817 pessoas – relacionados com Segurança do Trabalho e Técnicas de Planejamento e Organização do Trabalho – foram realizados em 1976.

Também teve início, no referido ano, a execução do Programa Estadual de Emprego, que ampliará em muito a atividade de organização do mercado de trabalho no Estado, no qual, sinale-se, não existe o quadro de desemprego. E as 26 "Semanas de Promoção dos Trabalhadores Rurais" realizadas, atingiram a 52.000 beneficiários.

Sendo o homem a razão final de toda a atividade estatal, desdobra o Governo programas que visam a assistir ao marginalizado, outorgando-lhe condições existenciais compatíveis com a dignidade que lhe é inerente. E, como resultado do processo de mudança social, os problemas da criança carente e da velhice adquirem vulto, merecendo especiais atenções governamentais.

Especificamente no que tange ao menor, desenvolveu-se ampla programação, conjugando a ação do poder público com a esfera privada e enfatizando a área preventiva (28.366 menores atendidos) sobre a terapêutica (7.584 atendimentos). Tais procedimentos foram superiores em 68,64% aos verificados em 1975. Destaque-se, ainda, o treinamento profissional conferido aos menores assistidos e sua colocação subsequente no mercado de mão-de-obra.

A habitação de natureza social, problema complexo num mundo que se urbaniza celeremente, apresenta déficits consideráveis de unidades domiciliares e, também, carência de serviços de utilidade pública a elas ligadas. O Estado detém-se mais especificamente na oferta de habitação às famílias de renda inferior a 6 salários-mínimos, buscando também implantar novos núcleos em áreas de fácil acesso aos locais de trabalho, enquanto atende a conjuntos já concluídos, recuperando-os e os dotando de serviços comunitários essenciais. Em 1976, 11 núcleos já

foram beneficiados, de um programa de 41, e 6.679 moradias novas encontraram andamento, delas tendo sido entregues 633. Mais 23.615 casas se encontram com projetos em elaboração, beneficiando o programa global a 95 municípios e 40.845 famílias de baixa renda.

A formação de recursos humanos em todas as suas dimensões é uma questão estratégica, pois que repousam sobre eles os encargos do desenvolvimento. De sua aptidão e eficácia dependerá a ampliação do horizonte de possibilidades do Estado, o que justifica, com sobras, o esforço coletivo que, com essa formação, venha a ser despendido. Mesmo que o Estado detenha vantagem em força de trabalho especializado e semi-especializado, em comparação com outras unidades da Federação, as solicitações do futuro próximo prevêem envolvimento de grandes diversidades, por isso que a aceleração do crescimento depende, cada vez mais, do conhecimento.

Buscando a eficácia dos métodos de ensino, analogicamente ao mundo produtivo, aperfeiçoando a escala de valores na solução da problemática educacional, colocando a qualidade no núcleo central da política educacional, quer o Estado utilizar o bem mais precioso dentro da escala de valores da sociedade – a inteligência humana – como garantia de um futuro de justiça e de bem-estar social.

Assim, no que tange ao ensino de 1º grau, busca o Governo elevar a taxa de escolarização e reduzir a evasão do fluxo do 1º para o 2º grau. Neste grau, é mister aumentar o número de matrículas e implantar novas tecnologias, ajustando o ensino também à demanda do mercado de trabalho, bem como incentivar o ensino supletivo comum e especializado. Para tanto, 14.800 professores foram nomeados ou contratados, em 1976, e realizado o maior concurso já havido no Estado – mais de 28.000 candidatos – para suprir os 16.800 cargos criados nos diferentes níveis de habilitação. O aperfeiçoamento do mestre e sua carreira levaram à promoção de mais de 10.000 professores dos quadros do Estado, e a concessão de milhares de licenças para qualificação profissional de professores, com a concessão de bolsas.

Foi iniciada a construção de 192 escolas rurais em 180 municípios e criadas mais de três dezenas de escolas de 2º grau, dentro da meta de levar esse nível de ensino a todos os municípios riograndenses, que ganharam mais 14 escolas polivalentes, além de 942 salas de aula em 375 novas escolas.

A pesquisa científica, notadamente nas áreas da agricultura e da pecuária, tem sido objeto de especial atenção do Governo, em sua missão de oferecer facilidades à qualificação profissional, o que leva a distribuir auxílios e bolsas para o aperfeiçoamento a nível universitário. A criação do Programa Integrado da Pesquisa Agropecuária mobilizou 600 técnicos e 23 instituições públicas e privadas no estudo das peculiaridades

de nosso solo, de nossas culturas de grãos, frutos e forrageiras e de nossos rebanhos, buscando acrescentar à produção dos campos sempre mais qualidade e produtividade, na geração da tecnologia nas mais diferentes linhas de pesquisa. Tal faina se estende também ao setor secundário, por via de bolsas e convênios com Universidades e entidades paraestatais, especializando técnicos gaúchos em setores os mais diversificados, que dizem com a sofisticação de nosso parque tradicional e com a expansão de nossas indústrias dinâmicas, a fim de que cada vez menos dependamos do "knowhow" de fora.

Cuida o Governo, também, do fomento de atividades artístico-culturais, pois que, dado o grau de cultura de nossa gente, constituem fundamental complemento da educação, da formação intelectual e de elevação espiritual do cidadão. Ademais, a preservação de nosso patrimônio histórico e antropológico tem merecido constante atenção, entendido que o conhecimento reverente do passado constrói por encadeamento com as ações do presente e sobre valores imperecíveis que são parte da alma coletiva do Rio Grande.

Usando os instrumentos com que já conta – e que passam por permanente adequação de meios e fins, para sempre melhor oferecer ao interesse público promoções do mais alto significado – vem restaurando e conservando prédios históricos que guardam acervo valioso de nossos costumes e tradições, como o Teatro São Pedro, o Museu Júlio de Castilhos, o Solar do Barão de São Leopoldo, o Museu Bento Gonçalves. Acrescenta novas obras ao acervo do Museu de Artes do Estado, para o qual obterá este ano instalações condignas às atividades didático-promocionais que realiza, as quais, em 1976, ultrapassaram a 170 exposições diversas, além de cursos, palestras e audiovisuais voltados para a ilustração artística de nossa juventude.

A OSPA e o Governo atenderam aos reclamos musicais eruditos da população, propiciando a esta, na capital e no interior, 309 concertos e recitais com artistas nossos e de fora, o mesmo observando na área teatral e cinematográfica, patrocinando mais de 1200 espetáculos, afora 138 apresentações de caráter folclórico, – o que atingiu a um público superior a 1.100.000 pessoas.

Por sua vez, os padrões de sanidade da gente riograndense são resultantes de real entrosamento, coordenado pelo Estado, das esferas federal, estadual e municipal, com suas instituições voltadas – na perspectiva do Plano Estadual de Saúde – para o mesmo superior desiderato de manter, no Rio Grande do Sul, o mais elevado índice de sanidade física e mental de seu povo.

Através de programas preventivos, didáticos, terapêuticos, com elaboração e distribuição de medicamentos e assistência, o Poder Público atinge a toda a população riograndense, com dezenas de

programas que mobilizam constantemente milhares de agentes da saúde popular. Dessa maneira, 1.650.000 pessoas foram atendidas nas unidades sanitárias implantadas em todo o Estado; foi dado atendimento odontológico a 400.000 e realizados 79.000 exames laboratoriais; e 78.000 leitos foram comprados pelo Governo para o combate à desidratação de verão. Foram inspecionadas 130.000 toneladas de gêneros alimentícios, sendo 86.000.000 de litros de leite e 12.000.000 de quilos de carnes; fabricados, para distribuição popular, 31.000.000 de comprimidos, 2.000.000 de ampolas de antibióticos; vacinas aplicadas, mais de 3.000.000.

Também na busca de melhorar os padrões sanitários de vida das populações, uma das respostas necessárias está no abastecimento de água tratada e na implantação de redes de esgoto. Embora o Estado já tenha atingido os objetivos do II PND para o País (dotar 80% das populações citadinas com serviços de abastecimento d'água) entende o Governo que tais índices devam ser acrescidos, para que nenhuma cidade fique sem o seu sistema de abastecimento, e, sempre que possível, com águas fluoradas.

A atividade estatal na área ligada à Justiça e ao penitenciarismo preocupou-se essencialmente com a ressocialização do apenado, através de medidas que possibilitassem o crescimento eficiente da ação pública no exercício de funções ligadas à execução da pena.

Nesse sentido, o Governo do Estado prosseguiu no plano de construção de presídios, estando praticamente concluídos, para inauguração no início do atual exercício, os de Frederico Westphalen, Bagé, Santa Cruz, São Sepé e Passo Fundo. Procedeu ainda continuidade aos programas de preparação de recursos humanos específicos para o setor penitenciário, e da institucionalização gradativa de um programa assistencial de reintegração do apenado na sociedade.

De outro lado, o Poder Público, na sua atividade de apoio à infra-estrutura do Poder Judiciário, não só dedicou especial atenção às condições físicas e materiais dos serviços de justiça, havendo concluído os foros de Rosário do Sul, Vacaria e Júlio de Castilhos, e ampliando e reapearelhando, entre outros, os foros de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Rio Grande, como também ofereceu aos membros do Poder Judiciário todo o apoio e prestigiamento para o exercício de suas relevantes funções.

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul registrou capitais relativos às sociedades anônimas num montante de Cr\$ 341.495.000,00, o que equivale a 39,65% de acréscimo em relação ao total do ano anterior, enquanto que as sociedades limitadas apresentaram um acréscimo de 39,28% em relação a 1975 e as firmas individuais 23,68%, elementos esses que evidenciam o crescimento do setor econômico privado dentro do desenvolvimento global do Estado.

O crescente índice de criminalidade preocupou o Governo do Estado, que desenvolveu, no exercício de 1976, programas e atividades que visaram a assegurar paz e tranquilidade à população.

A descentralização de órgãos e unidades policiais no interior do Estado, delegacias de polícia, postos centralizados de identificação, o desenvolvimento de um sistema de telecomunicações, se inserem entre as diversas medidas adotadas pelo setor público no aperfeiçoamento da ação policial, que abrange 232 municípios do Estado através de seus 320 órgãos operacionais.

Com referência à atividade policial militar, o Governo do Estado visou a dar maior operacionalidade às unidades de serviço judicial militar na capital e interior, que compreendem 14 batalhões, 6 regimentos, 5 grupamentos de incêndio, 1 grupo de Busca e Salvamento, 8 Centros de Serviço e Suprimentos, 4 Diretorias – Finanças, Saúde, Apoio Logístico e Pessoal – 2 Hospitais, 2 Laboratórios, 1 Academia Militar, 2 Escolas e 2 Companhias de Polícia Militar.

O efetivo policial militar constituiu preocupação no Setor Público, não só no preparo e aperfeiçoamento qualitativo de seus membros, como no aumento quantitativo da força policial, que, com aproximadamente 17.000 homens, atende hoje à população do Estado numa proporção de 1 policial para 446 habitantes.

A ação governamental respeitante à administração tributária amparou-se em medidas legais e de ordem administrativa que incentivassem a espontaneidade no pagamento do tributo, tais como o Programa de Promoção Tributária "ICM Pró-Desenvolvimento", que incluiu desde a conscientização da população adulta da importância do cumprimento da obrigação tributária até a isenção, nos currículos escolares de 1º grau, de conteúdos pertinentes à educação tributária.

Com o objetivo de liberar ônus fiscais às classes menos favorecidas, o Poder Público promoveu, através de medidas legais, a isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis nas operações não excedentes a 1000 UPCs, uma vez se trate de primeira aquisição e se destine o imóvel para a moradia do adquirente.

A gestão eficiente dos órgãos do Sistema Financeiro do Estado refletiu-se positivamente nos seus resultados, possibilitando suporte não apenas à atividade estatal, mas, especialmente, ao setor empresarial privado.

A ação governamental, na área do desenvolvimento do setor industrial e comercial, partiu para a promoção de produtos e potencialidades gaúchas, através de seminários, feiras e simpósios. Dentre estes, cabe destacar a realização do "I Seminário Internacional de

Investimentos no Rio Grande do Sul”, que obteve singular participação de empresários nacionais e estrangeiros, e cujos frutos, de maturação permanente, já abrem seguras perspectivas para novos investimentos em setores definidos como prioritários pela Estratégia de Ação Governamental.

O programa de polarização regional, definidor da política orientadora da expansão do setor secundário, visou não só à diminuição dos custos de infra-estrutura, como também a disciplinar a concentração da mão-de-obra existente, contribuindo, assim, para a correção dos desequilíbrios espaciais.

Preocupou-se o Poder Público, ainda no setor industrial, com a exploração de recursos naturais não renováveis, onde foi dada ênfase especial ao aproveitamento de reservas minerais.

Dentre estas, destaca-se o cobre, em torno do qual prosseguiram as negociações já desenvolvidas entre o CONSIDER, o BNDE, a Companhia Brasileira do Cobre, a CEDIC e grupos privados, que visam à futura implantação, em Rio Grande, de uma usina de metalurgia daquele importante elemento, com capacidade almejada de 100.000 toneladas/ano.

Também com referência aos insumos básicos, procurou o Governo do Estado estimular a produção de fertilizantes e corretivos, especificamente de ácido fosfórico, amônia e uréia.

Nessa parte, afóra os projetos da iniciativa privada que têm contado com o apoio governamental, continua entre as prioridades a implantação da Companhia Riograndense de Nitrogenados, de ímpar significado para o nosso desenvolvimento, cujas definições no que tange a recursos, participação acionária e tecnologias aplicáveis já se encontram em fase final de estudos, com perspectivas favoráveis de aprovação junto aos órgãos federais que tratam da matéria.

Contando com condições peculiares de topografia, clima, povo, folclore, gastronomia, tradições, artesanato, base cultural e privilegiada localização continental, o Estado do Rio Grande do Sul apresenta excelente oportunidade para o estímulo e dinamização da atividade turística como forma de promoção do seu desenvolvimento econômico-social.

Com esse objetivo, no exercício de 1976, foi elaborado pelo Governo do Estado o Segundo Plano Estadual de Turismo, estando já em fase de estudos, para breve implantação, entre outros os projetos “Fazenda Modelo”, “Escola Hoteleira”, “Turismo Jovem” e “Turismo Operário”.

Na área da promoção turística especificamente com relação à informática, foram elaborados Manuais, Inventários e levantamentos da infra-estrutura turística, enquanto que, na área de investimentos materiais, foram realizados trabalhos de reaparelhamento dos “campings” de São Lourenço, Chuí, Itapeva, e dos terminais turísticos das praias do Cassino e no Belvedere de Sonda e nas Estações Hidrominerais de Prado e Iraí.

Essencial à atividade produtiva, a infra-estrutura material, que durante tantos anos se constituiu em entrave quase insuperável ao crescimento de nossa economia, hoje, graças aos cuidados que lhes dispensou o Governo, oferece outro panorama e é motivo de atração para novos investimentos no Rio Grande do Sul.

Uma rede de rodovias pavimentadas ou com implantação básica confiável aproximam os centros de produção aos de consumo, com custos de transporte compatíveis com os preços de colocação no mercado. Somam-se a esta rede as estradas alimentadoras, que fazem convergir para os entroncamentos rodo-ferro-hidroviários a produção mais distante, dando-lhe segurança de escoamento econômico e possibilitando o crescimento da área lavoureira. Em 1976, 1.277 Km dessas estradas foram construídas, e melhoradas 1.142 Km de outras que já serviam à produção. Todas estas aliam-se, com o mesmo fim de escoamento seguro, aos 394 Km de troncais implantadas, 177 Km das quais ganharam pavimentação asfáltica.

O porto de Rio Grande, escoadouro praticamente obrigatório daquilo que o Estado exporta, com os melhoramentos ali introduzidos em toda a sua infra-estrutura e na dinâmica de seu funcionamento, deu vazão à crescente massa de grãos, carnes e outros itens, e apresentou, em 1976, um volume superior em 14% ao do ano anterior, movimentando 8.171.000 toneladas.

O sistema de escoamento estadual encontra complemento básico na ensilagem e no armazenamento, nos quais somente a rede governamental movimentou 1,55 milhões de toneladas de grãos, e, atuando no campo da trigo-conservação, abrigou 3.000 toneladas de carne e frutas, o que se constitui em complemento maior ao esforço privado realizado na mesma área.

Destaque especial no campo dos transportes constituíu, sem dúvida, em 1976, a definição em torno da secular aspiração dos gaúchos, qual seja a de ver interligadas as bacias do Jacuí e do Ibicuí, objeto de convênio firmado entre os Governos Federal e Estadual com vistas a, desde logo, estabelecer as condições de viabilidades técnica e econômica do projeto. Crê este Governo que, ainda no período de seu mandato, concluídos esses indispensáveis estudos preliminares, possa ser viabilizada essa obra de significativa importância para a integração regional e internacional do Estado.

A geração de energia foi, para o Rio Grande do Sul, em épocas passadas, fator de estrangulamento na diversificação de sua economia e, notadamente, no propiciamento de novas plantas fabris em território gaúcho.

A ação continuada de governos possibilitou a instalação de cerca de um milhão de quilovates, aos quais serão agregados, em breve, os 500.000 Kw da Usina Hidrelétrica de Itaúba e os 320.000 Kw da Etapa "b" da Usina Termelétrica "Presidente Médici".

Apesar desse esforço, o crescimento do consumo energético — 14,8% ao ano, superior à média brasileira — está a demonstrar a necessidade de atendimento continuado ao setor, para que o desenvolvimento do Estado não venha a sofrer, no futuro, diante da hipótese de um novo quadro de geração insuficiente.

Mesmo assim, na atualidade, e com a programação em andamento, tem o Estado condições para fornecer a energia necessária aos nossos planos de desenvolvimento e, ainda mais, de prosseguir no objetivo de levar eletricidade ao antes insulado homem do campo.

No campo das telecomunicações, ativados no ano de 1976 os novos sistemas de discagem direta da Fronteira Oeste, das Missões e da Serra, e ampliados em 13.800 os terminais automáticos da Capital e de importantes cidades do interior, aos quais se deve acrescentar 6.515 telefones não automáticos em localidades menores, já conquistamos para o Rio Grande a média de 29 telefones por 1.000 habitantes.

Por outro lado, abre o Estado ainda maiores perspectivas para a economia, promovendo a pesquisa, o beneficiamento e a exploração industrial e comercial do nosso carvão, em suas 12 bilhões de toneladas já prospectadas, e descobertas, agora, jazidas de carvão coque.

Penso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que ofereci, sinteticamente, um quadró de nossa realidade e dos esforços que vêm fazendo, povo e governo, em prol do desenvolvimento harmônico desta terra.

Se temos, todos, consciência de que dedicamos o melhor de nossos esforços à condução dos negócios do Estado, e mesmo crendo firmemente em nosso progresso e em nossas potencialidades, percebemos também que o atual regime da renda tributária não tem permitido ao Estado atender, com recursos próprios às suas necessidades de investimentos públicos.

A concessão de imunidades tributárias e prêmios à exportação, assim como a progressiva redução da alíquota do ICM, geraram para os Estados que mais exportam, desequilíbrios entre a receita e a despesa. Nesta parte, o próprio Governo Federal, após minuciosa análise, decidiu assumir, a partir do corrente ano, uma substancial parcela nos prêmios às exportações.

Julgo, à vista do comportamento orçamentário dos últimos anos e dos estudos prospectivos que dele emanam, que se fazem aconselháveis algumas iniciativas capazes de reforçar as rendas estaduais, a fim de que, na consecução do objetivo comum do desenvolvimento nacional e bem-estar do povo, tenha a própria União, em cada Estado, um parceiro capaz de dar a contribuição exigida pelo princípio federativo.

A deficiência de recursos próprios tem gerado grandes dificuldades especialmente para os investimentos de infra-estrutura, onde os custos são mais expressivos. E, não fora a boa vontade e apoio de parte do Governo do Presidente Ernesto Geisel, seguramente o Estado viveria conseqüências ainda mais graves, pela limitação de suas disponibilidades financeiras.

Dessa maneira, após mencionar algumas das realidades significativas da conjuntura estadual do ano que passou, não poderia deixar de destacar o significado que o nosso ambiente de paz social e tranqüilidade para o trabalho tem proporcionado como base para o desenvolvimento gaúcho.

Esse clima de entendimento, verificado desde linhas tradicionais de conduta – expressas pelo elevado espírito de relacionamento entre os Poderes constituídos; pela integração de propósitos entre os níveis de Governo, do municipal ao federal; pela aberta e livre troca de idéias na busca de soluções comuns para todos os segmentos de interesse legítimo da comunidade riograndense – é demonstrativo do que pode a confiança mútua, do governo para com os governados e destes entre si.

Longe de significar um ideal inalcançável, a crença na capacidade de promoção dos diversos estratos sociais, na superação dos seus próprios condicionamentos, na convergência e manifestação das vontades de maneira a refletir a mais autêntica e pura consciência coletiva, constitui, sem qualquer dúvida, pressuposto primeiro para a busca dos melhores caminhos que desejamos trilhar na tarefa da construção de uma Pátria sempre maior.

Mercê de colher o proveito das boas experiências e de acautelar-se com as lições oferecidas pelos retrocessos, graças à sabedoria daquelas grandes majorias que não se deixam empolgar pelas soluções de momento, isto sim guiadas pela perspectiva dos progressos seguros, nos quais entre cada passo intermedeia a pausa para a reavaliação e a reflexão, haveremos de nos desenvolver sempre mais em todos os setores.

Nesse plano também continuará o Rio Grande do Sul a manter-se como uma comunidade em paz consigo mesma, contribuindo para a permanente busca dos destinos de grandeza nacional.

Colho a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e consideração.

SINVAL GUAZZELLI
Governador do Estado

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 – DESEMPENHO DA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL	29
1. DESEMPENHO DO SETOR PRIMÁRIO	31
1.1 – Lavoura	33
1.2 – Pecuária	35
2. DESEMPENHO DO SETOR SECUNDÁRIO	37
3. DESEMPENHO DO SETOR TERCIÁRIO	47
II – ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	51
1. ÁREA ECONÔMICA	53
1.1 – Agricultura	55
1.1.1 – Produção Vegetal	57
1.1.2 – Produção Animal	60
1.1.3 – Implementação Setorial	67
1.2 – Indústria	78
1.2.1 – Promoção Industrial	78
1.2.2 – Produção Industrial	85
1.3 – Turismo	110
1.4 – Serviços Bancários e Financeiros	112
2. ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA	119
2.1 – Transporte	121
2.1.1 – Rodoviário	121
2.1.2 – Hidroviário	129
2.1.3 – Aeroviário	133
2.2 – Armazenagem	134
2.3 – Energia	135
2.4 – Telecomunicações	141

3. ÁREA SOCIAL	147
3.1 – Educação	149
3.2 – Saúde	162
3.3 – Saneamento	169
3.4 – Proteção ao Meio Ambiente	174
3.5 – Assistência	175
3.6 – Previdência	181
3.7 – Habitação e Urbanismo	182
3.8 – Trabalho	187
4. ÁREA ADMINISTRATIVA	191
4.1 – Serviços Gerais do Estado	193
4.1.1 – Administração Geral	193
4.1.2 – Gestão Financeira	199
4.1.3 – Planejamento Governamental	203
4.1.4 – Ciência e Tecnologia	213
4.2 – Justiça e Segurança	225
4.2.1 – Justiça	225
4.2.2 – Segurança	228

INTRODUÇÃO

Muito embora os aspectos gerais da conjuntura mundial e nacional estejam a induzir a imagem de uma economia em desaceleração, o Rio Grande do Sul vem mantendo um ritmo favorável de crescimento.

As informações indicativas de cada setor afastam qualquer visão negativista da economia riograndense. Tal visão negativista haveria de resultar mais da percepção da falta de similaridade entre o desempenho da economia como um todo e os reflexos deste desempenho no Setor Público, que do comportamento efetivo dos setores produtivos.

A causa desta distonia se torna compreensível, na medida em que se verifica o "grau de abertura" da economia e os incentivos oferecidos às exportações. Tem-se, em consequência a visão objetiva de que a Arrecadação Estadual não espelha mais a configuração do comportamento econômico.

O setor primário, observado tanto do ângulo da produção lavoureira, como da pastoril, revela um desempenho indicador de uma etapa de aceleração embasada em alicerces bastante sólidos.

Até 1975, embora se registrassem aumentos ponderáveis da produção lavoureira, 7,9% ao ano, tais acréscimos se sedimentavam, significativamente, na incorporação de novas áreas, que vinha se efetivando num montante de 9,25%. Conforme se pode verificar comparando estes dois índices, embora a produção assinalasse incrementos consideráveis, a produtividade não registrava ganhos.

Foi percebida, há algum tempo, pelo Setor Público, a necessidade de conhecer mais profundamente as variáveis que interferem nos resultados das safras agrícolas.

Desde então, têm sido incentivados estudos e desencadeadas medidas, com vistas a identificar as condições de cultura que, face às características do clima e do solo gaúcho podem obter resultados mais rentáveis.

No ano de 1976, segundo tudo indica, começaram a se refletir conseqüências dos investimentos voltados para aquela finalidade.

No referido período, reduz-se o índice de ocupação de novas superfícies para a lavoura, a 1,39%, todavia assinala-se elevado aumento da produção (11,12%), cujo sedimento se encontra na melhoria da produtividade (acréscimo entre 1975 e 1976 - 9,84%). Neste aspecto, os resultados mais notáveis foram os obtidos com a cultura do trigo que teve seu rendimento médio ampliado de 670 quilos por hectare, em 1975, para 1.020.

Considerando a produtividade obtida por este cereal, em países da Europa e da América do Norte, onde é possível colher quantidades próximas a mais de duas toneladas por hectare, tem-se a noção do hiato que está a separar a produtividade obtida, da ideal viável, porém os primeiros ganhos são indispensáveis para atingir a meta almejada.

Avaliada a situação da pecuária através dos abates efetivados até novembro de 1976, chegou-se a verificações expressivamente alentadoras. Registrou-se um acréscimo de abates de bovinos, em relação a igual período de 1975, da ordem de 31% no que concerne ao número de abates. O acréscimo em termos de peso atingiu a 26%, que, embora tenha-se destinado em parcela significativa para a exportação, também subsidiou o consumo interno de carne bovina em mais de 8%.

A produção de aves também propiciou um notável incremento de abates para consumo uma vez que a relação entre o montante abatido para consumo em 1976 supera o registrado durante 1975 em 36%.

O setor secundário, mensurado por indicadores de características mais reflexivas, também registrou um desempenho expansionista, embora não se possa assegurar se na mesma amplitude do observado com a agricultura.

O consumo de energia elétrica, pelos estabelecimentos industriais, teve um acréscimo similar ao verificado entre 1974 e 1975, registrando 17,6%; o movimento da mão-de-obra industrial assinalou um saldo positivo para admissões de 18%, e o acréscimo do somatório dos empréstimos concedidos pelo BRDE e BADESUL ao setor secundário foi da ordem de 5%.

O setor terciário, de mais complexa avaliação, não só pela peculiaridade dos subsetores que o compõem, como pelo fato do principal indicador de seu desempenho, o I.C.M., haver perdido a nitidez reflexiva, segundo se pode verificar por outras inter-relações, também teve um desempenho dinâmico.

Tal assertiva se embasa no fato de, por sua vinculação aos demais setores, não poder assinalar um comportamento totalmente díspar destes, pelo menos em sentido. Por outro lado, o "termômetro de vendas", que pode ser considerado como indicador direcional, assinalando acréscimos em valores reais de aproximadamente 19,76%, dificilmente incorreria em uma coexistência com um comportamento depressivo.

Tem-se assim, não obstante os inúmeros limitantes com que se deparam os Setores Econômicos em geral e o Setor Público em particular, uma expressão de dinamicidade, refletida no que se observou, bastante satisfatória. A preocupação manifesta, no presente momento, é a de não permitir que tal contexto sofra impactos que possam induzir a uma retração.

**I - DESEMPENHO DA ECONOMIA
DO RIO GRANDE DO SUL**

1. DESEMPENHO DO SETOR PRIMÁRIO

I – DESEMPENHO DA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

1. DESEMPENHO DO SETOR PRIMÁRIO

Não obstante a perceptível dinamização que vem atingindo o Setor Industrial do Rio Grande do Sul, este Estado permanece com as bases de sua Economia assentadas, consistentemente, na Agricultura.

Longe de simplificar o equacionamento dos problemas, o fato da agricultura funcionar como um "parâmetro" da economia, tem sido, de certo modo, fator agravante na identificação e eliminação de estrangulamentos pela redução de alternativas, decorrente desta dependência.

Todavia, embora com a limitação assinalada, o que se vem observando, presentemente, neste setor de singular importância para o Estado, é que a presença de estímulos de mercado para soja, trigo e arroz tem determinado expressivos efeitos econômicos em todo sistema.

1.1 – Lavoura

Até fins de 1975, notou-se, no relativo à área ocupada pela lavoura, uma considerável expansão, já que, num período de sete anos, seu acréscimo (86%) equivaleu a quase uma duplicação. Esta realidade foi, sem dúvida, um indicador da preocupação do agricultor gaúcho em voltar-se para atividades mais rentáveis.

Entre 1975 e 1976, sob o efeito do conjunto de variáveis que condicionou o comportamento agrícola, o setor começa a adquirir uma configuração um pouco diversificada. O relativo esgotamento da área disponível para a lavoura e, em conseqüência, a necessidade de integrar essa atividade com a pecuária, começam a exercer efeitos mais incisivos no setor.

O crescimento da área ocupada, que no período de 1968 a 1975 vinha mantendo uma média anual de 9,25%, registra, entre 1975 e 1976, um acréscimo de apenas 1,39% embora se notem significativas diferenças na expansão das lavouras em função do tipo de cultura. Este fato, porém, não invalida o que já foi dito com respeito ao relativo esgotamento da área para lavoura e muito menos no que se relaciona à necessidade de implementar sua integração com a pecuária, além de induzir a busca de ganhos de produtividade.

Desta forma, o contraste entre o pequeno acréscimo do total da área cultivada com culturas lavoureiras, e o acréscimo da área ocupada pelo fumo, entre 1975 e 1976, se torna compreensível e se efetua, simultaneamente, com aumentos de produtividade em todas as principais culturas. Até 1975, não obstante a notável ampliação da superfície usada por culturas lavoureiras, o crescimento da produção não lhe igualava em índices de acréscimo, porque se vinha registrando uma queda de produtividade em relação ao primeiro ano observado. O ano de 1976, em consequência, marca, neste particular, uma das mais significativas mudanças. A produtividade média da lavoura, que, em 1968, havia atingido a 2 toneladas/ha, para reduzir-se em anos posteriores, assinalando em 1975 um rendimento médio de 1,83 toneladas/ha, no ano de 1976 supera os marcos imediatamente anteriores, com o registro de mais de duas toneladas por hectare.

Objetivando as observações, tem-se que enquanto no período de 1968 a 1975 os acréscimos de produção (7,9% a.a. em média) ocorrem por incorporação de área (9,25% a. a. em média) com baixa de produtividade (-1,3% a. a. em média), entre 1975 e 1976, reduz-se o índice de ocupação de terras (1,39%) mas assinala-se um elevado aumento da produção, (11,12%) com base numa considerável recuperação da produtividade, (9,84%).

Para incentivar a produção de trigo, face a problemas ocorridos com a safra de 1975, o Poder Público acionou mecanismos creditícios de poder motivador ponderável. Entretanto, daquele ano para o de 1976, houve um decréscimo da área cultivada com o referido cereal, da ordem de 9%, embora a produção tenha aumentado em 37% face à significativa recuperação da produtividade que passou de 670 quilos por hectare para 1.020.

Nota-se, na produção física por culturas, algumas modificações das tendências médias assinaladas no período anteriormente analisado (1968/1975). O Arroz, que vinha mantendo um índice médio de acréscimo de 5,7% ao ano, registra, aproximadamente, 12% de aumento entre 1975 e 1976. É possível que no ano possa atenuar-se esta tendência, face ao comportamento dos mercados e, reflexivamente, dos preços mínimos.

O feijão, que vinha diminuindo continuamente os montantes produzidos, a um ritmo anual de 5,6% entre 1975 e 1976, revela um aumento de cerca de 4%, ocorrendo fato similar com a área ocupada por esta leguminosa que não registra modificações significativas em sua produtividade, aliás, a mais baixa da lavoura no ano de 1976: 840 kg/ha. Sabe-se, porém, que este acréscimo não foi satisfatório pois tornou-se necessária a importação, o que também não equacionou o problema da insatisfação da demanda e nem da elevação dos preços a níveis indesejáveis.

A soja, outro dos problemas destacados pelo aumento das quantidades físicas produzidas, embora deva a maior parte dos acréscimos à incorporação de áreas (5,9% entre 75 e 76) também registra uma razoável melhoria de produtividade (4,1%). Aqui, tendo em consideração todos os estímulos, os acréscimos verificados são compreensíveis.

1.2 – Pecuária

A situação da pecuária riograndense, no ano de 1976, foi avaliada através do estudo da situação comparativa dos "abates" até novembro do referido ano, com o mesmo indicador de igual período, nos dois anos imediatamente anteriores.

O abate de bovinos, até o mês de novembro de 1976, superou o efetivado em igual período do ano de 1975 em cerca de 31%, e o realizado entre janeiro e novembro de 1974, em 12,4%. Verifica-se, conseqüentemente, que a pecuária de corte, segundo o comportamento dos abates, que havia sofrido uma retração no ano de 1975 (17,06% em relação a 1974) atribuída em parte significativa ao mercado internacional, conseguiu, não só se recuperar, como avançar de forma significativa na utilização dos efetivos.

Quando se analisam os abates segundo o tipo de processamento a ser sofrido pela carne, nota-se que não há constância na estrutura composta. Por exemplo, em 1974, 49% das reses abatidas se destinavam à transformação em charque, ocorrendo o mesmo com 17% dos abates em 1975, e 27% em 1976. Todavia, como as informações de abate, relativas ao processo a ser sofrido com a carcaça, se referem a número de cabeças e não a quilos, e o gado abatido é constituído por novilhos e vacas, é difícil mensurar o quanto se altera esta estrutura no relativo ao seu peso, mesmo porque, até de um ano para outro, se registram alterações no peso médio da "carcaça".

Contudo, a partir do momento em que se constata a variação do peso das "carcaças" de um para outro ano, era de se esperar oscilações nos índices de crescimento, quando sedimentados em informações relativas a outra variável que não o número de abates. O importante neste caso, entretanto, é a recuperação vislumbrável para a bovinocultura de corte, que assume maior mérito pelo fato do avanço da lavoura, reduzindo sua disponibilidade de área, e do preço da carne não se constituir em estímulo dos mais significativos.

Apenas em um aspecto o desempenho da bovinocultura gaúcha, medido em termos de abate, no ano de 1976, não superou o observado em 1974: o valor do preço médio do quilo de carne exportada. Naquele primeiro ano observado, o referido preço foi de US\$ 2,23, em 1975 caiu para US\$ 1,72 para subir novamente em 1976 (US\$ 2,08), sem contudo superar o que havia sido pago anteriormente.

À exceção das aves abatidas e dos eqüídeos, para os quais os informes se referem a número de unidades sem discriminação do peso, a carne bovina foi representativa em 1975 de 73% da total abatida para consumo interno, e, no ano de 1976, expressou 75% desta mesma oferta. A maior significância encontra-se, a seguir, entre a carne suína, aproximadamente $\frac{1}{4}$ da oferta em 1975, e cerca de 23% desta no ano posterior. O último lugar entre as carnes abatidas se encontra entre os ovinos, que, não obstante sua parca representatividade em ambos os anos, parecem ganhar algum prestígio no último.

Conforme se tentou demonstrar, um significativo número de variáveis contribuiu para que o comportamento do setor primário se revelasse animador e, não obstante todo o esforço envidado, o Poder Público não pretende atribuir a si parcela significativa na obtenção de tais resultados. Cita-os, porque, cada vez mais, compreende a importância que o seu conhecimento, bem como o de seus múltiplos determinantes, têm para o encaminhamento das soluções que deve implementar. E, ainda, pela consciência de que a tarefa de governar é cooperativa, devendo, em consequência, todos os envolvidos no processo, seja para compartilhar das responsabilidades ou julgar as ações, dominarem o conhecimento da realidade.

2. DESEMPENHO DO SETOR SECUNDÁRIO

A semelhança do que já foi feito na análise do comportamento industrial de 1975, estudar-se-á, também, o desempenho deste setor no ano de 1976, através dos indicadores denominados "reflexivos", que, embora não possibilitem uma visão exata da dinâmica setorial, permitem acompanhar a direção de seu movimento.

É possível que os menos avisados e mais preciosistas insinuem que, na ausência de dados objetivos que forneçam uma indicação correta das ocorrências setoriais, melhor seria não efetuar a avaliação do funcionamento do Secundário. A esses responde-se que, como já foi dito, é fundamental o conhecimento de uma realidade, ainda que de forma reflexiva, para que se possa nela atuar, sem o que o processo decisório do Poder Público pode incorrer em maiores riscos. É mais, que a escassez de informes é um sintoma do estágio de desenvolvimento em que se encontra um país, resultando, em consequência, inócua a atitude de realizar sem ter um conhecimento, embora superficial, e depois justificar-se pelo fato de ter errado por falta de domínio do problema. Acredita-se que, com tais limitações, a forma mais correta de agir é aquela pela qual se busca uma aproximação gradativa da realidade para minimizar os riscos decisórios, sem esquecer, contudo, que se desconhece o grau de confiança merecido por tal aproximação.

- Indicadores Adotados

Para a escolha de um indicador é preciso que este cumpra um requisito fundamental, qual seja o fato de, ao lado de outras variáveis, refletir ou ser função da realidade cuja análise se deseja efetivar através dele. Como se poderá constatar, todos os indicadores observados a seguir cumprem esta condição. Todavia, o próprio fato de todos eles, de um determinado ângulo e intensidade diferentes, espelharem esta conjuntura permite observar, a um tempo, a complexidade da mesma e a dificuldade de estabelecer o grau de reflexão obtida.

Para que não se superdimensione a capacidade de reflexo que tais indicadores possuem e com isso não pecar por excesso de confiança nos mesmos, uma boa medida é discriminar suas limitações.

Os informes utilizados como indicadores reflexivos no presente estudo foram o "consumo industrial de energia elétrica" no Rio Grande do Sul, a "arrecadação do IPI", o "movimento da mão-de-obra industrial" e os "financiamentos concedidos", todos eles com possibilidades de fornecer uma imagem do comportamento, todavia mais nítida, em termos de contorno e esmaecida no relativo aos detalhes.

O limitante mais incisivo que impede uma correlação perfeita entre o consumo de energia elétrica, por parte das empresas dedicadas à transformação ou extração mineral, e o montante de bens produzidos, é o fato de que o acréscimo de consumo pode estar mais relacionado à mudança para uma função da produção mais intensiva em tecnologia e, conseqüentemente, mais insumidora de energia, do que ao acréscimo de bens produzidos. Entretanto, como não é viável a curto prazo a mudança de função de produção de um significativo número de indústrias, simultaneamente, tal limitante não chega a assumir proporções ponderáveis. O consumo de energia elétrica registra ainda problemas de sazonalidade de matéria-prima, o que não provoca variações expressivas nesta análise, por que o período estudado é de um ano, incluindo um ciclo completo. Um outro aspecto, ainda, que poderia também assumir muita força na variação entre a relação da energia elétrica insumida e o montante produzido pelo somatório das indústrias, é o que se relaciona à composição do setor por gêneros. Exemplificando, tem-se que, caso se compare uma estrutura industrial do tipo em que predominem empresas "dinâmicas", com outra onde há mais incidência dos estabelecimentos denominados "tradicionais", se verificará a existência de menor sensibilidade no relativo a aumentos de produção e incremento de energia insumida, entre as primeiras. Todavia, como neste caso não se pretende comparar o desempenho de diferentes estruturas do setor secundário, com base no consumo de energia elétrica, e nem a estrutura do setor industrial gaúcho sofreu alterações estruturais significativas, fica minimizado, também, neste caso, o tipo de risco corrido com a avaliação por meio de tal indicador.

Colocadas as principais restrições ao funcionamento dos informes de energia elétrica insumida pelas indústrias como refletores do desempenho setorial, pode-se, finalmente, verificar o que se constatou em 1976

Os acréscimos de consumo de energia elétrica industrial no Rio Grande do Sul, durante o ano de 1976 (17,6%), foram bastante similares aos verificados no período imediatamente anterior (17,7%), mantendo a média de crescimento anual, verificado no período de 1968 em diante, em aproximadamente 17%.

O fato dos incrementos de consumo energético pela indústria haverem sido bem mais significativos do que a demanda de força e luz com outros fins, está propiciando uma significativa mudança na estrutura do consumo deste bem.

Assim, a parcela de energia elétrica absorvida pelo Setor Secundário, que andava em torno de 1/4 no início da década de 60, atingia a mais de um terço no limiar da década de setenta, e está prestes a ser significativa de metade da energia insumida, pois, em 1976, sua expressividade já foi de 45%.

A razão de tal abordagem se vincula ao fato de que, na medida em que a participação do consumo industrial de uma área cresce, tem-se o sintoma da conquista de autonomia setorial e, como um número significativo de economistas, estudiosos da problemática desenvolvimentista, considera acréscimo de industrialização igual à projeção do desenvolvimento, ter-se-ia através da análise estrutural, um reflexo da localização do Estado no processo. Cumpre salientar que este pressuposto estruturalista não é aceito por todos os "experts" em problemas de desenvolvimento, e que a maior parte deles, na atualidade, considera que o fenômeno é muito mais complexo e abrangente do que uma simples participação maior ou menor do Setor Industrial na formação da "Renda".

Outro aspecto a considerar, quando se procura conhecer o comportamento de algum setor em relação aos demais, para verificar a manutenção ou o ganho de posição relativa do mesmo, é a comparação entre os índices de crescimento de todos.

Conforme já foi dito, é impraticável chegar ao nível da mensuração de acréscimos com base nos indicadores reflexivos. Entretanto, pode-se fazer uma estimativa que possibilite uma idéia, pelo menos aproximada, para comparar os diversos ritmos setoriais.

Sem maior rigorismo científico, pode-se deduzir que a indústria, medida pela quantidade de energia elétrica que insumiu em 1976, registrou um desempenho dinâmico.

Esta observação se embasa no fato de que, no período de 1968 a 1973, em que o crescimento setorial foi estimado em 10,4%¹ ao ano, o acréscimo de energia insumida registrou um ritmo anual de 15,9%, portanto, um pouco mais moderado do que o assinalado no último ano. Não se quer, com isto, insinuar, entre 75 e 76, acréscimos do secundário iguais ou superiores aos registrados no período para o qual se dispõem de estimativas do crescimento setorial, e sim, apenas, aquilatar a direção e possível dimensão do movimento, pois seria temerário qualquer outro avanço com vistas a melhor mensuração.

¹ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 25 Anos de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 1975, v. 1.

Com relação aos demais setores, pode-se deduzir que, tendo em conta o aumento da produção lavoureira e do abate de animais, é pouco provável que o ritmo de dinâmica do Secundário tenha superado o do Setor Primário, podendo, contudo, igualar-se a ele. Já no que respeita ao Terciário, que expressa em seus vários setores as ocorrências dos dois primeiros, ainda que com uma certa defasagem, é de se esperar que tenha registrado acréscimos reflexivos da média de aumentos dos outros dois setores. Com isto pode-se vislumbrar uma situação em 76, onde o Secundário, embora não tenha perdido participação na formação da "renda interna", também não ganhou, devendo haver-se mantido a composição do Produto Gaúcho naquele ano.

Ao se analisar por gêneros de indústrias o consumo de energia elétrica, verifica-se que as empresas de produtos metalúrgicos (27,04%), as de vestuários, calçados e artefatos (22,14%) e as químicas (9,69%) insumem mais da metade da energia absorvida pelo setor, o que vale dizer que o comportamento destas indústrias influencia, com certa ponderação, o que está expresso a nível setorial, podendo um estudo dos estabelecimentos dedicados a estes gêneros se constituir em interessante subsídio para uma análise mais profunda do tema. As metalúrgicas e químicas, denominadas "dinâmicas", porém, guardam um tipo diferente de relação entre energia insumida e produto gerado, da verificável com as voltadas para a produção de vestuários, calçados e artefatos, não exprimindo, em consequência, o somatório destes consumos, uma similitude apreciável com a do somatório da renda gerada por tais organizações industriais.

- Arrecadação do IPI

Os limitantes para que o IPI reflita a situação da indústria Riograndense são bem mais ponderáveis do que os assinalados com relação ao consumo de energia elétrica, embora este imposto devesse ser o indicador reflexivo que oferecesse uma visão mais aproximada da realidade.

Embora os fatos geradores deste imposto se mantenham ao longo de sua existência, a variação de alíquotas que incidem com intensidades díspares sobre os vários tipos de mercadorias, a arrecadação efetivada sobre os diferentes produtos industrializados provenientes do exterior, a dilatação dos prazos de arrecadação e as imunidades e isenções para os produtos exportados, são algumas das interferências que impedem uma correlação aceitável entre o montante arrecadado através do "Imposto Sobre Produtos Industrializados" e o valor da produção industrial.

Este aspecto pode ser constatado com relativa objetividade, quando se considera o implemento às isenções e imunidades concedidas às exportações no ano de 1976, o acréscimo de energia elétrica insumida pelas indústrias e o aumento do valor real arrecadado pelo IPI entre 75 e 76.

Os produtos industrializados no Rio Grande do Sul foram representativos, segundo os dados relativos a "exportações autorizadas", fornecidos pelo Banco do Brasil, de 53% dos produtos exportados. O acréscimo de energia insumida pela indústria, como se observou, atingiu, entre os anos de 1975 e 1976, a 17,6%, ao passo que, no mesmo período, a variação registrada pelo IPI, em valores reais, foi de apenas 2%.

Não é razoável que o dinamismo deste setor possa ser medido por este índice, quando se consideram os dois aspectos anteriormente citados. Entretanto, esta verificação permite deduzir que se torna mais temerário, a cada ano, tentar medir o comportamento setorial com base neste indicador em termos de taxas, embora ele possa talvez ser utilizado como uma imagem apenas direcional.

- Flutuação da Mão-de-obra

O uso das informações sobre flutuação da mão-de-obra industrial como indicador reflexivo do Setor Secundário se apóia na concepção de que o movimento de ocupação ou liberação de mão-de-obra espelha, de algum modo, a ampliação ou retração da atividade industrial.

À semelhança dos demais indicadores, a flutuação de mão-de-obra também possui seus limitantes ao exercício da função de "refletor" do funcionamento industrial. Em primeiro lugar, como o período analisado, para obter homogeneidade das informações, exclui os meses de janeiro, novembro e dezembro, pode-se registrar sazonalidade nesta flutuação que não tenha sido detectada no somatório do movimento entre fevereiro e outubro. Em segundo, considerando que o maior ou menor número de pessoas ocupadas em um estabelecimento industrial depende do tipo de função de produção adotado, pode ocorrer que haja desligamentos motivados pela introdução de um equipamento que substitua mão-de-obra, sem que se registre decréscimo de produção, como, também, podem ocorrer admissões para substituir um equipamento obsoleto ou avariado, sem aumento dos montantes produzidos.

As limitações também no caso deste indicador são minimizadas, de um lado, por haver similaridade entre os períodos comparados, de outro, pelo fato das funções de produção não registrarem mudanças a curto prazo.

Observada a relação entre admissões e desligamentos nos períodos de fevereiro a outubro dos anos de 1974, 1975 e 1976, verifica-se que em todos eles há um saldo positivo de admissões, e mais, que este saldo, em toda a seqüência observada, cresceu.

Em 1974, a diferença entre admissões e desligamentos igual a 51.387 foi indicativa de um acréscimo de admissões sobre o movimento total ocorrido da ordem de 13%. Em 1975 esta diferença

atingiu a 17% e, em 1976, a 18%, o que significa um ponderável acréscimo da mão-de-obra ocupada. Embora não se possa estimar o índice do mesmo, uma vez que, de um lado, se desconhece o total do contingente ocupado no setor durante estes anos, e, de outro, não se pode generalizar o índice para o ano inteiro, uma vez que não foi computado o movimento de três meses, não se pode negar que a tendência de um setor com tais características deve ser de expansão.

Analisando a nível de tipo de indústrias, tradicional e dinâmica, constata-se que a favorabilidade do saldo não predomina, com constância, no mesmo tipo. Em 1974, foram as indústrias dinâmicas as que registraram um saldo positivo, entre admissões e desligamentos mais significativos, acusando uma relação de 1,21, ou seja, a quantidade de admissões superou a de desligamentos em 21%. Neste mesmo ano, as indústrias tradicionais se aproximam da igualdade no que tange ao número de empregados demitidos e admitidos.

No período imediatamente posterior, as indústrias dinâmicas ficam em situação de inferioridade face às tradicionais no que tange ao saldo em estudo, todavia a diferença do mesmo não chega a atingir a margem anteriormente observada. A diferença registrada pelas "tradicionais" foi de 21% enquanto que a assinalada pelas dinâmicas ficou em 12%. Voltam as indústrias dinâmicas a impor-se por seu saldo positivo, no que concerne à flutuação de emprego, durante o período de fevereiro a outubro de 1976, quando as admissões destas empresas ultrapassam em 24% aos desligamentos, ocorrendo com as tradicionais um saldo positivo de apenas 9%.

A predominância dos saldos positivos mais elevados entre as indústrias dinâmicas pode induzir a ponderações sobre mudanças na estrutura setorial.

Detalhando esse movimento de emprego ao nível de gêneros industriais, podem ser observadas mais algumas peculiaridades.

Em 1976, entre as indústrias tradicionais são mais acentuados os desvios em relação à média dos saldos de admissões. Exemplificando, enquanto os estabelecimentos que produzem material editorial, gráfico e mobiliário, assinalam vantagens para as admissões da ordem de 30% e 27% respectivamente, as indústrias de fumo registram uma predominância dos desligamentos bastante significativa (40%).

As indústrias dinâmicas revelam, em seu conjunto, um aspecto bem mais similar, embora se deva destacar "papel e papelão", onde o montante de admitidos superou o de demitidos em 45%.

– Financiamentos Concedidos

Com características mais peculiares de um indicador prospectivo do que reflexivo, os financiamentos concedidos pelo BRDE e BADESUL entram nesta análise mais com o objetivo de subsidiá-la do que de complementá-la.

Mesmo como "perspectivas" do desempenho do Setor Secundário, as informações vinculadas aos financiamentos têm limitativos como indicadores. Precisa-se, neste caso, ter presente que BRDE e BADESUL não são as únicas fontes financiadoras do Sistema Industrial Gaúcho, e que, em grande parcela de vezes, os investimentos realizados nas empresas deste setor se embasam na sua própria capacidade de poupança. Além disto, deve-se considerar que os resultados das aplicações dos investimentos, na maioria dos casos, não são verificáveis a curto prazo.

É inegável, contudo, que as perspectivas embasadas no comportamento observado desempenham um importante papel no encorajamento às decisões de investir do empresário e, conseqüentemente, podem conduzir a uma demanda maior de financiamentos.

Pode-se, a partir do que foi dito, deduzir que o crescimento dos financiamentos em 1976, embora não revele, por si só, a natureza do crescimento setorial, serve como representação dos indicadores vigentes de rentabilidade. Por outro lado, a busca de financiamento para dinamizar, de algum modo, uma empresa, não deixa de ser uma mudança de mentalidade do grupo empresarial, no sentido de aceitar os riscos necessários ao seu crescimento.

Analisados, comparativamente, o valor real dos empréstimos concedidos pelo BRDE, em 1975 e 1976, pode-se constatar que se registra um acréscimo das concessões, no último ano enfocado, de 3,5% aproximadamente. Na realidade, não se trata de um índice muito expressivo, entretanto, é preciso considerar, ao lado do fato já assinalado, sobre outras fontes de financiamento, que o BADESUL atuou efetivamente, durante todo o ano, somente em 1976, e que o entrosamento entre estes dois órgãos de financiamento eliminou qualquer competitividade, impelindo-os a uma ação conjunta. Assim sendo, parte da clientela provável do BRDE passou a ser atendida, sem maiores problemas, pelo BADESUL. Desta forma, tendo em conta a precariedade da atuação deste estabelecimento em 1975, e o fato de seus empréstimos ao Setor Secundário serem representativos de cerca da metade dos realizados pelo BRDE, pode-se admitir que o real acréscimo do valor emprestado ao Secundário conjuntamente por tais "Bancos" andou em torno de 5%.

Isto não pode, de forma nenhuma, medir o crescimento setorial passado, quando muito poderá apontar favorabilidade de perspectivas.

Os indicadores reflexivos, dada a complexidade conjuntural, demonstram-se, ainda, precários para medir o comportamento do setor, a nível de "quantum". Tal precariedade só poderá ser atenuada, gradativamente, com a implementação do Sistema Estadual de Informações Técnicas e Estatísticas, que oportunizará todo o elemento necessário à medida exata do desempenho. Enquanto não se atinge a esse estágio de disponibilidade de dados objetivos para a mensuração, pode-se através de indicadores reflexivos, principalmente como informantes direcionais, aquilatar a configuração do desempenho setorial com um grau de segurança aceitável.

Assim, é seguro que o Setor Secundário cresceu no ano de 1976, podendo-se supor que tal crescimento acompanhou, em certa medida, o ritmo configurado pelo Setor Primário.

3. DESEMPENHO DO SETOR TERCIÁRIO

DISTRIBUIÇÃO, POR REGIÕES FISIAGRÁFICAS, DOS INVESTIMENTOS REAIS.

Quadro n.º 10

Distribuição dos Investimentos Reais por Região Fisiográfica (1964/1966)

Participação / Região	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
% dos investimentos reais (*)	2,5	19,1	3,3	10,2	2,2	4,9	12,6	2,1	8,0	7,6	3,6
% da renda estadual (**)	5,2	28,4	4,2	14,8	2,6	6,9	9,7	2,5	7,6	11,7	6,4
% da população estadual (**)	4,3	25,3	6,1	6,8	3,7	6,1	14,3	4,0	9,6	13,9	5,9

(*) — Fonte: Anexo do quadro n.º 5 (Despesas de Capital).

(**) — Fonte: CDE — Análise da Renda Estadual — 1962.

Observa-se que a sistemática adotada para a distribuição espacial dos investimentos reais perseguiu certa correlação positiva entre as seguintes variáveis:

- participação da região na renda do Estado;
- participação da região na população do Estado;

De outra parte, na composição dos investimentos reais, por região, procurou-se dar ênfase àqueles de infra-estrutura, tais como vias de comunicação e energia elétrica. Este tipo de investimento participa, em média, no total do triênio com 65,23%.

A parcela mais expressiva da diferença entre estes e o total geral, é representada por investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação e habitação), justificando, desta forma, a correlação positiva, entre investimento/participação da região na população.

3. DESEMPENHO DO SETOR TERCIÁRIO

Este setor, singularmente expressivo do comportamento dos outros dois, aos quais complementa e dos quais depende, é o que possui desempenho de mais difícil mensuração direta. Composto de vários subsetores entre os quais se destacam, no Rio Grande do Sul, o comércio, a prestação de serviços e a intermediação financeira, conta, também, com o Governo como subsetor.

A variedade dos elementos que o compõem, a carência de informações atualizadas de cada um deles e a fragilidade, cada vez maior, dos indicadores que poderiam refleti-lo devido à interferência de outras variáveis, são algumas das justificativas para a dificuldade de mensuração.

Estudos realizados anteriormente, correlacionando a sua dependência aos demais setores produtivos em termos de geração de renda, no Rio Grande do Sul, estimaram sua dependência da agricultura em 60% e da indústria em 40%. Entretanto, os índices desta vinculação podem assumir uma estrutura diversificada sob a ação de mudanças na composição dos setores independentes caso se aceite a indicação do estudo citado e, tendo em consideração o fato de haver seguros indícios do dinamismo do Setor Primário e Secundário, pode-se admitir, sem maiores dúvidas, acréscimos no Terciário, ainda que não se possa dimensioná-los.

Um inconveniente deste tipo de relacionamento é o fato de que, embora o dinamismo ou retração dos demais setores se reflita no Terciário, pode não se registrar dentro dos mesmos limites territoriais. Exemplificando, tem-se que as poupanças de um empresário agrícola podem ser entregues para investimento em uma Intermediária Financeira, mas nada obriga que o investimento seja realizado dentro das fronteiras do Rio Grande do Sul e nem mesmo da "Intermediária" ser gaúcha.

O indicador que costumava expressar melhor o comportamento do Terciário, e até mesmo o da própria economia; era a arrecadação do ICM. Contudo, com a implementação de isenções e imunidades para exportações e a significância que este tipo de comércio possui no Estado

Gaúcho, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias deixou de refletir não só o comportamento da Economia, como até mesmo, o do Setor Terciário. Exemplo desta assertiva é o fato de que, embora se tenha constatado a existência de acréscimos nos Setores Primário e Secundário e, em consequência, se possuir uma certa segurança da expansão do Terciário, têm-se verificado índices de crescimento da arrecadação do ICM entre 1975 e 1976, que, tendo em conta a inflação detectada, implicariam em crescimento negativo. Paralelamente, o montante do exportado, em termos de valores monetários (US\$), revelou um acréscimo de 18% e foi produzido no RS.

Outra informação direcional do movimento do Terciário tem sido considerada o "termômetro de vendas". Este instrumento relaciona o movimento comercial, em valores reais, através de um espaço de tempo, com o objetivo de dimensionar a atuação, no Comércio da Capital do Estado, de um grupo bastante representativo desta atividade, constituído pelos associados do Clube de Diretores Lojistas.

O termômetro de vendas indica que até novembro de 1976, se registrou um acréscimo das operações comerciais de 19,75% em relação a igual período do ano imediatamente anterior. Permite constatar, também, que tal aumento não foi similar em todas as categorias, destacando-se, pela expressividade da dinâmica atingida, as vendas de móveis e artigos de decoração (47%), confecções e tecidos (32%) e calçados de couro (31%), enquanto a maior retração registrada se localizou na venda de ferramentas e ferragens. Estes dados, que parecem indicar um retorno ao consumo ostensivo, e em parte, aos bens materiais menos duráveis, podem estar registrando uma transferência, vinculada ao desinteresse relativo por veículos face ao ascenso notável dos custos do combustível e às medidas restritivas ao seu consumo.

Em qualquer caso, porém, a taxa média de acréscimo de vendas, embora registrada nos limites de Porto Alegre, é de ordem a indicar acréscimo no produto gerado pelo Terciário.

Para quem exerce o poder, dentro de uma conjuntura como a que foi analisada, a maior preocupação consiste em não permitir que haja uma retração. Seria ingênuo pensar que a economia se move de forma absolutamente autônoma das Ações Governamentais, e que basta não embargar o processo para que ela siga seu curso. A experiência tem demonstrado que a dinâmica, a nível global, setorial ou local, depende muito das forças motivadoras, e estas não são apenas mecanismos creditícios e incentivos. O Poder Público se preocupa porque, para manter ativada esta motivação, precisa responder com o que lhe compete, ou seja, mais objetivamente, assumir a responsabilidade de propiciar a infraestrutura de apoio e os investimentos necessários apesar da escassez de recursos a seu dispor.

II - ATUAÇÃO DO SETOR
PUBLICO

1. ÁREA ECONÔMICA

II – ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

1. ÁREA ECONÔMICA

1.1 – Agricultura

A Estratégia de Ação Governamental, proposta para o quadriênio, não só no que respeita ao Setor Primário, mas no seu conjunto, fundamenta-se no conhecimento disponível da realidade gaúcha, face ao papel que é atribuído a esta Unidade Federativa dentro do sistema nacional.

Esse conhecimento, contudo, é preciso convir, faculta vários caminhos e permite inúmeras opções políticas como alternativas para se manterem as altas taxas de crescimento registradas pela economia agrícola do RS, nos últimos anos.

Assim, embasou-se o enfoque estratégico com vistas à expansão da economia, na dinâmica das fontes de produção, cuidando das peculiaridades estruturais e das possibilidades que os fatores e a conjuntura oferecem em cada momento.

Teve-se presente o fato de que dois aspectos marcam, na atualidade, a economia gaúcha: a crescente escassez do fator terra e a abundância relativa de mão-de-obra.

Para equacionar os problemas emergentes desta realidade, dentro da estratégia admitiu-se que a ampliação da oferta de terra deverá ser obtida, gradativamente, através da integração de produtos da economia, que tenham no mercado e no seu resultado econômico, condições de incorporarem técnicas de produção que assinalem maior responsabilidade.

O incremento da produção animal, sem integração com a lavoura, limitaria a expansão das culturas de maior significado para a formação da renda, reduzindo a possibilidade do RS para o aproveitamento de suas potencialidades e dos estímulos do mercado.

Desta forma, o Programa Integração Lavoura-Pecuária baseia-se no uso intensivo de insumos modernos e equipamentos, fornecendo às atividades escolhidas um papel de vanguarda tecnológica, cuja resposta será medida por sua geração de renda e suas taxas de crescimento.

A estratégia de Ação Governamental, ao propor como meta de governo tal "programa", teve como propósito contribuir com uma participação mais efetiva no processo, acionando uma série de mecanismos e dispositivos capazes de, através dos Serviços oferecidos pela Secretaria da Agricultura, intensificar e acelerar a tendência de crescimento econômico da agropecuária gaúcha.

As previsões feitas ao final do ano de 1975, quanto ao trabalho a ser desenvolvido no ano de 1976, com relação aos programas constantes na Estratégia de Ação Governamental para o setor primário gaúcho, foram plenamente cumpridas.

No que concerne ao Programa Integração Lavoura-Pecuária, pode-se assinalar que foi efetivada a sua implantação, encontrando-se em execução a ETAPA I, que abrange as regiões do Planalto e da Campanha.

O Programa de Preservação do Meio Ambiente na área rural, que usa como veículo a "Operação Verde", deu pleno apoio ao andamento da arborização no litoral, nas estradas, cidades, margens dos rios e nascentes de cabeceiras, propiciando ainda a criação do Distrito Florestal e de novos parques e reservas biológicas. Merece, ainda, especial atenção entre os Programas, o de Diversificação da Produção, que objetiva estimular a introdução de novas culturas e a expansão das já existentes.

A Secretaria da Agricultura, em 1976, acionou, também, os programas de feijão, milho, cevada (no Planalto), da macieira (na Região Colonial Italiana), além da citricultura (na Depressão Central) e olericultura.

Cabe destacar os excelentes resultados obtidos pela ação do Governo, em 1976, no relativo ao programa de pesquisa, visando a integrar e coordenar a atuação das entidades, engajadas neste trabalho.

Outra importante atuação do Governo, visando a atingir os objetivos constantes na Estratégia de Ação Governamental, diz respeito à qualidade da mão-de-obra mediante treinamento e especialização, através de cursos. Tal treinamento, objetivando preparar o indivíduo para a conservação do solo e da água, fotointerpretação e fotogrametria, classificação de solos, uso adequado de trator, efetivação satisfatória da tosquia e inseminação artificial, além de outros, logrou atingir os objetivos propostos na medida em que oportunizará a obtenção, em futuro próximo, do aumento de produtividade através da qualificação da mão-de-obra.

Não se pode perder de vista, tanto no planejamento da Ação Governamental como principalmente na sua análise e verificação de viabilidade, os limites do Poder Público Estadual. Somente a implementação das atividades, cuidadosamente pautadas no controle dos limites viáveis de atuação, poderá ser produtiva a curto, médio e longo prazo.

O atual Governo, objetivando promover o desenvolvimento do Setor Agrôpecuário, atua nas áreas de Produção Vegetal, Produção Animal e Implementação Setorial.

1. 1. 1 – Produção Vegetal

O principal objetivo do Governo com o Programa de Produção Vegetal está corporificado na promoção da assistência técnica ao produtor rural, complementada pela oferta de crédito. Outras atividades, além do crédito, têm implementado a assistência técnica, podendo ser citadas como exemplo a Unidade de Moagem de Calcário (Carazinho), a Patrulha Fitossanitária, o Serviço de Sementes e Mudas, o Parque Apícola (L'aquari), os centros de treinamento de mecanização de lavoura, os centros cooperativos de treinamento e os serviços de fiscalização de vinho e derivados.

Dentre essas atividades, devem ser salientadas a continuidade da "Campanha do Uso Adequado de Defensivos Agrícolas", o lançamento da "Operação Milho", a ação saneadora no uso e emprego de pesticida, pela aviação agrícola, a multiplicação e distribuição de semente básica de variedades de trigo, soja e feijão, a proliferação dos cursos de reciclagem de tratoristas no interior do Estado, a adequação dos centros cooperativos à realização de cursos para preparação de mão-de-obra, a ampliação do serviço de fiscalização de vinhos e derivados, já estendidos às demais bebidas alcoólicas.

Em 1976, duas campanhas centralizaram a orientação do Poder Público: o Uso Adequado de Defensivos e a Operação Milho.

Para a primeira campanha, lançada na área da Bacia do Rio Jacuí, foram necessários os esforços conjugados de técnicos e especialistas, a participação de entidades comunitárias, Prefeituras, Cooperativas, Sindicatos e Secretaria da Saúde, além da cooperação da Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico. Foram atingidos, desta forma, 96 municípios diretamente, todavia, todo o Estado sentiu os reflexos do trabalho desenvolvido.

No que concerne à "Operação Milho", usou-se como forma de atuação o atendimento orientado para dois pólos estratégicos, onde foram concentrados recursos materiais e humanos. Os trabalhos de programação foram iniciados em maio. As atividades de campo iniciaram com o desenvolvimento das lavouras de milho em cada município envolvido e prosseguiram com reuniões, demonstrações e visitas, acompanhadas de um intenso trabalho de divulgação pela imprensa.

Em seu decorrer, o trabalho procurou a integração das mais diversas entidades, tanto públicas como privadas, sendo obtidas efetivamente uma colaboração expressiva, destacando-se a resposta, por parte da rede bancária, das cooperativas, da ASCAR e FETAG.

Quanto à meta física, estipulada em uma colheita de 6.000 quilos por ha plantado de milho, ainda não se pode determinar quantitativamente seu êxito. Já é possível prever, no entanto, além de um aumento da área cultivada de milho no Estado de aproximadamente 20%, um significativo aumento da produtividade das lavouras.

Apesar do destaque das duas campanhas de maior envergadura, não devem ser esquecidos os trabalhos realizados pela Campanha de combate ao serrador da acácia negra. Esta Campanha, desenvolvida numa área integrada por 39 municípios, em 1976, duplicou o número de acacicultores atingidos.

Outras atividades foram levadas a cabo, tendo em conta os Objetivos dos Programas Propostos, dentro da Estratégia delineada:

inspeção de viveiros;

realização de Simpósio sobre o uso de fungicidas no combate às doenças do trigo;

levantamento de inseticidas e fungicidas usados na lavoura rio-grandense;

realização de cursos de reciclagem de tratoristas (em nº de 768);

difusão de práticas agrícolas adequadas à atual realidade;

multiplicação de sementes básicas de trigo, soja e feijão (provenientes dos órgãos de pesquisa);

registro de 1.384 toneladas de bulbo, para produção de sementes de cebola;

ampliação das atividades de fiscalização de vinhos e derivados, com a extensão ao controle das bebidas em geral.

Duas novas atividades agrícolas estão recebendo a atenção dos técnicos da Secretaria da Agricultura. O cultivo da cevada no planalto e o da macieira, na Região Colonial Italiana.

Em 1976, as atividades da Secretaria da Agricultura, na área de produção vegetal, podem ser resumidas em:

PROJETOS/ATIVIDADES

REALIZAÇÕES

Projeto – Uso Adequado de Defensivos, Combate e Controle de Pragas e Moléstias

– reuniões com agricultores e lideranças municipais	29.639
– visitas	1.606
– palestras	198
– divulgações	395
– distribuição de material educativo	113.371

Projeto – Controle do Serrador da Acácia Negra

– cadastramento

nº de municípios	39
nº de agricultores	840
área cadastrada	28.620 ha
pés cadastrados (1 a 6 anos)	63.815.400

– divulgação dos métodos e controles da acácia negra

distribuição de folhetos	5.900
cartazes	950
manuals de instrução	60
folhas de cadastro	1.600
legislação	12

Projeto – Inspeção Fitossanitária de Viveiros

nº de produtores inspecionados	409
nº de municípios inspecionados	60
nº de interdições de viveiristas	10
expedição de guia de permissão de trânsito	91
expedição de novos certificados de Registro	45
cancelamento de Registro	43
nº de mudas inspecionadas	25.270.660

Projeto – Levantamento de Intoxicações Causadas pelo Uso de Defensivos Agrícolas

nº de pessoas intoxicadas registradas pelo estudo	90
nº de animais intoxicados registradados pelo estudo	15
nº de animais mortos por intoxicação e registrados pelo estudo	49

Projeto – Levantamento do Consumo de Defensivos Agrícolas

inseticida em pó (kg)	40.086.039
inseticida líquido (l)	4.337.419
herbicida pó (kg)	168.120
herbicida líquido (l)	5.094.518
fungicida pó (kg)	1.429.102
fungicida líquido (l)	92.452

Subprograma – Extensão Rural

Orientação Técnica	
nº de reuniões realizadas	1.641
nº de assistentes a reuniões	18.308
nº de informações verbais	53.319
nº de informações escritas	19.436
nº de agricultores atingidos	41.851
área atingida (ha)	93.709
amostras de solo	73.999
crédito rural	3.090
sementes distribuídas (toneladas)	14.226
mudas distribuídas (unidades)	678.521
demonstração de métodos (individuais)	2.392
demonstrações de métodos	
– nº de grupos	418
– nº de pessoas	1.610
material educativo (nº)	4.521
atividades diversas (frequência)	1.681
lavouras demonstrativas	456

1.1.2 – Produção Animal

Este Programa, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, principalmente através da Supervisão de Produção Animal, visa ao desenvolvimento e promoção de estudos, pesquisas, experimentação, fomento e fiscalização da produção animal; ao estudo e combate às doenças que venham a prejudicar a exploração da pecuária gaúcha, assim como levar ao conhecimento do produtor, a tecnologia e os resultados da pesquisa através da assistência técnica.

As realizações, em 1976, podem ser sintetizadas como segue:

PROGRAMA/
SUBPROGRAMA

ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS

— Combate às doenças
infecto-contagiosas
e parasitárias

1. Combate a doenças:
 - a) Combate à Febre Aftosa.

Vacinação, quadrimestral, de 100%
de bovinos c/ mais de 4 meses de
idade:

jan.	12.132.207
maio	12.311.805
set.	11.148.254

Controle de 100% da movimentação
de bovinos

bovinos movimentados	423.830
bovinos controlados	423.830

Controle e Assistência aos focos
existentes

focos de febre	3.202
focos controlados	3.202

Controle de Comercialização de
vacina

revendedores	217
veículos inspecionados	669
vacina inutilizada	372.172
 - b) Combate à Brucelose

Vacinação de terneiras
(3 a 8 meses) 698.167

Amostragem s/prevalência da doença
na pecuária de corte

nº de vacas sangradas	73.796
prevalência %	2,00

Diagnóstico relativo a situação da
brucelose suína

nº de municípios atingidos	65
nº de suínos testados	6.591
nº positivos	136
prevalência %	2,06
 - c) Erradicação da Sarna e Piolheira dos
Ovinos

Inspeção de rebanhos

nº de ovinos revisados	28.472.362
ovinos c/sarna %	0,002
ovinos c/piolho %	4,004

	d) Combate à Raiva	
	bovinos vacinados	86.205
	índice de morbidade	7,15/105
	e) Combate à Tuberculose	
	tuberculinizações	53.188
	bovinos positivos	1.527
	prevalência %	2,87
	f) Combate a outras moléstias	
	Vacinação contra:	
	carbúnculo hemático	513.526
	carbúnculo sintomático	191.487
	paratifo suíno	65.155
	varíola aviária	16.864
	tifose aviária	49.208
	cólera aviária	149.978
	peste suína	262.270
	2. Atividades de Apoio	
	Educação sanitária:	
	criadores atendidos	421.127
	reuniões	250
	nº de criadores presentes	5.736
	artigos em jornal	331
	treinamento de pessoal	1.119
– Desenvolvimento animal, fomento e assistência pecuária	1. Feira do terneiro	
	nº de feiras realizadas	10
	Nº de terneiros inscritos	15.100
	nº de terneiros comercializados	8.835
	nº de criadores participantes	102
	2. Tosquia Australiana	
	nº participantes em curso	18
	nº ovinos tosquiados	20.000
	3. Classificação de carcaça ovina	
	nº carcaças classificadas.	75
	4. Feira de suínos	
	nº feiras realizadas	7
	nº de reprodutores comercializados	456

- Melhoramento dos Rebanhos p/Inseminação Artificial	1. Controle Sanitário, Estudos e Pesquisas s/a Fisiologia da reprodução animal	1.025
	exames realizados	1.025
	nº de inseminações realizadas	45.656
	2. Emprego de Inseminação Artificial no melhoramento dos rebanhos	
	doses de sêmen colhido	115.400
	doses de sêmen distribuído	96.658
	municípios atendidos	90
	inseminações realizadas	45.656
	convênios com outros órgãos (nº)	66
	3. Treinamento de Pessoal e Divulgação de Inovações	
	cursos realizados (nº)	20
	nº de participantes	235
	nº de palestras	12
	nº de reuniões	8
	- Desenvolvimento da Economia Pecuária	1. Arborização e Conservação de Areas Verdes
árvores plantadas		12.000
grama recuperada (m ²)		6.000
2. Agricultura		
pasto verde produzido (kg)		103.757
fardos de palha		18.000
3. Obras Civis		
obras concluídas (m ²)	1.700,68	
aterro colocado (m ³)	51.200,00	

Com relação ao setor de Produção Animal, devem-se tecer comentários:

Com exceção do surto de Febre Aftosa, decorrente do aparecimento a nível de campo de uma amostra diferente do vírus "A 24" contido nas vacinas, e que determinou elevado número de focos,

enfermando apreciável número de animais, as demais moléstias dos animais domésticos mantiveram-se, em geral, dentro dos índices observados nos anos anteriores.

No relativo a bovinos, a meta da pecuária de corte é a produção do "Novilho Precoce", visando a idade de abate e, conseqüentemente, propiciar o aumento da taxa de natalidade, oportunizando também a integração da lavoura à atividade pastoril. A principal limitação para o programa, que tem em vista a redução do tempo de engorda do bovino para corte, reside na existência de critérios para a comercialização do produto final que classifiquem e tipifiquem as carnes.

A suinocultura vem sofrendo as conseqüências das oscilações do preço do quilo do porco vivo, muito desestimulante para o criador se motivar a introduzir melhoramentos em sua propriedade ou até mesmo em seu rebanho através de novos reprodutores. Mesmo assim, as Feiras de Suínos, realizados pela ABCS em colaboração com a Secretaria da Agricultura (UEZ), vem contribuindo para a comercialização de animais melhoradores de rebanhos e para introdução em nosso meio de modernas práticas de manejo.

Levando em conta a importância da pesca no RS e visando a substituir o empirismo e estimular a pesquisa, produção e industrialização do pescado, estão incluídos também na Produção Animal vários projetos relativos à atividade pesqueira no Estado.

Durante o ano de 1976, as atividades exercidas pelo GEDIP foram parcialmente prejudicadas pela contenção de gastos que se fez sentir na execução das tarefas governamentais. Todavia, entre suas realizações deve-se citar:

- o apoio financeiro (Cr\$ 2.000.000,00) dado pelo Governo, através do GEDIP, para construção de um barco para pesquisa oceanográfica;
- o alargamento das frentes de trabalho de Desenvolvimento da Aquicultura. Nas fazendas aquáticas de Rio Grande e Tramandaí - Projeto Tainha - é esperado um rendimento por hectare/ano de cerca de 300 kg;
- o treinamento de Recursos Humanos para o exercício de atividades diretamente ligados ao setor pesqueiro. Em 1976, através da Capitania de Portos do Estado do Rio Grande do Sul.
 - Escola Técnica de Pesca foram realizados os cursos:
 - "Atualização do Pescador" - atingindo a 187 alunos;
 - "Fundamental de Motorista de Pesca" com uma turma de 13 alunos;

“Fundamental de Moço de Convés” com uma turma de 33 alunos;

“Especial de Combate a Incêndio” – com duas turmas, totalizando 34 alunos.

- o Desenvolvimento da Pesquisa Pesqueira que se efetivou através do apoio logístico dado ao projeto Tainha (Fazendas Aquáticas de Tramandaí e Rio Grande);
- a implantação das atividades concernentes à coordenação e execução do Plano Trienal do Desenvolvimento da Pesca.

1. 1. 3 – Implementação Setorial

Dentre a atuação do Setor Público, com o objetivo de eliminar os estrangulamentos detectados no Setor Primário, algumas atividades no Estado, pela coragem do empreendimento ou magnitude do mesmo, merecem destaque: PESQUISA, PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO.

Com a finalidade de congregiar todas as atividades de pesquisa da Secretaria da Agricultura, congregando-as de uma forma bastante global foi concebida a criação de uma Supervisão de Pesquisa. A partir de então, todos os esforços foram dirigidos no sentido de implementar tal Supervisão, tornando-a realidade, sem contudo perder de vista a adequação do trabalho a ser por ela desenvolvido. Isso foi feito para dotar de grande capacidade de respostas e elevado efeito multiplicador o sistema estadual de pesquisa agropecuária, a fim de maximizar as potencialidades de realização das diretrizes do Governo do Estado para o setor agropecuário.

A pesquisa agropecuária, cujo objetivo é realizar estudos e investigações básicas ou aplicadas, buscando soluções de problemas que se constituem em ponto de estrangulamento na produção do setor primário, além de divulgar e fazer chegar aos órgãos de Extensão e Assistência Técnica, os resultados objetivos, precisava, sem dúvida, de um apoio mais consistente, como o que lhe foi oferecido com a criação do Sistema. Ela própria, no seu âmago, luta com inúmeros estrangulamentos, entre os quais se destaca a própria mentalidade da supervalorização do tempo de retorno do investimento.

A Secretaria da Agricultura, para atingir os objetivos precípuos da pesquisa, no ano de 1976, contou com quatro Institutos e 22 Estações Experimentais, alguns dos quais com finalidade específica.

O Instituto de Pesquisas Agronômicas procura a solução adequada para os problemas da agricultura, através da melhoria das culturas de clima temperado e tropical, além da utilização da pesquisa básica aplicada e da experimentação regional, com vistas ao estabelecimento de normas técnicas para as culturas de interesse econômico para o Estado.

O Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis (IPRNR) tem por finalidade a realização de pesquisas básicas e aplicadas para a utilização racional e preservação dos recursos naturais renováveis do Estado. Também lhe compete uma série de atribuições com o objetivo de beneficiar a agricultura e a população do RS, bem como para o desenvolvimento econômico e social do Estado e da nação em geral. Atividades relativas às áreas de flora, fauna, solos e águas são, ainda, desenvolvidas nesse Instituto.

O Instituto de Pesquisas Zootécnicas Francisco Osório (IPZFO) deve levar a cabo pesquisas básicas e aplicadas, visando à solução de problemas zootécnicos referentes à criação de animais domésticos, que se constituem em objetos de exploração econômica no Estado.

Planejar, coordenar, supervisionar e executar programas de pesquisas referentes ao melhoramento genético, nutrição e manejo referentes aos bovinos de corte, de leite, suínos, ovinos e aves são, também, atividades arroladas entre as atribuições do Instituto Francisco Osório.

Cabe ao Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor conduzir as pesquisas na área de Sanidade Animal, visando à realização de diagnósticos e à indicação de alternativas para o controle das doenças dos rebanhos, principalmente as que são motivos de campanhas sanitárias. As Estações Experimentais (22), que integram a Supervisão de Pesquisa, atuam nas mais diversas áreas de pesquisa agropecuária, atuando como suporte da experimentação dos institutos de pesquisa, bem como assistência ao setor de produção de material genético básico (sementes, mudas e reprodutores). As estações experimentais têm, também, o papel de irradiadores da tecnologia agropecuária desenvolvida pela pesquisa, cujo objetivo é atender as necessidades do sistema de produção a nível regional.

Em 1976, as principais realizações na área da pesquisa foram:

– O Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária

A criação de um sistema estadual de pesquisa, em convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado, em 28 de abril de 1976, destaca-se como força impulsora de uma série de outras. Como decorrência desta criação, foram realizadas reuniões técnicas com vistas ao estudo das peculiaridades das culturas de trigo, soja, milho, sorgo, arroz, além das singularidades da olericultura, fruticultura, silvicultura, dos aspectos característicos dos solos, por áreas da enologia, das exigências para o cultivo da videira, feijão; bovinos de corte, bovinos de leite, forrageiras e pastagens e sanidade animal.

Nas reuniões técnicas realizadas participaram cerca de 600 técnicos pertencentes a 23 instituições de pesquisa, envolvendo órgão da Secretaria da Agricultura, EMBRAPA, Universidades, organismos Federais e Empresas Privadas, sendo obtidos valiosos subsídios para a montagem e integração da pesquisa, em termos globais a nível Estadual. Como conseqüência, foram elaborados 604 subprojetos agrupados em 22 projetos de pesquisa onde se destacam os estudos sobre: arroz, batatas, cebola, citros, feijão, fruticultura, mandioca, milho, olerícolas, pêssego, soja, sorgo, trigo, videira, enologia, aves, bovinos de leite, ovinos, suínos, conservação de solos, flora e fauna.

Através da equipe de estatística experimental e agrícola foram analisados, em 1976, 149 ensaios e 145 delineamentos entre os quais as culturas de trigo, soja e milho constituíram o tema principal.

	ENSAIOS	DELINEAMENTOS
Trigo	49	42
Soja	28	103
Milho	47	-
Diversos	25	-

Com relação a atividades de pesquisa, no que diz respeito à área de produção vegetal, foram desenvolvidas ou estão em desenvolvimento, através do IPAGRO, os projetos:

PROJETOS	CONCLUÍDOS E/OU EXECUTADOS,	EM ANDAMENTO
Soja	161	158
Milho	98	121
Trigo	194	194
Feijão	17	40
Mandioca	12	12
Videira	23	23
Batata	10	10
Rosáceas	17	17
Citros	50	50
Olerícolas	-	22
Tec. Sementes	6	6
Climat. Agrícola	-	-
Grãos Armazenados	4	4
Formigas Cortadeiras	6	6

Neste particular a principal contribuição prestada à agricultura, em 1976, foi o lançamento de duas novas variedades de soja e trigo.

Os trabalhos desenvolvidos, a nível técnico, tiveram por objetivo a geração de tecnologias nas diferentes linhas de pesquisa, com a finalidade de orientar a elaboração de sistemas de produção mais adequados à realidade de cada região produtora.

Outras atividades desenvolvidas na área de produção vegetal podem, ainda, ser citadas:

análises de fertilizantes e corretivos;
 análises do solo;
 análises de sementes;
 determinações fitopatológicas e entomológicas
 observações meteorológicas;
 determinações atômicas;
 organização de coleção de insetos;
 manutenção e renovação do herbário.

A quantificação dessas atividades, no ano de 1976, atinge, como se pode observar, a cifras significativas:

- Análise de adubos e corretivos	597
- Certificados emitidos	303
- Determinações químicas	2.310
- Análise de solos	
nº de solos	29.832
nº de determinações	170.956

CULTURA	ANÁLISE REALIZADA	AMOST. ANALIZADA
Trigo	7.350	2.575
Soja	4.613	2.382
Arroz	1.712	420
Feijão	978	548
Milho	1.441	886
Forrageiras e outras	8.178	2.668
TOTAL	24.272	9.479

O IPAGRO, pretendendo uma melhor divulgação dos trabalhos de pesquisa no período, realizados com as culturas de soja, milho e feijão, realizou reuniões em Taquari, Veranópolis, Nova Prata, Júlio de Castilhos, Guaíba e Osório, congregando agricultores, extensionistas e pesquisadores.

Os resultados obtidos através das pesquisas realizadas no ano de 1976, foram apresentados como produtos de estudos científicos, por ocasião de reuniões técnicas em Ponta Grossa (PR), Cruz Alta (RS), Porto Alegre (RS), Piracicaba (SP) e Santa Maria (RS).

O IPAGRO divulga, também, os resultados de suas pesquisas em duas publicações. Em seis números da revista *Agronomia Rio-Grandense* foram divulgados 72 trabalhos científicos de sua lavra, e em quatro números da revista de divulgação técnica "IPAGRO INFORMA" foram veiculados cerca de 28 trabalhos, além de outras importantes informações técnicas.

Foram desenvolvidas na área de produção vegetal, através do IRGA, atividades técnicas entregues ao Departamento de Obras e Assistência Técnica – DOAT e desenvolvidas pela Estação Experimental do Arroz, salientando-se a pesquisa e experimentação, em que o programa de investigação objetivou conclusões nos campos de:

- fitomelhoramento: melhoramento genético e ensaios comparativos de rendimentos de cultivares de arroz irrigado;
- ecologia vegetal: efeitos de época de semeadura de cultivares e linhagens de arroz irrigado e ensaios regionais de cultivares e linhagens de arroz irrigado;
- manejo e tratos culturais: sistemas de semeaduras de arroz irrigado;
- nutrição de plantas: níveis de nitrogênio na cultura do arroz irrigado; determinação de níveis tóxicos de Na CL em solos cultivados com arroz irrigado no Rio Grande do Sul; calibração de análises de solo para fósforo e potássio em solos irrigados no Rio Grande do Sul;
- nematologia: controle do nematoide "aphelenchoides besseyi christier" em arroz irrigado;
- fitopatologia: ensaios de controle de moléstias comuns do arroz; investigação de sensibilidade a apifitias comuns à cultura do arroz;
- controle de invasores: controle químico de ervas daninhas; controle das plantas invasoras em lavouras de arroz por meios mecânicos;
- entomologia: métodos de combate às pragas do arroz;
- sementes: efeito do grau de maturação no rendimento e características físico-químicas dos grãos de oito cultivares de arroz irrigados; uso de sacaria de fibra sintética na comercialização de arroz semente;
- tecnologia: características fisiográficas de variedades de arroz irrigado no Rio Grande do Sul.

As atividades de apoio à pesquisa específica estiveram a cargo do Laboratório de Análise de Sementes de Arroz, cujo volume de trabalho foi de 5.438 análises de amostras de arroz; do Laboratório de Biologia, que realiza análises de plantas de semente para identificação de agentes patogênicos; do Laboratório de Química, que efetua análises de solo, determinando o fósforo-potássio, matéria orgânica e PH, bem como

análises de águas e adubos; do Laboratório de Qualidade, que fornece dados à Seção de Fitotecnia e Estatística Experimental sobre as qualidades físico-organolépticas dos arrozes em seleção; da Estação Agro-Meteorológica, incumbida de obter dados climáticos de interesse para a pesquisa de arroz, após relacionados com os dados experimentais.

Funcionam na estação Experimental do Arroz os convênios técnicos IRGA-AGIPLAN-BNDE-EMBRAPA, com o objetivo principal de obter recursos para a aquisição de equipamentos, material de consumo e veículos, indispensáveis à realização de pesquisas.

O convênio com o AGIPLAN já propiciou à Autarquia, desde seu início, a aplicação de recursos do BID, no valor de Cr\$ 2.182.726,47 sendo carreados para a pesquisa, em 1976, Cr\$ 177.418,95.

O Contrato de Cooperação Técnico-Financeira, celebrado com o BNDE/EMBRAPA, em fins de 1974, teve sua execução iniciada em 1975, e, através dele, estão sendo liberados pelo BNDE/FUNTEC/268, recursos para serem aplicados em pesquisa de arroz irrigado, no valor de Cr\$ 1.551.100,00. Até dezembro, foram aplicados recursos no valor de Cr\$ 1.138.614,07.

Entre as principais realizações, em 1976 do Instituto de Pesquisa de Recursos Naturais Renováveis (IPRNR) com relação à flora e solo, figura a conclusão de Subprojetos, merecendo destaque a realização de outros dezessete ainda em desenvolvimento.

Outras atividades também foram desempenhadas pelo IPRNR, no ano de 1976, podendo-se citar palestras, seminários, publicações de trabalhos e cursos de especialização.

Outras pesquisas, estas vinculadas ao setor de produção animal, foram conduzidas pelo Instituto de Pesquisas Zootécnicas Francisco Osório (IPZFO) e pelo Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (IPVDF).

No Instituto de Pesquisas Zootécnicas Francisco Osório foram desenvolvidos os trabalhos:

AREA	SUBPROJETOS CONCLUÍDOS	SUBPROJETOS EM ANDAMENTO
Gado de Corte	1	7
Gado de Leite	1	3
Forrageiras	7	18
Nutrição	1	1
Suínos	—	5
Ovinos	—	2
Aves	3	2
TOTAL	13	38

Dentro do programa de melhoramento genético, (gado de corte), destacam-se os testes de avaliação que dão maiores garantias ao criador. Em 1976, foram avaliados 235 reprodutores dos quais 133 receberam certificados.

No programa de forrageiras foram identificadas oito entidades taxonômicas de *Echinochloa*, três das quais pela primeira vez no Estado, e dezoito do gênero *Setaria*, seis das quais trabalhadas pela primeira vez no Estado.

O setor, voltado para o estudo da nutrição animal, ofereceu suporte aos demais setores através da realização de 938 análises químico-bromatológicas, e da constatação de baixos teores de molibdênio nas pastagens nativas. No que se refere a aves, estudos realizados demonstram:

- a possibilidade de incorporar às rações sucedâneos de milho com a adição de gordura para o equilíbrio energético;
- a viabilidade de aumentar a lotação de até 18/aves/m² para produção de carne, até a idade de 10 semanas, com boa rentabilidade.

O IPZ, em 1976, divulgou os resultados de pesquisas através das publicações:

Anuário Técnico IPZFO	31 trabalhos
Boletim informativo aos produtores	6 boletins
Boletim especial s/feço (produtores e extensionistas)	1 boletim

O Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor desenvolveu as atividades:

ÁREA	SUBPROJETOS CONCLUÍDOS	SUBPROJETOS EM ANDAMENTO
Parasitoses	2	—
Doenças infecciosas	6	7
Toxicologia	—	2
TOTAL	8	9

No campo da parasitologia os resultados se referem ao uso de carrapaticidas, onde ficou constatada a viabilidade do uso de "carrapaticidas arsenicais" em propriedades com resistência aos carrapaticidas fosforados.

No relativo a doenças infecciosas, estudos de comportamento "anti-higiênico" permitiram verificar o aparecimento de etapas diferenciadas anti-higiênicas do vírus "aftosa". Os estudos possibilitaram, ainda, concluir que ocorrem modificações de forma paulatina e que os rebanhos imunizados, parcialmente, favorecem o aparecimento destas modificações.

Estudos sobre Leptospirose demonstraram predominância de "L. Wolffi e L. Sejroc", para bovinos e "L. Pomona" para suínos.

Foram, também, desenvolvidos trabalhos de investigações sobre as causas de doenças dos animais (galinhas, suínos, bovinos e eqüinos) de maior significado para a Economia Gaúcha.

Como trabalho de apoio à ação dos serviços de defesa sanitária, foram desenvolvidos os estudos de epidemiologia e diagnóstico laboratorial:

- típica do vírus da febre aftosa: examinadas 2.735 coletas, provenientes de 147 municípios, sendo identificadas 797 amostras;
- diagnóstico de raiva: foram examinadas 707 coletas das quais 375 se revelaram casos positivos (279 de cães, 63 bovinos e 33 outros animais);
- mapeamento de estirpes de carrapatos;
- diagnóstico de outras doenças: foram objeto de estudo 1.146 coletas provenientes de bovinos, aves e suínos.

O IPDF, em 1976, desenvolveu, também, atividades complementares:

Produção de vacinas contra a febre aftosa	4.190	mil	doses
Produção de vacinas contra brucelose	950	mil	doses
Vacinas antigênicas contra papilomatose	7.860	mil	doses
Vacina contra o paratifo suíno	35	mil	doses
Vacina contra peste suína	292.650		doses
Antígeno de Hudleson	100	mil	doses
Tuberculina PPD	121	mil	doses
Antígeno Card-test	1.500		ml

No que se refere a Recursos Naturais, o Governo do Estado mantém na Secretaria da Agricultura, através da Supervisão de Recursos Naturais Renováveis, atividades cujos objetivos visam promover a preservação, uso adequado e a restituição dos recursos naturais do Estado. O uso adequado, bem como o cuidado na preservação dos Recursos Naturais, conferem aos agricultores, à indústria e ao comércio, a imprescindível segurança, indispensável para a estabilidade e a melhoria do poder competitivo nas suas atividades.

Para atingir tais objetivos foi considerado necessário o desencadeamento das atividades:

- continuidade de assistência técnica direta e indireta ao produtor agropecuário, através de orientação técnica adequada;
- fomento e fiscalização no que diz respeito à utilização do solo, água, fauna e flora;
- apoio à produção de matéria-prima originada em atividades extrativas vegetais e sugestão sobre leis de incentivos fiscais a tais atividades;
- elaboração de documentos relativos à criação do Distrito Florestal;
- apoio ao programa de arborização do litoral, estradas, cidades, margens de rios e nascentes de águas, através da "Operação Verde".

Em 1976, das atividades desenvolvidas por Programa ou Subprograma, cabe destacar:

SUBPROGRAMA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
Conservação do solo	1. Assistência, divulgação e propaganda	
	Agricultores atendidos	8.948
	Area atingida (ha)	121.083
	Palestras proferidas	301
	Reuniões realizadas	265
	Informações dadas	8.905
	Visitas efetuadas	4.212
	Visitas recebidas	6.920
	Divulgação falada	271
	2. Atividades Técnicas	
	Locação de terrenos (km)	15.212
	Locação de Canais/escoadouros (nº)	4.602
	Locação de estradas internas (km)	222
	Culturas em contornos c/faixas de proteção	105
	Melhoramento de pastagens (ha)	29.137
	Indicações de fertilizantes e corretivos (ha)	38.525
	Controle de voçorocas (nº)	1.690

	Manutenção de terraços (km)	5.529
	Construção de açudes (n ^o)	28
	Locação de canais de irrigação e drenagem (km)	181
	Locação de taipa (ha)	1.057
	Distribuição de mudas florestais	151.815
	Amostra de solo (n ^o)	4.908
Reflorestamento	1. Assistência e Divulgação	
	Informações Técnicas	1.200
	Agricultores atendidos	390
	Palestras proferidas	8
	Reuniões realizadas	15
	Visitas efetuadas em viveiro de produção de mudas de essências florestais	120
	2. Atividades Técnicas	
	Projeto de arborização de estradas	4
	Projeto de arborização de parque	1
	Projeto de ajardinamento de residência	2
	Quantidade de junco (caminhões)	338
	Quantidade de macega (milheiros)	42.090
	Quantidade de esteiras (3 metros)	24.158
	Quantidade de taquara (dz)	2.301
	Quantidade de arame (kg)	550
	Cercas construídas (m)	3.650
	Mudas plantadas	238.950
	Área coberta (m ²)	100.542
	Área cercada para viveiros (m ²)	11.000
	Produção de mudas	114.746
	3. Convênios com Prefeituras	1
Proteção à flora e à fauna	1. Assistência, Divulgação e Propaganda	

Palestras proferidas	118
Orientação e assistência técnica prestada	83
Visitas a agricultores	250
2. Atividades Técnicas	
Projetos elaborados	5
Reflorestamentos executados (parques)	30
Área preparada para reflorestamento (ha)	35
Sementes colhidas (kg)	4.500
Mudas produzidas	600.000
Eletrificação (km)	1
Construções (m ²)	1.480
Levantamentos da margem do Jacuí (km)	45
Conservação de estradas e tropeiras (km)	84
Irrigação por aspersão – viveiros (m)	330
Delimitação de parques (ha)	351

As metas previstas para o exercício de 1976 foram, na sua maioria atingidas, ocorrendo até casos em que o realizado superou o proposto, principalmente no que se refere ao número de hectares assistidos. De todas as atividades desenvolvidas tem-se dado grande importância à conscientização do homem do campo frente aos problemas causados pela erosão, meta que não se pode avaliar com precisão numérica. Pode-se constatar, todavia, que já existe uma consciência conservacionista entre as populações rurais.

Com relação ao reflorestamento é preciso destacar o desenvolvimento de trabalhos de controle e fixação de dunas em todo o litoral, além de orientação técnica a particulares interessados no problema, quando esta é solicitada.

A elaboração do projeto de Reflorestamento Paisagístico da Estrada RS – 30, que liga Osório a Tramandaí, do projeto de arborização da Estrada RS – 23 que liga Gramado a Canela (cuja execução cabe aos dois municípios, conforme convênio); do projeto, com o mesmo fim, para o balneário no município de Cruz Alta e do projeto Paisagístico para Tramandaí, em execução na avenida Beira-Mar (em cooperação com a Secretaria de Obras do Município), são atividades integrantes da campanha "Operação Verde".

Outra importante realização é a que se relaciona à elaboração do projeto "Distrito Florestal", que está indicando as áreas que podem ser florestadas para fins econômicos.

As atividades de apoio ao setor agrícola consistem, principalmente, no reaproveitamento de terras e no controle de secas, através de obras de drenagem, irrigação e perfuração de poços tubulares profundos, executados pela Secretaria da Agricultura através da CEMAPA.

Dentre as atividades executadas pela CEMAPA, no ano de 1976, destacam-se:

- expedição de 3.720 títulos de legalização de terras públicas;
- outorgação de escrituras de compra e venda de Lotes Urbanos e Rurais num total de 418, com área total de 4.403,89ha e mais 7 glebas rurais com uma área de 775,60ha;
- construção de 224 poços tubulares em 60 municípios;
- serviços de terraceamento e terraplenagem em 3.264ha, atingindo a 36 municípios;
- serviços de canais, valetamento e comportas, para controle da água em 34.026ha, atingindo a 4 municípios;
- construção de 160 açudes, em 18 municípios, com intuito de regularizar as reservas superficiais de água para irrigação das pastagens;
- execução da Carta Geral do Estado, em escala de 1 por 750.000, e avaliação das áreas municipais nas escalas de 1/100.000 e 1/150.000.

Com o fito de apoiar o desenvolvimento agropecuário da Região Sudoeste do Rio Grande do Sul, foi elaborado um Projeto, implementado por convênio entre SUDESUL (M.A.), Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura. Vários subprojetos vinculados ao "Sudoeste 1", foram desenvolvidos durante o ano de 1976.

Em levantamento e Planejamento Conservacionista, o Projeto Sudoeste 1 assistiu a 142 produtores, numa área correspondente a 25.218 hectares e, em Conservação do Solo e da Água, a 236 produtores que ocupam uma superfície de 20.805 hectares. Deve-se destacar neste Subprograma a construção, pelos Técnicos Conservacionistas do Projeto Sudoeste 1, de 3.155 quilômetros de terraço.

No que se refere à Silvicultura foi orientado o plantio com espécies florestais escolhidas de 85.394 árvores.

O Subprograma "Desenvolvimento da Pecuária" procurou orientar os produtores, atentando para os seguintes fatores: alimentação adequada, controle de sanidade orientada e escolha das raças e padrão zootécnico.

Em "Assistência à Alimentação" foram orientados 309 bovinocultores que, em 59.639ha, contavam com um rebanho de 144.030 cabeças; 80 criadores de ovinos que, numa área de 30.418ha, possuíam um rebanho de 127.072 animais. Com o objetivo de prover a mineralização dos rebanhos foram assistidos 119 produtores, através dos quais receberam atendimento 74.397 cabeças de bovinos e 88.595 cabeças de ovinos.

Quanto à "Assistência à Reprodução de Bovinos e Ovinos", atingiu a 165 e 74 produtores, respectivamente, de bovinos e ovinos, com rebanhos correspondentes a 90.382 e 78.458 cabeças.

Através do Subprojeto de "Assistência Sanitária" foram atendidos rebanhos bovinos e ovinos de 631 e 206 proprietários, cujos rebanhos eram de 234.935 e 261.199 cabeças, respectivamente. Foi oferecida, também, orientação para o manejo do gado a 157 e 168 produtores correspondendo a rebanhos de 60.087 e 287.303 cabeças.

Cabe destacar que, nas propriedades assistidas pelo PS/1, as taxas médias de natalidade e de frutificação são mais elevadas do que as médias estaduais.

No Subprograma "Culturas – Desenvolvimento da Lavoura", os responsáveis procuraram dar orientação técnica às culturas anuais dos municípios em todas as etapas do processo produtivo, isto é, desde o preparo do solo, escolha de variedades, plantio adequado, controle fitossanitário, tratos culturais até a orientação da colheita. Desta forma, é compreensível o fato das lavouras de trigo, milho, soja, sorgo, arroz, feijão, em propriedades assistidas pelo PS/1, nos municípios de São Gabriel, Júlio de Castilhos, Alegrete e Livramento, terem apresentado rendimento médio superior às médias estaduais.

Além dos programas que atingem diretamente a produção agropecuária, vários outros foram realizados. Estes últimos, de caráter mais indireto, estão voltados para aspectos de administração, treinamento e assistência ao produtor.

No Subprograma "Economia e Administração Rural" destaca-se o crédito rural. Foram elaboradas 558 propostas de crédito num valor de Cr\$ 68.783.393,00, sendo 55% desse valor para investimento e 45% para custeio.

Na área de Atividades Especiais de Apoio, de Promoção e de Treinamento o PS/1 atendeu a 36 propriedades (111 – construções rurais), deu 28 cursos de treinamento (621 participantes) realizou 51 locações de poços e 45 construções de barragens.

Cabe, ainda, salientar as atividades de assistência ao produtor:

- o PS/1, através de 69 técnicos, atendeu 892 produtores na atividade de pecuária e 535 na atividade de lavoura;
- o Subprograma "Sociologia Rural" realizou 382 visitas e 110 reuniões, atingindo a 2.837 alunos e 821 famílias. Por seu turno, os programas de integração "Lavoura e Pecuária" atingiram a 9 clubes com 149 participantes.

1.2 - Indústria

O papel do Setor Público Estadual, no desenvolvimento do Setor Industrial do Rio Grande do Sul, apóia-se, fundamentalmente, nas atividades da Secretaria da Indústria e Comércio e de seus órgãos vinculados, e sua atuação se faz em dois campos, Promoção Industrial e Produção Industrial.

A Secretaria da Indústria e Comércio está voltada, basicamente, ao desenvolvimento industrial e comercial do Estado, aos mercados nacional e internacional e à pesquisa e tecnologia industriais. Busca, em sua área de atuação, oportunizar emprego para as crescentes populações urbanas e contribuir para a correção dos desequilíbrios espaciais.

1.2.1 - Promoção Industrial

A Secretaria da Indústria e Comércio tem, entre as suas principais atribuições, a promoção do desenvolvimento do Estado através da expansão da indústria, da implantação de novas indústrias, bem como da promoção de produtos e das potencialidades gaúchas.

Dessa forma, em 1976, sua ação foi dirigida para a consecução desses objetivos sem, contudo, perder de vista as pesquisas e experimentação tecnológica.

Procurou a Secretaria da Indústria e Comércio, através de seus projetos, garantir a expansão das áreas e Distritos Industriais já existentes, impulsionar a expansão da indústria, a implantação de novas unidades produtoras, bem como promover os produtos e as potencialidades gaúchas.

Fôram, para isso, desenvolvidos, em 1976, alguns programas básicos nas áreas de Indústria, Comércio e Tecnologia.

Na área de Indústria se visou fundamentalmente a:

- polarização regional;
- exploração de recursos naturais não renováveis;
- produção de insumos básicos;
- indústria petroquímica;
- produção metal-mecânica;
- agroindústria;
- agilização do CONDEI e da ORTECAP;
- FUNDOPEM.

Na área de Comércio, a ação se dirigiu no sentido de:

- realização de estudos, pesquisas e análise do mercado interno e externo;
- criação de mecanismos modernos, com informações de mercado, transporte e armazenagem;
- busca de soluções para a comercialização, em tempo hábil, de produtos perecíveis.

Na área de Tecnologia foi dada continuidade à realização de estudos e pesquisas tendo sido, inclusive, elaborado um projeto de cooperação técnica entre a CIEN'TEC, SUBIN e Alemanha Ocidental.

Dentro da orientação de projetar o Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a atrair novos investimentos, a Secretaria da Indústria e Comércio promoveu o I Seminário Internacional de Investimentos, e participou dos seguintes acontecimentos:

- Nacionais:

FENAC – Feira Nacional do Calçado (Novo Hamburgo);
 III EXPOINTER – Exposição Internacional de Animais (Esteio);
 Projeto Comunicação, realizado paralelamente ao Festival Nacional de Televisão;
 Painel do Boi ao Calçado – Instituto Brasileiro do Couro e Calçados;
 Exposição Grande Rio Grande (Porto Alegre);
 I Jornada Metal-Mecânica (Porto Alegre);
 Couromoda (Rio de Janeiro).

- Internacionais:

I Seminário Internacional de Investimentos (Porto Alegre);
 Feira Internacional do Artesanato (Munich);
 IV Encontro sobre Adaptação do Produto e Desenvolvimento para Indústrias de Exportação (Berlim);
 II Encontro Econômico Teuto-Brasileiro (Stuttgart).

Seguem-se devidamente descritos os programas básicos da indústria:

- Polarização Regional

A Polarização Regional define a política espacial que deve orientar a expansão industrial, pretendendo o Estado, com o estabeleci-

mento de prioridades locacionais, atingir um duplo objetivo: obter economias de aglomeração que diminuam os custos de infra-estrutura das empresas e reespecialização da atividade econômica, a fim de evitar concentrações urbanas onerosas e desaconselháveis.

Dentro dessa linha de ação, salienta-se a necessidade de industrializar, obedecendo a uma ordem razoável e procurando superar os anacronismos das expansões espontâneas, aparecendo os Distritos e Áreas Industriais como instrumentos válidos para uma política de desenvolvimento, de forma geral, e de industrialização, de forma particular.

Vem assim o Estado mobilizando seus instrumentos de incentivos (creditícios, infra-estrutura, gasto público, etc.) de forma dirigida, concentrando-os segundo os objetivos enunciados.

Está sob a responsabilidade da Secretaria da Indústria e Comércio, tendo como órgão executor a CEDIC, a implantação dos seguintes Distritos e Áreas Industriais: Distrito Industrial de Gravataí, Distrito Industrial de Cachoeirinha, Área Industrial de Butiá, Distrito Industrial de Rio Grande, Distrito Industrial de Santa Maria.

– Exploração de Recursos Naturais não Renováveis

Tem-se pretendido, em relação à exploração de recursos naturais não renováveis, aproveitar racionalmente as reservas minerais do Estado, sendo dada ênfase especial, nesse programa, à exploração do cobre, cimento e pedras semipreciosas.

Com relação ao cobre foi dado seguimento às negociações já desenvolvidas entre o CONSIDER, BNDE, Usina Brasileira de Cobre (Grupo Pignatari), a CEDIC e grupos privados, os quais prevêem a implantação, em Rio Grande, de uma usina com capacidade de 100.000 t/ano.

Relativamente ao cimento, têm sido mantidos contatos com um grupo mineiro que pretende a implantação de uma empresa no Distrito Industrial de Rio Grande.

Quanto às pedras semipreciosas, foram desenvolvidos, durante o ano de 1976, estudos referentes a jazidas, lapidação e exportação das mesmas, tendo-se, para tanto, realizado vários contatos com as autoridades dos municípios produtores, bem como com os empresários do setor.

– Produção de Insumos Básicos

A Secretaria da Indústria e Comércio procurou estimular e apoiar a produção de fertilizantes e corretivos através da realização dos seguintes projetos:

- Ácido Fosfórico: procurou-se esquematizar e avaliar as jazidas de rocha fosfática em Minas Gerais para, posteriormente, evoluírem as negociações sobre participação acionária entre as empresas produtoras de fertilizantes: FERTISUL; CRA – CIA. RIO-GRANDENSE DE ADUBOS; LUCHSINGER MADÖRIN.
- Amônia e uréia: prosseguem as atividades necessárias à implantação do projeto para a produção: CIA. RIO-GRANDENSE DE NITROGENADOS – CRN.

– Indústria Petroquímica

A implantação do Complexo Petroquímico do Rio Grande do Sul, inserida na política de descentralização industrial adotada pelo Governo Federal, visa sobretudo a constituir-se em um fator de propulsão da economia, regionalizando o seu efeito multiplicador. A utilização das suas matérias-primas para alimentar as indústrias de transformação ou de ponta existentes no Estado pode oportunizar a ampliação da capacidade de gerar empregos, de arrecadar tributos e de agregar insumos.

Esta situação, desejável sob todos os aspectos, aliada à alta densidade tecnológica e de capital requerida pelo Complexo Petroquímico, deverá dar ao Estado ensejo de uma maior dinamização do setor industrial com reflexos benéficos em toda a economia.

Com vistas a implantar uma Central de Matérias-primas com capacidade de produção de 350 mil t/ano de etileno, e unidades de polietileno de alta e baixa densidade – MVC, PVC, propileno, poliestireno e SBR – o Programa Petroquímico encontra-se em fase de definição de processo e das empresas de 2ª geração, planejamento de infra-estrutura e formação e programação dos recursos humanos requeridos. Os recursos necessários para todas as etapas e programas já estão definidos e, passada a atual fase de projetos, as obras estão programadas para se iniciarem em fevereiro de 1977.

Em decorrência disso, viu-se a Secretaria da Indústria e Comércio com a responsabilidade de coordenar, negociar e implantar as indústrias de transformação dependentes e interdependentes do complexo, sendo constituído, inicialmente, um grupo de trabalho capaz de realizar os estudos necessários de modo que, por ocasião da efetiva implantação das empresas, possua essa Secretaria um suporte técnico capaz de bem conduzir os trabalhos que lhe são inerentes.

Por outro lado, foram iniciadas, em 1976, gestões com empresas e grupos interessados em participar com tecnologia e investimentos.

– Produção Metal-Mecânica

O Programa Metal-Mecânica, que objetiva basicamente integrar a produção setorial, ao mesmo tempo em que busca criar novas oportunidades de investimento e ocupar espaços vazios, tem, já concluído,

o seu Diagnóstico Geral, o que sintetiza os principais problemas que afetam o subsetor no Estado. Este trabalho teve como principal finalidade a de estabelecer os pontos de estrangulamentos existentes para, com base nisso, viabilizar a programação dos mesmos em termos de crescimento harmônico. A partir dele foi possível verificar a ocorrência de um parque empresarial de pequeno porte, no qual a análise futura deverá revelar uma enorme potencialidade de expansão, caso possam ser eliminados alguns obstáculos internos e externos.

Estão também concluídos ou em fase de conclusão os diagnósticos por ramos industriais relacionados ao Programa.

A Secretaria da Indústria e Comércio vem dando continuidade aos contatos que vinham sendo mantidos com diversos investidores estrangeiros, com o objetivo de implantar linhas de produção sem similar no Estado.

Podem ser citados os seguintes:

- Malves S/A - Tratores;
- Class - Máquinas Agrícolas (Alemanha Ocidental);
- SWEDA Internacional - Máquinas Calculadoras;
- Huvê S/A - Máquinas Frezadoras;
- Agie - AG - Für Industrielle Elektronik - Máquinas Eletroerosivas;
- Vereinigte Beckershe Werhzeugfölniken - Ferramentas;
- Barmag S/A;
- Fröheling S/A;
- Forjas HANN S/A.

Destacam-se, no setor de Transportes, dois grandes projetos:

- Cavu - Cessna - Aviões com um investimento inicial de Cr\$ 40 milhões;
- Material Ferroviário - estão sendo mantidos contatos com empresas estrangeiras que se associarão a empresas nacionais que já demonstraram intenção de se instalarem no Estado.

Procurou, ainda, a Secretaria, ao longo de 1976, orientar o empresário, principalmente em relação aos aspectos legislativos (inclusive tributários) e econômico-financeiros, em especial quanto aos incentivos governamentais.

- *Agroindústria*

Este Programa tem, como um dos seus principais objetivos, a promoção de um maior desenvolvimento deste ramo industrial, visando, além disso, à dinamização das exportações de diferentes tipos de produtos originários de estabelecimentos agroindustriais. Procura-se, assim, reduzir as exportações "in natura" e absorver um maior contingente de mão-de-obra.

Já existe, para tanto, um diagnóstico relativo às matérias-primas, sendo que os diferentes subprogramas, em fase de elaboração, poderão, a curto prazo, suprir de valiosos subsídios os investidores que reconheceram, em alguns dos ramos indicados ou em atividades complementares ou correlatas, oportunidades vantajosas de investimento.

– Agilização do CONDEI E ORTECAP

O CONDEI – Conselho de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul, criado através do Decreto nº 21.159/71, teve suas funções intensificadas de maneira a melhor cumprir os objetivos a que se propõe, quais sejam:

- definir a política de desenvolvimento industrial, em consonância com a política do Governo do Estado;
- estabelecer diretrizes e normas para a execução dessa política, em harmonia com os programas nacionais de desenvolvimento industrial;
- integrar os esforços do setor público com os da iniciativa privada para o fortalecimento e consolidação industrial do Rio Grande do Sul;
- proceder a estudos e analisar projetos relativos à concessão de incentivos às empresas industriais;
- definir, através de critérios a serem estabelecidos, os setores prioritários para o desenvolvimento industrial do Estado;
- coordenar a execução de programas de assistência às empresas industriais do Estado;
- firmar acordos e convênios necessários à execução da política de desenvolvimento industrial;
- expedir atos e resoluções visando à observância de princípios, normas e diretrizes estabelecidas.

Com relação à ORTECAP, de conformidade com a política de concessão de incentivos à localização e realocização de empresas em Áreas e Distritos Industriais como veículos do desenvolvimento industrial do Estado, 22 projetos lhe foram submetidos, significando uma geração adicional de 1.686 empregos. A situação, por Distrito Industrial, pode ser resumida da seguinte forma:

- Distrito Industrial de Cachoeirinha: 17 projetos que prevêm uma geração adicional de 795 empregos;
- Distrito Industrial de Gravataí: 2 projetos com geração de cerca de 66 novos empregos;
- Distrito Industrial de Rio Grande: 2 projetos, 580 novos empregos;
- Área Industrial de Canela: 1 projeto com criação adicional de 245 empregos.

– FUNDOPEM

O Fundo de Operação Governo-Empresa-FUNDOPEM, é um eficaz instrumento de incentivo financeiro ao investidor. Por seu intermédio, o Governo Estadual pode subsidiar os custos financeiros dos investimentos industriais, assegurando boas condições aos projetos de interesse para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Ele opera no refinanciamento e/ou subsídio (fundo perdido) dos encargos financeiros advindos da contratação de empréstimo com um dos Bancos de Desenvolvimento oficiais do Estado.

O único ônus financeiro no refinanciamento do FUNDOPEM é a correção monetária, com base nas ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Os prazos do fundo podem chegar a 144 meses, incluindo o período de carência.

Foram aprovados, na reunião de 19 de janeiro de 1976, 22 projetos correspondendo a um acréscimo adicional de 4.975 empregos.

No que se refere ao comércio, procurando atender às necessidades da Secretaria da Indústria e Comércio, foi criada a Assessoria de Comércio Internacional que se dedicou, em 1976, à área de Marketing Nacional e Internacional, propiciando, interna e externamente, melhores condições aos exportadores do Estado.

Com esse objetivo, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

- elaboração do perfil econômico de países com os quais o Brasil e o Rio Grande do Sul mantêm relações comerciais, procurando mostrar, inclusive, suas potencialidades para a aquisição de produtos oriundos do Estado;
- divulgação, ao empresário gaúcho, de oportunidades comerciais no exterior utilizando-se de fontes como o CONCEY, Embaixadas do Brasil e correspondência direta com importadores interessados em manter negociações com empresas do Rio Grande do Sul;
- assessoramento, informações ou atendimento de reivindicações, feitas a esta Unidade, por empresários e organismos, podendo-se destacar os seguintes:
 - Gascons Export, Espanha;
 - estudo para a fixação do preço mínimo da uva no Rio Grande do Sul;
 - comercialização e distribuição de açúcar no Estado;
 - levantamento e análise das relações de trocas comerciais – RS/EUA;

perfil dos municípios de Passo Fundo e Santa Cruz do Sul;

perfil do Estado de Santa Catarina;

consulta de empresas dos EUA sobre resíduos de ouro e prata;

realização através do CONDEC (Conselho de Desenvolvimento Comercial) de reuniões com empresários, com a finalidade de detectar e solucionar problemas.

1.2.2 – Produção Industrial

Os objetivos da ação governamental, neste campo, estão consubstanciados nas atividades de diversas empresas do Estado.

A AGASA destaca entre suas principais atribuições a cultura da cana-de-açúcar, a industrialização e a comercialização de açúcar e de produtos subsidiários e derivados.

No que se refere à fabricação, cabe lembrar que a safra ainda está em andamento, devendo o plantio estender-se até fins de fevereiro. Entretanto, é possível prever, aproximadamente, os resultados da atual safra, a saber:

Produção	103.000 sacos de 60kg de açúcar;
Cana Moída	74.460 toneladas
Rendimento Médio	83kg de açúcar p/t de cana

O baixo rendimento industrial foi conseqüência da moagem de cana velha, com vários dias de corte e, portanto, elevado índice de açúcares redutores. Por outro lado, este procedimento resultou do elevado número de dias chuvosos, somado ao péssimo estado das estradas que dão escoamento à matéria-prima.

Quanto à produção de matéria-prima, devem ser consideradas as lavouras minifundiárias e as lavouras de várzea. Em relação às lavouras minifundiárias, as atividades desenvolvidas abrangeram:

– financiamentos	
número de propostas de financiamento	554
plantio efetivado com financiamento	482 ha
plantio efetivado sem financiamento	70 ha
tratos culturais em Soqueiras	704 ha

Além disso, outros itens financiados foram: adubo NPK 8.33.20/28 (5.952 sacos), adubo NPK 5.20.10 (19 sacos), sulfato de

amônia (6.866 sacos), bois de serviço (46), Nitrasol 40 PM (230 kg), Aldrin 2.5% (67 kg), Divron 80 (756 kg), Bi-Hedonal 2,4D (673 litros), Superfosfato Triplo (309 sacos), Calcário (2.794 sacos), Cloreto de Potássio (37,5 sacos), Aretan (89 kg), Mudanças para Plantio (84,5t), mão-de-obra para soqueiras;

- reuniões de comunidade – realizadas 41 reuniões, com a participação de 743 canavieiros;
- lavouras demonstrativas – instaladas 70 novas lavouras demonstrativas;
- reuniões técnicas nas lavouras demonstrativas – realizadas 20 reuniões, com a participação de 128 canavieiros;
- programas de rádio – com informações técnicas 62; de motivação e fomento 269;
- atendimento do Departamento Agrícola – 3.600 visitas (informações diversas);
- visitas de Engenheiros-Agrônomos e Técnicos Rurais – 533 visitas (lavouras demonstrativas, assistência técnica, informações diversas, etc...);
- curso sobre cana-de-açúcar e culturas de subsistência – realizados 2 cursos, com a participação de 39 jovens, durante 6 dias;
- estradas construídas ou retocadas:

AGASA	61.590m;
Prefeitura de Osório, CINTEA e AGASA	31.100m;
Prefeitura de Santo Antônio, CINTEA e AGASA	9.000m;
CINTEA e AGASA	5.280m;
Canos de cimento distribuídos pela AGASA para canavieiros,	232
- distribuição de Mudanças de Árvores Frutíferas
 - Introduzidas 2.227 mudas de árvores frutíferas a 250 canavieiros, a preço de custo.

Constam como atividades desenvolvidas, no que se refere às lavouras de várzea:

- contatos – com proprietários que já iniciaram o plantio em anos anteriores, bem como com aqueles que ainda não iniciaram o cultivo, visando a dar continuidade ao programa de plantio de cana-de-açúcar;

- visitas - iniciaram-se as visitas aos prováveis futuros canavieiros em áreas de várzea, com o objetivo de se constatar o interesse imediato em plantar cana, a área disponível e a disponibilidade de maquinaria e pessoal;
- exposição-feira - repetiu-se este ano, durante o mês de outubro, a participação da AGASA na Exposição-Feira de Santo Antônio. Por intermédio de fotos e cartazes, um grande número de visitantes tomou conhecimento do trabalho de Assistência Técnica, Pesquisa e Maquinaria para a cana-de-açúcar, na região de Santo Antônio e Osório;
- visitas às propriedades - constatado o interesse no plantio de cana-de-açúcar, iniciou-se o levantamento das propriedades, observando-se as condições e necessidades individuais, tais como: topografia (área disponível, desníveis), amostragem de solo, drenagem (avaliação e construção), cercas e estradas. Nas lavouras implantadas em 1975/76, as visitas periódicas tiveram a finalidade de observar o desenvolvimento da cultura e recomendar ou executar serviços diversos, a saber: levantamento topográfico, aplicação de herbicidas e inseticidas, construção de cercas, valos e boeiros, capina manual ou mecânica, cultivo, adubação de cobertura, observação e controle de doenças, colheitas (corte, carregamento e transporte);
- planejamento das lavouras - de posse dos dados de campo (levantamento topográfico e de laboratório - análises de solo), iniciou-se o planejamento das lavouras, com vistas a facilitar o escoamento da colheita, com o melhor aproveitamento possível da área: estradas (internas e de escoamento), valos de drenagem (principais e secundários), sentido do sulco, quantidade de adubos e corretivos, cercas, pontes e boeiros e orçamento;
- drenagem - em vista das condições topográficas e climatológicas da região, faz-se necessário um investimento inicial em drenagens, abrangendo serviços de limpeza e construção de valos, com retroescavadeira e draga;
- financiamento bancário - este setor elaborou os projetos e encaminhou ao Bando do Estado do RS para financiamento de plantio e trato de soqueiras em áreas de várzea;
- instalação das lavouras - as lavouras que se encontram em fase de instalação nas áreas de várzea recebem a assistência técnica, maquinaria e insumos da AGASA.

A área das lavouras implantadas para plantio até fevereiro de 1976 totaliza 152ha, enquanto a área daquelas ainda a serem plantadas (1976/77) perfaz 73,5ha.

Observa-se que os proprietários que iniciaram o programa de plantio em 1975/76, em geral não aumentaram a área. Segundo os próprios futuros fornecedores, isto se deve aos seguintes fatores:

- não possuem mais área;
- esperam ver o resultado do primeiro plantio antes de aumentar sua área com cana;
- estão plantando pequena área apenas para fornecer muda para o próximo ano, quando já conhecerão os resultados da primeira lavoura;
- colheita - considerando ser a primeira vez que alguns fornecedores colhem sua cana, este setor deu assistência completa com máquinas e/ou pessoal para o corte, carregamento e transporte. Das lavouras de várzea, foram colhidas 1.831 toneladas de cana de 2 anos, 16,5 hectares, e 759 toneladas de cana de 1 ano, em 9 hectares;
- tratamento de soqueiras - este setor vem prestando assistência através do fornecimento de insumos e máquinas próprias para a citada operação;
- pesquisa e experimento:
a partir do mês de março de 1976 entrou em funcionamento o posto para coleta de dados meteorológicos. O posto foi instalado na Fazenda Maciel e, posteriormente, foram instalados outros em diferentes localidades, com a coleta de dados efetuada pelos instrutores do Departamento Agrícola;

preocupado em saber se os herbicidas ora utilizados na cana-de-açúcar trarão prejuízos ou não às futuras lavouras de arroz, uma vez que se aconselha a rotação cultural, instalou-se um experimento em "vasos", procurando respostas ao efeito residual do DIURON e do 2,4D. Os resultados desse experimento serão colhidos até março de 1977;

a situação apresentada pelo conjunto das lavouras próprias (Fazenda Maciel, Sítio da Fonte, Casqueiro, Ilha) é a seguinte:

Área total	797 hectares
Área com cana	408 hectares
Cana colhida em 1976	12.541 toneladas
Previsão para 1977	15.010 toneladas

A PROGASA concentra atividades relativas à pesquisa e experimentos, visando à introdução de novas variedades de cebola e outros produtos que terão destinação industrial, além da industrialização e comercialização da cebola. Em função disso, a PROGASA se encontra devidamente aparelhada, com o emprego da melhor tecnologia possível.

No que se refere à sua função comercial, no exercício de 1976, foram adquiridas 5.467.089 toneladas de cebola, movimento este que pode ser considerado excelente, tendo em vista as dificuldades que se opõem à atividade da empresa. Essas dificuldades são representadas, principalmente pela ação desordenada de agenciadores, os chamados comerciantes "eventuais" e "atravessadores", abundantes e tradicionais no comércio ceboleiro. Tais elementos impõem forte concorrência à PROGASA, à medida em que se sentem livres para a utilização de recursos como sonegação de peso, impostos, leis sociais, etc. e deste modo, conseguem obter melhores preços do que as empresas organizadas, restringindo-lhes assim, o campo de atividades. Justamente com a finalidade de minimizar esta diferença de preço, a PROGASA instalou um escritório de vendas e depósito na CEASA - Rio de Janeiro, Estado onde a cebola é isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Em relação ao setor industrial, verificou-se um significativo aumento na produção, quer sob o ponto de vista quantitativo, como qualitativo, em decorrência das alterações e inovações introduzidas no fluxograma industrial. Em função disso, resultou um ponderável avanço no que se refere ao atendimento da demanda, sempre crescente, bem como proporcionou condições à Empresa de promover a diversificação de sua linha de produção.

Com vistas a complementar, aprimorar e diversificar as atividades da empresa, tornou-se necessária a aquisição de máquinas e equipamentos que permitem operar três linhas industriais distintas, trabalhando a cebola em paralelo com outros produtos agrícolas.

Em 1976, a produção física da PROGASA consistiu em:

Cebola desidratada em pó	155.712.000 kg
Cebola desidratada em flocos	7.340.000 kg
Alho desidratado em pó	28.418.000 kg

Quanto aos trabalhos de pesquisas e experimentação da empresa, estão sendo cultivados os seguintes produtos:

Cebola branca "White Creole"	31ha
Alho crioulo	17ha
Alho porro	9ha
Cenoura Kuroda	9ha
Couve repolhuda	6ha
Pimentão vermelho	3ha

Visando a eliminar o período de ociosidade do Parque Industrial, está se processando o cultivo de produtos de inverno, tais como cenoura, sálvia, aspargo e outros. Tais produtos têm sua colheita prevista para os meses de julho, agosto, setembro e outubro, coincidindo, portanto, com a entressafra da cebola e do alho, o que virá a evitar a paralisação das atividades da empresa, neste período.

A Central Vitivinícola do Sul-VINOSUL tem o objetivo de, em caráter supletivo da economia privada, exercer atividades reguladoras e orientadoras do setor vitivinícola e da fruticultura em geral, através da pesquisa, experimentação, promoção e outras atividades, bem como de serviços relacionados direta ou indiretamente com as suas finalidades o cuja execução interesse ao desenvolvimento do setor.

Nas suas duas unidades industriais, a VINOSUL concentra mosto de uva das empresas privadas, exercendo, desta forma, atividades por prestação de serviços. A VINOSUL tem também, adquirido excedentes de uva, vinhos e outros derivados de uva, com vistas a regular a oferta e impedir o aviltamento de preços, redistribuindo tais produtos, por venda, aos vinicultores do Estado. A VINOSUL atua, além disso, como órgão auxiliar do Estado na formação e execução da política estadual da vitivinicultura.

A inauguração, neste exercício, da ampliação da capacidade de estocagem da Concentradora de Sucos de Caxias do Sul em mais 3.280.000 litros, distribuídos em 24 piletas de concreto de 120.000 litros e 24 piletas de 20.000 litros cada, possibilita à VINOSUL, considerando-se a capacidade que já possuía, a aquisição de mais de 45.000.000 quilos de uva comum para fabrico de mosto concentrado, em caso de necessidade.

Através de suas unidades industriais – Concentradora de Sucos de Caxias do Sul, Concentradora de Sucos de Bento Gonçalves e Postos de Vinificação de Vila Progresso (município de Lajeado) – a VINOSUL vem prestando serviços à Indústria, tais como:

- Concentração de mosto, na proporção de 6x1;
- dessulfitação de sucos para a indústria do ramo;
- dessulfitação de mostos não concentrados;
- dessulfitação de mostos para as indústrias produtoras de suco de uva e espumante filtrado doce;
- concentração de suco de limão para indústrias cítricas;
- centrifugação de mostos.

As chamadas "atividades próprias da empresa" consistem na aquisição de excedentes de uva e sua industrialização, fabricação de mostos e de vinho, concentração de suco próprio, bem como comercialização de sucos para indústrias do Estado.

Além da ampliação da capacidade de estocagem da concentradora de Sucos em Caxias do Sul, foram realizados outros investimentos nas concentradoras para melhoria do equipamento:

- aquisição de trocador de calor ALFA LAVAL na Concentradora de Sucos de Bento Gonçalves;
- aquisição de trocador de calor ALFA LAVAL na Concentradora de Sucos de Caxias do Sul;
- aquisição de uma cantina, em Vila Progresso (município de Lajeado) para auxiliar a recuperação vinícola daquela

Em função destes investimentos, a capacidade atual de estocagem, por unidade, é a seguinte:

Concentradora de Sucos de Bento Gonçalves	780.000 litros
Concentradora de Sucos de Caxias do Sul	4.580.000 litros
Postos de vinificação de Vila Progresso Lajeado	50.000 litros
Total	5.410.000 litros

Quanto à prestação de serviços através das unidades industriais, houve uma sensível redução do volume de mosto simples operado no ano de 1976, em relação ao ano anterior, como decorrência da menor elaboração de mosto e suco realizada pelas cantinas da região vitivinícola do Estado. Enquanto em 1975 a produção de mostos simples e suco de uva foi de 48.185.206 litros, em 1976 atingiu tão somente 18.220.527 litros.

Em consequência, a VINOSUL operou 13.084.407 litros apenas, dos quais 2.416.155 litros apenas dessulfitados e 10.668.252 litros dessulfitados e concentrados.

A distribuição desta produção, por unidades industriais, é a que segue:

- De Caxias do Sul	
Só dessulfitado	741.159 litros
Dessulfitado e Concentrado	7.139.771 litros
Total	7.880.930 litros
- De Bento Gonçalves	
Só dessulfitado	1.674.996 litros
Dessulfitado e Concentrado	3.528.481 litros
Total	5.203.477 litros
Total Geral	13.084.407 litros

Ressalta-se que, além dos derivados da uva, a VINOSUL tem concentrado citrus que destina à exportação, em prestação de serviços à ARIPE CITRICA S/A, localizada em Montenegro. No ano em análise, concentraram-se 325.035 litros de sumo de limão.

O maior volume operado em 1976 realizou-se no mês de janeiro, o que demonstra ter sido utilizado mosto sulfitado da safra de 1975, quando na unidade de Caxias do Sul foram trabalhados 2.301.510 litros e, em Bento Gonçalves, 1.622.374 litros.

Assim as duas unidades industriais operaram com capacidade ociosa, fato que ocorreu até outubro, em Caxias do Sul, prosseguindo até o final do exercício, em Bento Gonçalves.

Até o presente exercício, a VINOSUL já recebeu 4.064.801 quilos de uva, os quais foram elaborados e vinificados. A produção e armazenamento de concentrado de uva possibilitou o cumprimento da Portaria Ministerial 470/75, por parte daquelas cantinas, que não fizeram mosto sulfitado ou não possuíam álcool vínico para a correção do grau alcoólico dos vinhos comuns da safra de 1976. Foram vendidos 114.930 litros de concentrados, no exercício em apreciação. O concentrado excedente foi diluído, fermentado e transformado em vinho, vendido a duas cantinas da região para elaboração de vinagre, e destilado do vinho destinado à produção de conhaque.

Dada a falta de instalações para o recebimento e moagem de uva, a VINOSUL locou parte das instalações da firma LUIZ ANTUNES S/A, onde vinificou a uva recebida e fermentou o mosto originado pela diluição do concentrado de uva excedente.

Com vistas a um melhor aproveitamento do saldo de um vinho originado da diluição de concentrado, a empresa produziu, em caráter experimental e também em instalações (já que a sociedade não possui ainda destiladores) um lote de 2.653 litros de destilado de vinho, produto prontamente absorvido por indústria da região, grande produtora de conhaque.

Ainda no exercício de 1976, foram completadas as modificações que se revelaram necessárias nas instalações de esfriamento do concentrado de uva. Aproveitaram-se os períodos de ociosidade para execução de trabalhos de manutenção e realizaram-se consertos em alguns setores, bem como a revisão de todos os equipamentos que formam as duas unidades industriais, objetivando perfeito funcionamento das instalações.

A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC, foi criada visando principalmente o desenvolvimento de uma política de descentralização e interiorização de indústrias no Rio Grande do Sul, baseada em critérios técnicos onde são consideradas prioridades e características regionais quando da eleição de um município para sede de Área ou Distrito Industrial. Isto pode significar, para a região, a diversificação econômica através da possibilidade de opção pelo ramo industrial que melhor se enquadre em suas condições e necessidades.

Dentro desse espírito tem a CEDIC, ao longo de sua atividade, posto em execução o objetivo governamental de interiorização industrial mediante a coerente distribuição das indústrias e a criação de condições favoráveis ao seu desenvolvimento pela implantação de Áreas e Distritos Industriais.

Área Industrial de Cachoeirinha

Localizada no quadrante sudoeste do Município do mesmo nome, essa área confronta, a Leste, com a Avenida Frederico Ritter; a Norte com a estrada intermunicipal que liga Cachoeirinha a Canoas; a Oeste com o Arroio Brigadeiro e, ao Sul, com propriedade do IRGA e a Vila Habitacional Regina.

A Área Industrial de Cachoeirinha destina-se à ocupação de indústrias dos ramos mecânico, elétrico e metalúrgico, de pequeno e médio portes, dando preferência àquelas situadas no município de Porto Alegre que buscam realocização.

Para efeito de planejamento a Área foi dividida em duas zonas, separadas pelo traçado da futura rodovia expressa Porto Alegre – Novo Hamburgo.

Na primeira etapa estão sendo desenvolvidos os projetos e obras relativos à Zona 1, com uma área de 162 ha dos quais 11 ha já haviam sido ocupados por indústrias antes mesmo da implantação da Área Industrial. A Zona 1 abrigará, preferencialmente, indústrias do grupo mecânico-metalúrgico.

Os 100 ha correspondentes à Zona 2, destinam-se às empresas de material elétrico, plástico e químico devendo, preferencialmente, manter relações de interdependência com as empresas da etapa anterior.

O Município de Cachoeirinha é abastecido de água pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, que concluiu o projeto de ampliação e união das Estações de Tratamento de Cachoeirinha e Gravataí, levando em conta os consumos das Áreas Industriais que os referidos municípios sediarão.

Atualmente, as indústrias situadas, junto à Área Industrial são abastecidas por uma rede de 22 Kv, que passa ao longo da Av. Frederico Ritter, proveniente da subestação da CEEE localização em Cachoeirinha. Esta subestação é alimentada por três troncos de energia elétrica com tensão de 138 Kv, que é rebaixada para 69 Kv para abastecer a Grande Porto Alegre, e 8 Kv, para o abastecimento de Cachoeirinha. Estão sendo instalados novos transformadores com capacidade total de 18,5 MVA, o que proporcionará uma margem de 10,5 MVA.

As empresas com implantação confirmada em Cachoeirinha são:

- Arcon S/A – Indústria Eletro-Metalúrgica;
- Caliendo Metalurgia e Gravações Ltda. (já implantada);
- Linko Metalúrgica Ltda. (já implantada);
- Metalúrgica Keli Ltda.;
- Metalúrgica Incopelã Ltda. (já implantada);
- Metalúrgica Marimon Ltda.;
- Mototécnica Refrigeração Ltda.;
- Serigrafia Técnica e Indústria Ltda.;
- Sul Mecânica Industrials Ltda.;
- Máquinas Lo Pumo S/A;
- Amestoy e Cia Ltda.;
- Cimpel – Ind. Com. e Imp. Ltda.;
- Juper – Indústria Mecânica Ltda.;
- Duscigno – Ind. Máquinas de Construção Civil Ltda.;
- Montel – Montagens Eletromecânicas;
- Perfil;
- BK – Controles Eletrônicos Ltda.;
- Chambom Ltda.;
- Instaluai – Instalações Elétricas e Construções Navais Ltda.;
- Tecnomola – Fábrica de Molas S/A;
- Racine Hidráulica S/A (já implantada);
- M. Krug S/A – Ind. e Com. (já implantado);
- Eicom – Eng. Ind. e Comércio (já implantada);
- Metalúrgica Silber S/A (já implantada);
- Siltec – Silber Industrial e Técnica (já implantada);
- Salo Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.;
- Cia. Brasileira de Máquinas – CBM;
- FBM – Fábrica Brasileira de Máquinas Ltda.

Com a implantação dessas empresas, está prevista a criação de aproximadamente 1.777 empregos.

Área Industrial de Gravataí

Esta Área Industrial, situada ao Sul do Município de Gravataí, apresenta uma superfície de aproximadamente 387ha, sendo seccionada pela Rodovia RS-118. Tal área limita-se com a BR-290, ao Sul; com as Vilas Marrocos, Monte Belo e São Jerônimo, ao Norte; com o perímetro urbano de Gravataí, a Leste. A Oeste, limita-se com a expansão urbana de Gravataí.

Para efeito de planejamento, a Área Industrial foi dividida em duas zonas: Zona 1 com 306ha, destina-se à ocupação imediata; Zona 2, com 81ha, para utilização futura. Ambas deverão abrigar indústrias pertencentes ao Grupo Metal-Mecânico.

O sistema viário será composto por uma via principal, cuja finalidade é distribuir o tráfego ao longo de seus 4.500m de extensão, desenvolvendo-se segundo a maior dimensão da área, e por vias secundárias que permitirão acesso às diferentes instalações fabris.

A Área já conta com os sistemas de captação, adução e reservação, bem como com a estação de tratamento de água, necessitando a execução das canalizações de distribuição e de uma estação de tratamento de esgotos.

A Companhia Riograndense de Telecomunicações instalará 300 terminais telefônicas no Município de Gravataí, possibilitando o atendimento das necessidades da Área.

No que se refere ao suprimento de energia elétrica, a CEEE possui, em Gravataí, uma subestação abaixadora de 60/22, 8 KVa, localizada junto ao trevo de acesso à BR-290 e próxima à Área Industrial. Esta subestação é suprida por um circuito duplo de 69Kv, e sua capacidade permitirá o transporte de até 70MW.

Na primeira etapa de implantação da Área de Gravataí estão sendo acionados os projetos relativos à Zona 1.

São as seguintes as empresas localizadas na Área de Gravataí:

- Aços Laminados Panatlântica S/A;
- Albarus S/A;
- Gildemeister - Máquinas Operatrizes S/A;
- Wotau - Máquinas Operatrizes S/A;
- ZIVI S/A - Cutelaria;
- Fundação Wallig;
- Metalúrgica Jackwal Ltda.;
- Luiz A. Rauter e Cia. Ltda.;

A empresa Aços Laminados Panatlântica S/A iniciou suas operações no decorrer de 1977.

Distrito Industrial de Rio Grande

O DIRG constitui parte integrante do complexo portuário-industrial que, quando tiver completada sua instalação, abrangerá uma superfície superior a 13.000 ha. Para o complexo industrial foram reservados 6.000 ha, situados à retaguarda dos terminais do Superporto de Rio Grande, estando em implantação, pela CEDIC, 1000 ha.

Este Distrito, o maior do Estado, destina-se basicamente à instalação de indústrias leves e pesadas, dos ramos alimentação, metalurgia e química, além de prever espaços para comércio e serviços.

Com o objetivo de obter uma melhor distribuição espacial e aproveitamento das facilidades portuárias e da infra-estrutura a ser lançada, definiu-se o zoneamento do DIRG caracterizando, para ocupação industrial, as Zonas de 1 a 5.

A Zona 1 tem 1.444 ha de área bruta, sendo que os seus lotes industriais poderão utilizar tanto os acessos rodoviários como os ferroviários, além de poderem receber matérias-primas por esteiras ou dutos, diretamente dos terminais.

Esta área foi reservada à indústria pesada que exige, em grande escala, a recepção e expedição de granéis líquidos e sólidos sendo, portanto, altamente dependente da atividade portuária.

A Zona 2 tem uma superfície bruta de aproximadamente 1.883 ha onde se localizará a indústria siderúrgica e indústrias complementares de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, havendo aí também 5 unidades destinadas às indústrias leves.

A Zona 3, com 266 ha, deverá abrigar indústrias leves; apresenta-se cercada pelo parque municipal de Rio Grande, sendo atravessada pela linha férrea e limita-se, a nordeste, com a Via 1.

A Zona 4 tem 436 ha, incorpora o pátio auxiliar ferroviário e é atravessada pela Via 1. Entre essa Via e a linha férrea poderão se instalar indústrias dependentes dos dois tipos de transporte, altamente condicionadas, porém, aos terminais. Ao sul da ferrovia foi reservada uma área para expansão das indústrias leves, e, ao norte para expansão das indústrias pesadas.

A Zona 5 dispõe de 68 ha para expansão da indústria pesada, a nordeste da ferrovia; 144 ha, aproximadamente, para indústrias leves servidas pela Via 1 e pela RFFSA e cerca de 158 ha destinados à expansão das indústrias leves, servidas pela mesma via.

As centrais de comunicação, subestação rebaixadora de energia e os centros rodoviários serão distribuídos pelas áreas (as primeiras, de acordo com as necessidades setoriais específicas).

A administração portuária e o setor de comércio e serviços ocuparão a Zona 6, que dispõe de 143 ha, aproximadamente.

Na primeira etapa de implantação do Distrito (1.000 ha) prevê-se a geração de 42.127 empregos, sendo as seguintes as empresas que lá se localizam:

- Coronel Pedro Osório S/A;
- Comercial Trilho Otero S/A;
- Cia. Rio-Grandense de Nitrogenados;

- Cia. Industrial Petroquímica Riograndense;
- Adubos Pampa S/A;
- Cia. Riograndense de Adubos;
- S/A Cachoeirense de Fertilizantes;
- Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja;
- Cooperativa Regional Triticola Serrana S/A;
- Luchsinger Madörin S/A;
- Copas - Cia. Paulista de Fertilizantes;
- Fertplan S/A - Adubos e Inseticidas.

Área Industrial de Santa Maria

Visando a estimular o processo de interiorização industrial e a capacidade de fixação de mão-de-obra na região da qual o município de Santa Maria é pólo, o Governo Estadual decidiu implantar ali uma área industrial tendo, para tanto, desapropriado cerca de 1.100ha.

Dentre os objetivos de desenvolvimento industrial previsto para esta área aparece também o estímulo à atividade rodo-ferroviária.

A área industrial de Santa Maria está situada a oeste da cidade de Santa Maria, junto à rodovia RST-453, na saída para São Pedro do Sul.

Numa primeira etapa serão utilizados 350ha da área, dos quais 250ha destinam-se a fins industriais e o restante a um núcleo habitacional.

Coube à CEDIC a execução dos estudos e projetos. Após a realização dos levantamentos topográficos e geo-técnicos preliminares, foram efetuados os anteprojetos e projetos definitivos correspondentes a 50ha da área, sendo iniciados os serviços de implantação.

Dentro de suas atribuições, a CEDIC realizou ainda, em 1976, as seguintes atividades:

- estudos sócio-econômico realizado pelo Banco de Informações

O Banco de Informações - Núcleo de Informática e unidade executora de estudos sócio-econômicos da CEDIC - cuja finalidade é prestar assessoramento à indústria, comércio e órgãos públicos e fornecer subsídios às formulações de políticas e programas de Desenvolvimento Econômico do Estado pelo sistema SIC/CEDIC, no exercício de 1976, desenvolveu os trabalhos que se seguem.

Estudos Sócio-Econômicos:

- voltados para o planejamento e implantação de Áreas e Distritos Industriais;

Áreas e Distritos Industriais no Rio Grande do Sul,
mercado interno, matérias-primas, mão-de-obra;
situação físico-sócio-econômica do Município de Santa
Rosa;
situação físico-sócio-econômica do Município de
Gravataí;
situação físico-sócio-econômica do Município de
Cachoeirinha;
situação físico-sócio-econômica do Município de Rio
Grande;
situação físico-sócio-econômica do Município de Santa
Maria;
situação físico-sócio-econômica de Butiá;
situação físico-sócio-econômica de Alvorada;
situação físico-sócio-econômica de Caxias do Sul;
situação físico-sócio-econômica do Município de Viamão;
situação físico-sócio-econômica dos Municípios de Alvo-
rada e Viamão;
subsídios a uma decisão de investimentos industriais no
Rio Grande do Sul:

- específicos:

aspectos climáticos, equipamentos agrícolas e produção
agropecuária do Rio Grande do Sul;
estudo para elaboração de projetos com vistas à interiori-
zação de Agroindústrias;
estudos sobre regeneração de borracha;
fruticultura do Rio Grande do Sul;
Rio Grande do Sul como opção de investimentos;
situação físico-sócio-econômica dos Municípios de:

Carazinho:

Guaíba:

Arroio dos Ratos:

Passo Fundo:

elaboração de 16 "POLDERS" relativos à produção de:
arroz, aspargos, cana-de-açúcar, cebola, fumo, milho,
morango, pêssego, soja, sorgo, trigo, uva, bovinos,
ovinos, suínos e leite;

resumo da economia gaúcha;

- atendimento de informações solicitadas através do siste-
ma SIC/CEDIC.

O Banco de Informações através do sistema SIC/CEDIC
atendeu, no ano de 1976, 149 solicitações versando sobre os mais variados
aspectos da economia gaúcha.

- Relacionamento SIC/CEDIC

A CEDIC, como órgão vinculado à Secretaria da Indústria
e Comércio, tem como parte de suas atividades a prestação de Assessoria
Técnica a esta Secretaria.

Nessa Assessoria, estão incluídos a prestação de serviços técnicos especializados, de consultoria, colaboração técnica, execução de obras civis, serviços administrativos e, ainda, estudos de viabilidade, montagem, análises e execução de projetos, pareceres, pesquisas e outros serviços que lhe venham a ser solicitados e que sejam indispensáveis à execução das atividades legais da SIC.

Tal Assessoria tem forma contratual expressa em documento legal denominado "Contrato Tipo de Prestação de Serviços". São os seguintes os serviços prestados:

Formulação e Coordenação da Política de Desenvolvimento Industrial e Comercial:

- estudos sobre a localização e implantação de novas indústrias no Estado do Rio Grande do Sul;
- estudos para a expansão da indústria gaúcha;
- estudos sobre a promoção da comercialização externa e interna de produtos gaúchos;
- prestação de serviços especializados de consultoria jurídica econômica e de assessoramento em relações públicas.

Estudos e Orientação Técnica do Setor Industrial:

- estudos e análises de projetos das Indústrias a serem localizadas no Distrito e Áreas Industriais;
- estudos e análises dos projetos das indústrias a serem beneficiadas com incentivos materiais;
- estudos e análises dos benefícios concedidos pelo FUNDOPEM às empresas;
- orientação técnica aos industriais.

Estudos e Orientação Técnica do Setor Comercial:

- elaboração, atualização e análise de perfis econômicos, por países e blocos econômicos;
- estudos, análise e divulgação de oportunidades comerciais;
- orientação técnica aos empresários.

Promoção de Novos Investimentos:

- estudos e pesquisas para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento tecnológico;
- elaboração de análises econômicas conjunturais;
- acompanhamento e avaliação de Programas Governamentais, objetivando a promoção de novos investimentos;
- elaboração de estudos para implantação da Central de Investimentos;

- estudos de viabilidade do Centro de Pesquisa da Agroindústria – CEPAI.

Coordenação e Fiscalização de Projetos:

- estudos e análises econômico-financeiras das entidades supervisionadas;
- orientação técnica às entidades supervisionadas.

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos cabe a tarefa de incentivar e prestar assistência técnica aos produtores de leite. Tendo em vista seu caráter suplementar, no que se refere à iniciativa privada, organiza e explora as atividades de produção industrialização e comercialização do leite e derivados, responsável pela criação, importação e exportação de gado, estabelecimento e execução de planos nos setores de preparação e capacitação do pessoal, bem como pela realização de outras atividades e serviços vinculados aos seus objetivos, deles decorrentes ou cuja execução interesse ao desenvolvimento econômico. Em consonância com a sua função de reguladora do mercado e do preço da produção leiteira do Estado, a CORLAC encarrega-se também da manutenção de estoques para garantia de abastecimento no período de entressafra, preocupando-se em que não falem seus produtos ao consumidor.

No que concerne ao seu programa de Fomento e Assistência ao Produtor, foram fornecidos créditos aos produtores, orientados pela CORLAC, tendo em vista o apoio à produção leiteira. Como resultado, verificou-se um sensível aumento na produção, levando a crer que, em breve, será atingida a auto-suficiência na produção de leite e de outros produtos lácteos, caso persista, para a matéria-prima, um preço compatível com as necessidades do produtor.

A absorção de matéria-prima, realizada através das doze usinas da CORLAC, foi significativa, assim se expressando em quantidades:

1971/72	71.575.658 litros.
1972/73	73.672.520 litros.
1973/74	76.230.293 litros.
1974/75	111.896.414 litros.
1975/76	139.371.916 litros.

O aumento na produção de leite "in natura" no último período foi de 24,51%.

Com respeito à assistência técnica ao produtor, prestada pela CORLAC, são desenvolvidas as seguintes atividades:

- assistência técnica a nível de extensão rural, baseada no Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER):

- consulta a produtor;
- visita a produtor;
- demonstração de método;
- excursão educativa;
- divulgação e informação técnica;
- assistência agrônômica em geral:
 - pastagens perenes e estacionais;
 - adubação;
 - manejo e conservação do solo, dos pastos e do gado leiteiro;
 - alimentação do gado leiteiro;
 - fenação e silagem;
 - divisão de pastagens;
 - mineralização do gado leiteiro;
 - instalações para o gado leiteiro;
- assistência veterinária em geral.
 - sanitarismo preventivo para o gado leiteiro;
 - atendimento clínico, cirúrgico, corretivo, etc.;
 - seleção zootécnica e sanitária do gado leiteiro;
 - vacinação contra brucelose (orientação e execução);
 - inseminação artificial (orientação e execução);
- assistência em geral na higiene e conservação do leite, da fonte produtora à usina;
- seleção, orientação e preparo de matrizes leiteiras, nacionais e importadas, visando atender produtores financiados.

Os encargos que a empresa apresenta com fomento e assistência técnica ao produtor refletem sua preocupação em aumentar a produção de leite "in natura" no RS, mediante uma assistência completa ao produtor, com vistas a obter uma produtividade crescente, capaz de permitir, a curto e médio prazo, a exportação de produtos lácteos para o exterior.

No que tange ao mercado interno, a CORLAC já tornou nosso Estado auto-suficiente, ainda abastecendo o Rio de Janeiro e São Paulo. Em função disso, o aumento nas vendas, no período 1975/76, foi da ordem de quase 50%. Para garantir, durante o inverno, o abastecimento de nosso Estado, foram necessários estoques reguladores mesmo em detrimento da lucratividade, resultante do aumento de gastos financeiros com esta atividade.

Entre as principais realizações da CORLAC, no período de 1976, constam a conclusão e funcionamento da moderna Usina de Pasteurização de Leite, localizada em Cachoeira do Sul, com capacidade para 30.000 litros diários. Além disso, houve a ampliação da fábrica de leite em pó, no Município de Taquara, possibilitando o aumento da capacidade de produção diária de leite em pó de 10 para 20 toneladas, com o aproveitamento diário de 200.000 litros de leite. Tal fato permitiu, em

princípios de 1976, a absorção integral do leite "in natura" disponível no período de safra, com o aproveitamento de todo leite produzido, sem causar prejuízos ao produtor, particularmente em fase de superprodução, assegurando-lhe também, por outro lado, a colocação de seu produto no período de inverno.

Estas providências possibilitaram tornar o RS auto-suficiente em produção de leite em pó, o que se verifica, a seguir através da evolução das quantidades fabricadas:

Safra 1971/72	223t
Safra 1972/73	183t
Safra 1973/74	159t
Safra 1974/75	1.416t
Safra 1975/76	2.528t

Ainda em 1976, foram executadas profundas reformas e ampliação da área construída na Usina de Pasteurização de Osório e Posto de Recepção e Resfriamento no Município de Bom Retiro do Sul. Estas reformas, que se constituíram em instalação de câmaras frias, equipamentos e 860m² de área construída, objetivaram adaptar tais estabelecimentos às modernas técnicas exigidas na indústria de laticínios, assim como atender determinações ditadas pela Inspeção Federal (DIPOA). Com tais obras, estas usinas tem agora capacidade para receber 110.000 litros de leite diários.

Apoiando a anterior Cooperativa de Vacaria, a CORLAC, constituindo uma companhia subsidiária, houve por bem dar apoio a uma iniciativa local. A nova empresa tem a participação da CORLAC e das classes econômicas do município, na sua maioria produtores de leite.

A capacidade da usina agora readaptada é de 40.000 litros de leite diários, devendo ser ainda elevada, em uma segunda etapa, esta capacidade para 60.000 litros diários.

A Companhia Riograndense de Nitrogenados desenvolveu, no corrente ano, atividades visando a definição da composição acionária da empresa, juntamente com a PETROBRÁS FERTILIZANTES S/A, a Insumos Básicos S/A – FIBASE e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, de acordo com os termos da Lei nº 6.604, de 8 de outubro de 1973.

Os recursos financeiros exigidos pela implantação e início do empreendimento do projeto somam Cr\$ 3.000.000.000,00 tendo já sido ajustados os diferentes aspectos do cronograma físico do mesmo e os registros dos contratos de engenharia básica e "know-how", no INPI.

Em 1976, foi efetuada a remodelação dos prédios adquiridos para a sede. Foram concluídas, neste ano, as obras dos prédios destinados a serviços especiais (mapoteca, biblioteca, auditoria, arquivo, almoxarite), refeitório e diretoria, além das instalações das redes elétrica fluvial e cloacal.

Durante o ano de 1976, a Companhia Riograndense de Mineração executou, sob a coordenação da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, a política mineral do Estado, promovendo a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial do carvão, bem como a prospecção e a avaliação de jazidas minerais, pesquisas industriais e constituição da Distribuidora Gaúcha de Gás Canalizado Ltda.

Os resultados alcançados foram os seguintes:

– Produção de Carvão

A produção de carvão alcançou em 1976 um total de 462.000 toneladas, sendo 400.000 toneladas produzidas pela mina de Candiota e 62.000 toneladas pela usina do Leão.

Foi instalado na Mina do Leão um lavador de carvão, construído pela equipe técnica da CRM, que permitirá a utilização de carvão mineral na indústria do cimento, em substituição aos derivados de petróleo, trazendo uma economia de divisas de mais de 10.000 toneladas por dia.

– Prospecção e Avaliação de Jazidas Minerais

Na jazida de Candiota foram executados 1.900 metros de sondagem, estando em fase de conclusão a pesquisa de campo denominada Malha IV, onde se espera medir uma reserva adicional de 150 milhões de toneladas de carvão. Além disso, objetivando caracterizar o comportamento da camada minerável em toda a região da jazida de Candiota, foram executadas mais três sondagens pioneiras, num total de 288 metros.

Nas sete novas áreas requeridas ao Departamento Nacional de Produção Mineral, foram feitas cinco sondagens, totalizando 287 metros, com vistas à orientação dos futuros trabalhos sistemáticos de pesquisa de carvão.

Na jazida do Leão foram efetivadas 850 metros de sondagens, e iniciadas pesquisas nas novas áreas da CRM, através das quais se busca aumentar a reserva medida da Mina do Leão, de 34 milhões para 200 milhões de toneladas.

Na área de Capivari (municípios de Encruzilhada do Sul e Rio Pardo), foram concluídas as pesquisas de caulim, tendo sido determinada a reserva total do minério, cerca de 24.416.270 toneladas, o que permite a instalação, no Estado, de indústrias de grande porte para a fabricação de louças sanitárias, cerâmicas, etc...

Ao Departamento Nacional de Produção Mineral foram encaminhados pedidos de pesquisas de duas áreas, de 2.000 hectares cada uma, para prospecção de feldspato, face a significativas ocorrências desta substância mineral nessas áreas.

Em Volta Grande (Município de Caçapava do Sul), foram realizadas 12 sondagens rotativas, visando ao aumento das reservas conhecidas de cobre e associados, totalizando 1.730m. Coletaram-se 910 amostras de canal em trincheiras e poços, e executaram-se 1.661 análises químicas, sendo 800 de cobre, 825 de ouro e 36 de prata. Foi executada prospecção geofísica, compreendendo uma área de 282 hectares, onde foram feitos 22km de perfis, com aplicação de métodos combinados. Os resultados da interpretação dos dados deverão ser conhecidos em princípios de 1977.

Em Piquiri (Municípios de Encruzilhada do Sul e Cachoeira do Sul), foi concluída a primeira fase da prospecção geoquímica numa área de 90 km², com vistas a localizar possíveis mineralizações de interesse econômico. A coleta de amostras atingiu 500 unidades, sendo analisadas tendo em vista chumbo, zinco, ferro e manganês. Com os resultados da interpretação geostática, foram detectadas seis zonas, abrangendo cerca de 10km² de área, que deverão ser objeto de um trabalho mais detalhado numa etapa de prospecção a ser realizada em 1977.

– Pesquisa Industrial

A CRM, em conjunto com o Conselho Nacional do Petróleo, Aços Finos Piratini e a Cia. Siderúrgica Mannesmann (Belo Horizonte), realizou pesquisa de caráter industrial, visando verificar a possibilidade de empregar carvão beneficiado da Mina do Leão na produção de ferro esponja, e usar esse carvão no processo de redução de baixo forno.

Os resultados obtidos foram satisfatórios, pois mostraram que o carvão da Mina do Leão, com 18% a 20% de cinzas, pode ser empregado na redução direta de minério de ferro pelo processo SL/RN, bem como em baixo forno elétrico, do tipo empregado pela Mannesmann.

– Constituição da Distribuidora Gaúcha de Gás Canalizado Ltda. – CARBOGÁS –

Com o objetivo de realizar estudos de viabilidade técnico-econômica para implantação de um sistema de geração e distribuição de gás canalizado na região da Grande Porto Alegre e noutras áreas do Estado, onde tais estudos venham a ser recomendados, a CRM, junto com

a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais, constituíram uma Sociedade Civil por cotas de responsabilidade limitada, mantendo a CRM 51% do capital social.

A CARBOGÁS já deu início a seus trabalhos, organizando uma estrutura básica de funcionamento e tomando medidas para seleção de empresas de assessoria para realizar seus objetivos sociais, de grande interesse e atualidade para o Rio Grande do Sul.

O Serviço de Classificação dos Produtos de Origem Vegetal para o Mercado Interno – CLAVESUL, em fins de 1975, se preparava para dinamizar suas atividades e melhorar sua prestação de serviços. Assim, preocupou-se em:

- reduzir as áreas com ociosidade, encontradas na estrutura então existente;
- equipar o órgão com elementos técnicos, dos quais existe acentuada deficiência;
- aumentar o número de classificadores para suprir a atual deficiência dos postos, bem como preparar o órgão para uma futura expansão de seus serviços;
- dinamizar o trabalho de classificações.

Os departamentos do CLAVESUL, atendendo à necessidade de adequação de suas potencialidades às solicitações que lhe são encaminhadas, procuraram dar uma resposta compatível com suas disponibilidades.

As atividades dos diversos departamentos são a seguir especificadas:

– Departamento de Produtos Vegetais

- orientação técnica aos 30 (trinta) postos de classificação que o CLAVESUL mantém na sede e no interior;
- promoção de reuniões na sede, em março de 1976, com a finalidade de transmitir instruções sobre o cálculo do preço mínimo do arroz – safra 75/76, bem como de instruir quanto a outros assuntos técnicos, às quais compareceram os chefes dos postos que atuam na zona orizícola do Estado;
- participação em reuniões promovidas pelo IRGA, em abril de 1976, quando foi discutida a classificação do arroz (adaptação à Resolução nº 95). Ficou assentada, na ocasião, a efetivação de uma série de reuniões no Estado, para informações e orientação aos industriais através dos técnicos deste órgão;
- realização de reuniões, no período de 20 a 24 de abril de 1976, em Pelotas, Cachoeira do Sul e Uruguaiana, atendendo a solicitações do IRGA, SINDICATO DO ARROZ e FEARROZ, para dirimir dúvidas de caráter técnico, com relação à classificação de arroz;

- elaboração de roteiros de viagens para técnicos que visitaram o interior do Estado, para aferir as maquinetas de engenhos, objetivando a obtenção de uniformidade nos critérios de classificação;
- programação e desenvolvimento no plano de visitas de inspeção aos engenhos e firmas beneficiadoras de arroz, na capital e no interior do Estado, com o intuito de padronizar os métodos de aferição das maquinetas e engenhos industriais com o de uso padrão;
- participação do Encontro de Secretários de Agricultura dos Estados da Região Sul, realizado em Campinas-SP, entre 31 de maio e 2 de junho de 1976;
- elaboração e desenvolvimento de um roteiro de viagens às localidades de Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Picada da Bandeira, no período de 17 a 26.06.76, com a finalidade precípua de colher subsídios, junto às classes interessadas, para a elaboração de anteprojetos de pêssego, figo, ameixa, nectarina, pera, maçã e malte. Foram colhidos valiosos subsídios, referentes ao malte, junto às companhias Brahma e Antártica. Este trabalho, como o que segue, foi realizado em conjunto com o GEACO/RS;
- elaboração de anteprojetos dos seguintes produtos a serem padronizados, com o devido encaminhamento ao DNSC/DIPC/Brasília-DF: figo, maçã, pêssego, pera, pepino, ameixa, nectarina, farinha de milho (subsídios), farelo de arroz, malte (subsídios), farinha de mandioca (comércio interno), cebola (comércio interno) e batata (comércio interno);
- participação técnica em reuniões realizadas em Videira e Friburgo – SC., sobre a padronização da maçã (discussão do anteprojeto);
- programação e consecução de roteiro de viagens às localidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz e Candelária, no período de 23 a 28.08.76, para, em conjunto com o representante do DNSC-Brasília e técnicos do GEACO-RS, estudar problemas da classificação do fumo e conseqüente comercialização. Na ocasião, foi entregue, pelo representante do DNSC, o novo anteprojeto do tabaco em folha, para apreciação. No mesmo período, foram realizadas visitas a todas as indústrias de fumo, aos Sindicatos e à Associação dos Fumicultores do Brasil;
- promoção de reuniões por solicitação do DNSC – Brasília, com vistas à discussão e modificação da Portaria Ministerial nº 674/75 do tabaco em folha crú. Fizeram-se presentes representantes da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, da Cia. Souza Cruz do Rio,

Associações, Sindicatos e Federações do Fumo de diversos municípios do Estado Gaúcho. As reuniões se realizaram no período de 27 a 30 de setembro de 1976. A referida modificação se encontra em vigor desde 19.11.76.

- participação técnica no congresso da soja, promovido pela FECOTRIGO, no corrente ano, e realizado nos salões do Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre;
- fiscalização do arroz junto aos Supermercados, conforme preceitua a Portaria Ministerial nº 680/75, procedendo, posteriormente, à classificação ou reclassificação;
- participação da viagem a Montenegro e Taquari, juntamente com representantes do GEACO/RS, no dia 30.09.76, com a finalidade de colher informes junto à firma Antártica e à Estação Experimental de Taquari, para a elaboração do anteprojeto da laranja (comércio interno);
- participação técnica do V ENASCO, em Vitória-ES, período de 18 a 22/10/76, com o objetivo de discutir e aprovar as especificações para a padronização da batata, laranja, cebola, destinadas ao comércio interno. Ficaram pendentes de aprovação as especificações da soja e do amendoim, para o comércio interno;
- participação técnica das reuniões em Curitiba-PR, (22 a 26/11/76) com o fito de discutir o anteprojeto do Arroz, para o mercado interno. Nesta ocasião foi feita a entrega do trabalho do RS embasado em diversas reuniões realizadas na sede do CLAVESUL, com a participação de todas as classes interessadas. Foi entregue também, o Roteiro de Classificação do Arroz, segundo a Resolução 95, do CONCEX;
- realização de diversas visitas de técnicos à Companhia Cervejaria Brahma, com o intuito de promover um entrosamento durante os trabalhos de classificação de Cevada com destino a EGF- Banco do Brasil S/A;
- reestruturação e continuidade dos trabalhos de reclassificação de quase todos os produtos que foram amparados pela Comissão de Financiamento da Produção - CFP, no decorrer de 1976;
- reestudo do projeto para remodelação do laboratório deste órgão, com objetivo de atender às demandas de análises;
- estudo, em conjunto com o IRGA, no sentido de apurar tecnicamente o percentual de umidade do arroz.

O Departamento de Serviços Gerais que, atualmente, responde pelos setores de Transporte, Compras, Almoxarifado, Protocolo, Arquivo e Portaria, teve seu desempenho voltado para a diminuição de custos e melhoramento na prestação de serviços.

Salienta-se neste Departamento, também, a aquisição de uma nova Central PABX além de:

- acompanhamento das necessidades de material para os postos do interior;
- modificação no abastecimento de energia, passando de energia para força, com a conseqüente redução de gastos em 30% e aumento da segurança do prédio;
- distribuição, por andar e por tarefa, das serventes para limpeza, com redução do custo de manutenção do prédio.

Ainda se destacam os trabalhos:

- Setor de Transporte

- fiscalização e acompanhamento, através de mapas, do controle de gastos;
- reaproveitamento da oficina para pequenos reparos e utilização dos motoristas de folga;
- redução do gasto de combustível, em litros, 30%;
- manutenção e reparos constantes das viaturas

- Setor de Compras

- cadastramento atualizado de todos os fornecedores do órgão.

O volume de compras diminuiu em 37,073%, tendo em vista que em 1975 o volume foi de Cr\$ 671.187,14 e, em 1976, de Cr\$ 489.658,12.

- Setor de Almoxarifado

- atualização dos fichários do Almoxarifado há seis (6) meses em atraso.
- atendimento a aproximadamente, 80% dos pedidos de material dos postos do interior;
- adaptação e reorganização do almoxarifado a fim de que possa atender a qualquer pedido, tanto de material técnico como de material de expediente.

- Setor de Protocolo e Arquivo

- expediente e recebimento do volume de correspondência do CLAVESUL (29 postos do interior do Estado), através de malotes, e seu respectivo encaminhamento e arquivo.

No que se refere ao Departamento Jurídico, houve concentração nas atividades:

da atitude democrática verdadeira, para que a sociedade por responsabilidade de cooperação com os planos educacionais do Estado, se identifique com os altos objetivos de bem comum que êles se propõem alcançar.

Há que referir também, para que melhor se esclareça a linha filosófica de nossos propósitos, que toda ação educativa, nos diferentes níveis de ensino, deve buscar uma penetração em profundidade no sujeito da educação. Diz-se que "a educação somente pode assegurar uma verdadeira formação se se apoiar, durante o desenvolvimento de cada personalidade, sobre a espontaneidade e a faculdade criadora. Consideramos ter boas razões de ordem psicológica para afirmar que os métodos da educação devem ser reorientados a fim de que toda a gama de faculdades humanas — tanto a dos sentidos como as intelectuais, as criadoras tanto como as construtivas possam exercer-se e desenvolver-se, harmoniosamente, a fim de que todos os homens se conformem às normas de beleza que são as únicas, neste mundo de interesses em conflito, objetivas, universais e unificadoras. Em suma a fusão integradora da arte, como comunicação do Belo une a sociedade, porque o Belo agrega o que é comum a todos.

Em concomitância, movimentos de cultura popular serão desencadeados, visando estabelecer uma linha de continuidade na ação educativa da escola, de longo alcance, pois que abrangerá a comunidade através dos Centros de Cultura Popular.

Por fim, num sentido amplo e segundo orientação da alta administração da SEC, será necessário tomar medidas por meio da educação, desde os mais tenros anos, o provimento da moral e do civismo, como fatores importantes no modo de viver democrático e na formação da integridade pessoal e social.

O Plano, ora concebido, estabelece metas, nos vários programas que o compõem, que são compatíveis entre si, isto é, entre os vários níveis de ensino, e que adequam os objetivos gerais da educação às necessidades do progresso de desenvolvimento sócio-econômico-cultural de nosso Estado.

1.3.1 — *Diretrizes Gerais*

Em síntese estas são as diretrizes para o triênio:

1. — Aprofundar as formas de atendimento das necessidades educacionais, visando o desenvolvimento e penetração das medidas

- no projeto do curso para a formação de classificadores de produtos de origem vegetal (arroz, soja, tabaco);
- no projeto do curso para a formação de classificadores de produtos de origem vegetal (ervilha, feijão, fumo, sorgo e milho);
- no projeto de construção e instalação de Postos de Classificação Regionais;
- no anteprojeto de instalação de um laboratório para análise de fibras de lã;
- na confecção e aferição de toda a estatística do Orgão.

1.3 – Turismo

A atividade turística é, inegavelmente, uma nova e emergente forma de promoção do desenvolvimento econômico e social, quando devidamente planejada e apoiada em uma infra e superestrutura adequada.

O Estado do Rio Grande do Sul contando com condições peculiares de topografia, clima, folclore, gastronomia, tradições, artesanato, origem cultural e privilegiada localização continental, ao desprezar tais recursos, sob o prisma de uma exploração racional, estaria renunciando a uma oportunidade de realizar as metas do desenvolvimento.

Em função das características essencialmente dinâmicas do Turismo, as quais proporcionam formas de promover o crescimento de múltiplas atividades, uma série de medidas vem sendo adotada visando, principalmente, às promoções do Estado, bem como à criação de condições favoráveis ao acréscimo de permanência da demanda nos sítios turísticos do Território Gaúcho.

Cumprido ao Estado aparelhar-se adequadamente para receber o impacto de uma procura consideravelmente estimulada, a fim de garantir tanto a permanência quanto o retorno, quer seja daqueles turistas que por aqui transitaram em busca de outros centros turísticos, quer seja daqueles que escolheram o Território Gaúcho como destino de suas viagens.

As atividades turísticas exercidas pelo Estado no ano de 1976 regem-se segundo o Plano Estadual de Turismo.

Este Plano foi elaborado com vistas a estabelecer prioridades, considerando a contenção de despesas e visando a não pulverizar os recursos disponíveis. Cabe destacar:

na área de Estudos e Projetos:

- projetos Fazenda Modelo, Escola Hotelaria, Turismo Jovem, Turismo Operário, Termalismo Social, que estão tendo seus primeiros estudos realizados para implantação;

- Pesquisa do Perfil do Turista, os Projetos Minirroteiros Básicos (para fins de semana) e Eventos Prioritários (Assistência Financeira) já em fase de redação final;

na área de Informática Turística:

- Manual dos CENINTUR's – foram distribuídos 1.236 originais compostos por 3 volumes, para 14 Centros de Informática;
- Cadastro de Hotéis Similares do Estado do Rio Grande do Sul – até 1976 cadastraram-se 734 unidades de alojamento com uma oferta de 37.084 leitos e 20.117 aposentos;
- Inventário Turístico – levantamento de infra-estrutura turística, numa seleção de 65 municípios;
- realização de levantamento no Parque Turístico do Caracol e nos CENINTUR's. Neste ano ingressaram no Parque 174.720 visitantes e os CENINTUR's atenderam 60.628 turistas;
- instalação em Caxias do Sul e Erechim de escritórios regionais de informações denominados ZONATUR;

na área de Investimentos em Superestrutura Turística:

- trabalhos de cercamento, instalação de sanitários, rede elétrica, churrasqueiras, rede de hidro-sanitários, quiosques, viveiros e áreas de sombra nos "campings" de São Lourenço do Sul, do Chuí (Santa Vitória do Palmar), Itapeva (Torres), nos terminais Turísticos das praias do Cassino e no Belvedere de Sonda (Flores da Cunha);
- instalações de rede hidráulica, piscinas, mobiliário e equipamentos específicos nas Estações Hidrominerais de Prado (Vicente Dutra) e Iraí;
- execução e montagem de "stands" na EXPOINTER, na exposição "Grande Rio Grande", na Festa da Maçã (Veranópolis), na Feira do Livro (Porto Alegre) e no Hotel Plaza São Rafael para o IV Congresso Notarial-Brasileiro;

na área de Promoção Turística:

- realização do II Congresso Nacional de Turismo, com vistas à formação de recursos humanos;
- apresentações folclóricas, teatrais e exposições de artes plásticas, desenvolvidas segundo o Projeto Cultur;
- promoção de Café Colonial em São Paulo (para jornalistas e autoridades) e em Fortaleza (IV Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagem);

- acampamento gaúcho realizado em Gramado (RS) durante o IV Festival do Cinema Brasileiro e em Brasília;
- programação de verão “Viva Rio Grande do Sul”, neste verão, que constou de apresentações de conjuntos folclóricos, corais e orquestrais, em 21 localidades diversas.

Participação em eventos: a Secretaria de Turismo participou, em 1976, de cerca de uma centena de eventos dos quais destacam-se: Campanha de Arborização do Litoral (praias), IV Festival do Cinema Brasileiro (Gramado), XI Rodeio Crioulo Internacional (Vacaria), III Festa da Vindima (Flores da Cunha), EXPOENCO (Porto Alegre), IV Feira de Artes Plásticas (Rio Pardo), V FEARTE (Gramado), XI FENAC (Novo Hamburgo), EXPOTUR (São Bernardo do Campo – SP), Primeira Semana Estadual do Folclore (Porto Alegre), III EXPOINTER (Esteio), IV Congresso Notarial Brasileiro (Porto Alegre), VIII Jogos Estudantis Brasileiros (Porto Alegre), IV Festival Internacional de Coros (Porto Alegre), 1º Seminário Internacional de Turismo Regional (Santana do Livramento) e IV Califórnia da Canção Nativa (Uruguaiana).

Cabe salientar que esta Pasta prestou auxílio financeiro a 55 eventos realizados no Estado.

Material Promocional: Foram confeccionados no ano de 1976, com a finalidade de divulgação dos eventos realizados no Estado e, ainda, para informação dos Turistas:

- 10.000 posters sobre o Rio Grande do Sul;
- 71.000 cartazes promocionais de eventos;
- 190.000 folhetos promocionais;
- 100.000 cartas rodoviárias;
- 21.000 decalcos.

1.4 – Serviços Bancários e Financeiros

O Governo do Estado atua nos serviços bancários como agente financeiro da política federal. Para isso dispõe de dois bancos comerciais e dois bancos de desenvolvimento, que executam suas atividades de acordo com orientação das Autoridades Monetárias e em geral do desenvolvimento econômico do Estado. Atuando como suporte financeiro do Estado, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul tem procurado atingir seus objetivos através de uma gestão eficiente de seus negócios.

A dimensão do seu capital social apresentado em 31.12.76 é a seguinte:

DATA	CAPITAL	REL.	RESERVAS	REL.	CAPITAL + RESERVAS	REL.
31.12.75	187.500.000	100	229.662.623	100	417.162.623	100
31.12.76	253.125.000	135	371.279.326	162	624.404.326	150

O incremento dos recursos próprios, na ordem de 50%, revela o descortino e a orientação segura que vem sendo imprimida a esse estabelecimento de crédito.

Depósitos

Dada a sua importância no contexto das contas patrimoniais e sua característica de fonte principal de recursos para aplicação, concentram-se esforços na captação. Não obstante as severas medidas restringindo a expansão dos meios de pagamento, constata-se um crescimento na rubrica de Cr\$ 2.540.067.628,00, em 31.12.75, para Cr\$ 3.230.658.519,00, em 31.12.76, registrando-se um aumento de 27,2%.

Refinanciamento e Repasses

A orientação estabelecida pelas Autoridades Monetárias, no que respeita às restrições de crédito, obrigou a que o Banco intensificasse a busca de recursos junto aos órgãos repassadores federais, além de incentivar as aplicações com base na Resolução 63 do Banco Central.

O saldo de Refinanciamento e Repasses que era de Cr\$ 1.783.718.213,00, em 31.12.75, atingiu Cr\$ 4.081.230.309,00, em 31.12.76, representando um acréscimo de 128,8%.

Empréstimos

O exercício de 1976 caracterizou-se pelas drásticas medidas de combate à inflação. O aumento do depósito compulsório para 35% e outras medidas das autoridades monetárias, restringindo a expansão de crédito, implicaram a redução na capacidade de realização de empréstimos com recursos oriundos dos depósitos.

No entanto, utilizando ao máximo outras fontes alternativas, foi possível injetar parcela significativa de meios financeiros na economia estadual, especialmente através do crédito especializado.

Como consequência da maximização do uso de repasses e financiamentos, a relação Empréstimos/Depósitos, que era de 164%, em 31.12.75, passou para 209%, em 31.12.76.

O saldo de empréstimos, que, em 31.12.75, era de Cr\$ 4.171.143.000,00, passou para Cr\$ 6.860.646.739,00, em 31.12.76, acusando um crescimento de 64,4%, com destaque especial para empréstimos à produção, responsáveis pela absorção de 63,3% do total.

Resultados Financeiros

A gestão eficiente nos negócios do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A refletiu-se no resultado positivo alcançado. O rédito líquido, verificado em 1976, perfaz Cr\$ 251.035.920,00, contrapondo-se a 1975 que atingiu Cr\$ 113.634.000,00. Em termos percentuais, o incremento foi da ordem de 121%.

Expansão da Rede

Constitui meta da Diretoria do Banco a presença do estabelecimento de crédito em todos os municípios do Rio Grande do Sul. Neste sentido, foram abertas agências em Palmeira das Missões, Panambi, Três de Maio e São Paulo das Missões. O Banco Central do Brasil autorizou, por outro lado, que no decorrer de 1977 sejam abertas agências em diversas outras localidades.

A Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, entidade da qual o Estado do Rio Grande do Sul detém 66% do capital social, exerce a administração do mercado da dívida mobiliária interna estadual e promove a colocação dos títulos de emissão das empresas componentes do Sistema Financeiro do Estado. Está-lhe afeta, também, a gerência do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, nos termos da lei 6.647.

Segue sucinto demonstrativo do desempenho da entidade no exercício de 1976:

Capital + Reservas em 31.12.75	15.657.991,54
(+) Reavaliações	132.163,37
(+) Receitas em 1976	43.916.931,78
(-) Despesas em 1976	17.981.973,14
(-) Dividendos	1.036.800,00
(-) Provisão p/Imposto de Renda	4.403.000,00
(=) Capital + Reservas em 31.12.76	36.285.313,55

O desempenho da Caixa Econômica Estadual, autarquia estadual de crédito, pode ser avaliado a partir dos seguintes dados:

Expansão da Rede

Inauguração de três novas agências, em Charqueadas, Vila Ipê e Triunfo.

As rubricas de Depósitos e Empréstimos apresentaram a seguinte situação em 31.12.1976:

DEPÓSITO (Total)

DATA	C/C	Variação absoluta	△ %	Saldo milhões Cr\$	Variação absoluta	△ %
31.12.75	1.317.316	—	—	1.677,7		
31.12.76	1.487.669	170.353	12,9	2.966,4	1.289,0	76,8

DEPÓSITOS POUPANÇA LIVRE

DATA	C/C	Variação absoluta	△ %	Saldo milhões Cr\$	Variação absoluta	△ %
31.12.75	206.881	—	—	1.116,8	—	—
31.12.76	269.578	62.697	30,3	2.037,6	920,8	82,4

ANO	APLICAÇÕES				Saldo milhões Cr\$	Variação absoluta	%
	nº contratos	%	Valor milhões Cr\$	%			
1975	150.984	—	1.969,1	—	1.796,0	—	—
1976	192.752	27,7	4.649,3	136,1	3.457,0	1.661,0	92,5

Resultado

A estimativa de crédito positivo para o exercício de 1976 cifra-se em Cr\$ 143.000.000,00, representando 4,8% do total dos depósitos e 3,0% do valor aplicado no período.

O BRDE, Orgão financiador da política de desenvolvimento do estado através da Agência de Porto Alegre, acusou, em 1976, expressivo crescimento nas suas aplicações financeiras, as quais atingiram um total de Cr\$ 3.365.034.548,65, o que representa um crescimento de 163,54% em relação ao ano anterior.

Deste total, Cr\$ 3.262.733.342,69 correspondem a operações financeiras diretas, superando em 164,09% o total de financiamentos contratados no ano anterior com os diversos setores da economia gaúcha. As operações de prestação de garantia e empréstimos concedidos por outras instituições financeiras nacionais e internacionais a empresas sul-riograndenses, atingiram a Cr\$ 102.301.205,96, 146,87% superior às operações contratadas em 1975.

Este crescimento expressivo deve ser creditado a dois fatores básicos: primeiro, aos ajustes organizacionais e operacionais do Órgão, que vem desde 1975, aperfeiçoando significativamente seus métodos e instrumentos de ação e segundo, ao incentivo do Decreto-Lei nº 1.452 que limitou em 20% a correção monetária incidente sobre os financiamentos contratados até 31 de dezembro de 1976.

Do total dos financiamentos contratados, o Setor Primário deteve 17,68%; o Setor Secundário 74,22% e o Terciário 8,10%, o que revela uma evolução mais significativa, em 1976, do Setor Secundário em relação aos outros dois, em comparação com a aplicação dos três setores em 1975, que representou a participação de 25,1% do Setor Primário, 60,5% do Secundário e de 14,3% do Terciário.

As aplicações do Setor Primário acusaram em 1976 um crescimento de 85,87%, passando de Cr\$ 310.366.703,00, em 1975, para Cr\$ 576.865.123,00, enquanto que os financiamentos contratados com o Secundário cresceram 223,80%, passando de Cr\$ 747.827.810,48 para Cr\$ 2.421.465.199,33 e os do Terciário acusaram um crescimento de 49,17%, passando de Cr\$ 177.348.069,96 em 1975 para Cr\$ 264.403.020,36 em 1976.

Do montante das operações de prestação de garantia 79,36% foi contratado com empresas do Setor Secundário e os restantes 20,64% com o Setor Terciário, não se verificando, pois, qualquer operação deste gênero com unidades do Setor Primário.

Como órgão vinculado à Secretaria de Coordenação e Planejamento, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, através do esforço de sua diretoria, procurou atingir o programa proposto em seu plano de ação em conformidade com a Política do Governo Estadual.

Nesse sentido, caracterizou-se a atividade do BADESUL, agora completando apenas 16 meses de operações, pela montagem de novos programas de financiamento, bem como pelos trabalhos de sua estruturação administrativa e de formação de seu quadro de pessoal.

Além de ter-se firmado como agente financeiro do BNDE, BACEN, CEF e BNH, realizou outros programas próprios, entre os quais o Programa de Inovação Tecnológica (PROINTEC), o Programa de Saneamento Ecológico (PROFISE) e o Programa de Integração Lavoura Pecuária (PROLAPE).

É grato ressaltar os reflexos e os resultados já obtidos pelo PROMICRO – Programa de Microempresas, em aplicação nos seguintes municípios: Ijuí, Carazinho, Santo Antônio; Rio Grande, Pelotas, Taquara, Gramado, Canela, tendo contemplado 143 pequenas empresas gaúchas, no montante de Cr\$ 11.743.763,80.

Quanto ao Programa de Integração Lavoura-Pecuária, meta prioritária do Governo do Estado para o setor rural, cumpre destacar que já foi possível ao BADESUL, em conjunto com a Secretaria da Agricultura e o CEAG/RS, promover o início dos trabalhos, visando à difusão e implantação de contabilidade rural simplificada nas fazendas, existindo em 31.12.76, no Banco, para análise, 34 projetos integrados, totalizando a quantia de Cr\$ 47.266.169,00, excedendo a dotação inicialmente concedida pelo Banco Central.

O Programa de Saneamento Ecológico é resultado da preocupação do BADESUL com a melhoria da qualidade de vida e com os problemas de poluição ambiental. Dentro deste espírito, o Banco assinou Termo de Acordo de Colaboração com a Secretaria da Saúde do Estado, realizou um Curso de Alto Nível sobre Avanços Tecnológicos no Tratamento de Resíduos Industriais e Urbanos e assinou um Contrato de Financiamento.

O BADESUL aprovou durante o ano, 494 projetos, num total de Cr\$ 740.664.750,00, assim distribuídos:

Setor	Valor Nominal	Preços Real Preços 65/67	%
Primário	108.364.547,00	12.441,45	14,63
Secundário	492.329.076,00	56.524,57	66,47
Terciário	139.971.127,00	16.070,15	18,90
TOTAL	740.664.750,00	85.036,17	100,00

A nova estruturação administrativa redistribuiu as atribuições entre os Diretores, sendo criada, no final do ano, a Diretoria de Relações Internacionais, com o objetivo de estabelecer contatos permanentes com empresários, investidores e grupos econômicos nacionais e estrangeiros, visando a incrementar os investimentos no Estado e o aporte tecnológico para sua atividade econômica privada.

Objetivando a formação e o desenvolvimento de Recursos Humanos no BADESUL, o Banco continua realizando cursos para técnicos e proporcionando, aos mesmos, estágios em outras instituições:

2. ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

2. ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

2.1 – TRANSPORTES

No prosseguimento da execução da política dos transportes do Estado, a Secretaria dos Transportes concentrou-se no atendimento a seus três setores fundamentais: transporte rodoviário, aeroviário e hidroviário.

2.1.1 – Rodoviário

A Secretaria dos Transportes, através de seus órgãos vinculados, vem atuando dentro das diretrizes básicas estabelecidas pela Estratégia de Ação Governamental. Assim, procura aproximar os centros de consumo dos centros produtores, e esses entre si, visando à redução dos custos de transporte.

Através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DAER e da Cia. Intermunicipal de Estradas Alimentadoras – CINTEA – órgãos executores da política dos transportes rodoviários no Estado, todo o esforço foi dirigido no sentido de estabelecer uma infra-estrutura básica e otimizar a existente. Com tal objetivo foram executadas, prioritariamente, as obras que podem proporcionar uma melhor integração intermodal, isto é, aquelas estradas alimentadoras das grandes troncais convergentes aos entroncamentos rodó-ferro-hidroviários.

As obras realizadas pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem foram as seguintes:

CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTOS DE RODOVIAS

(em Km)

ESPECIFICAÇÃO	ADM. DIRETA	P/EMPREITADA	TOTAL
Pavimentação	4,30	172,72	177,02
Recapeamento	13,20	10,17	23,37
Implantação	79,31	314,85	394,16
Melhoramentos	157,90	—	157,90

OBRAS DE ARTE

(em m)

ESPECIFICAÇÃO	ADM. DIRETA	P/EMPREGADA	TOTAL
Construção concluída	580,26	460,00	1.040,26
Em andamento	444,90	550,00	994,90
Restauração concluída	256,71	-	256,71
Em andamento	546,19	-	546,19

Os quadros a seguir mostram o elenco das obras realizadas em 1976 por empreitada ou por administração direta.

TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO POR REGIME EM EMPREITADA

EXERCÍCIO DE 1976

RS	TRECHO	EXT.	IMPL.	PAV.
		(em Km)		
020	TAQUARA - GRAMADO (RUA LAT. DE TAQUARA)	3,70	2,40	0,50
030	OSÓRIO - TRAMANDAI	19,674	8,32	16,334
110	RIO DAS ANTAS - BOCA DA SERRA	6,71	-	-
110	RIO TAINHAS - RIO DAS ANTAS	11,10	0,60	-
110	RIO TAINHAS - ALZIRO RAMOS	8,70	2,20	-
115	TAQUARA - GRAMADO	41,26	5,00	-
118	ESTEIO (BR/116) - GRAVATAÍ (BR/290)	22,36	7,00	4,10
122	CAXIAS - FLORES DA CUNHA	16,411	0,61	9,65
122	RINÇÃO DO CASCALHO - CAÍ	11,271	-	0,22
129	MUÇUM - GUAPORÉ	40,776	19,58	-
129	GUAPORÉ - CASCA	42,78	6,00	-
155	IJUI - TRÊS PASSOS (LOTE 309.1)	43,00	12,20	14,60
155	IJUI - TRÊS PASSOS (LOTE 309.2)	50,00	39,50	-
T-468	IJUI - TRÊS PASSOS (LOTE 309.3)	34,20	27,00	-
210	SANTA ROSA - B.V. BURICÁ (LOTE 310.1)	45,26	-	-
210	B.V. BURICÁ - RS/155 (LOTE 310.2)	35,24	22,38	22,95
T-468	RS/155 - PALM. DAS MISSÕES (LOTE 310.3)	29,53	28,00	4,08
T-468	RS/155 - PALM. DAS MISSÕES (LOTE 310.4)	33,92	24,92	-
569	PALM. DAS MISSÕES - SARANDI (LOTE 310.5)	36,76	14,20	4,54
T-468	ACESSO A CORONEL BICACO	4,07	4,07	2,00
569	ACESSO A SARANDI	2,00	2,00	2,00

RS	TRECHO	EXT.	IMPL.	Pav.
230	CONTORNO DE CAXIAS DO SUL	18,00	11,50	-
230	CAXIAS DO SUL - LAJEADO GRANDE	52,53	-	-
239	BR/116 - SAPIRANGA	11,32	7,00	-
239	SAPIRANGA - TAQUARA	24,03	-	9,53
240	MONTENEGRO - RINCÃO DO CASCALHO	22,00	1,46	9,95
240	ACESSO A SANTA CRUZ	3,00	3,00	3,00
T-470	VERANÓPOLIS - NOVA PRATA	18,40	18,40	2,40
324	NOVA PRATA - NOVA ARAÇA	22,30	9,00	8,00
344	GIRUÁ - SANTO ÂNGELO (km 50-58,7)	8,70	-	0,50
401	BR/290 - SÃO JERÔNIMO	35,00	-	11,00
423	ESTRELA - TEUTÔNIA	14,74	-	-
428	LAJEADO - VENÂNCIO AIRES	33,60	-	28,40
452	BOM PRINCÍPIO - NOVA PALMIRA	27,53	4,50	-
153/T-481	SANTA CRUZ - CERRO CHATO (LOTE 11)	48,92	-	-
509/T-153	SANTA CRUZ - CERRO CHATO (LOTE 21)	43,22	-	-
509/T-453	SANTA MARIA CAMOBI E CONT. DE SANTA MARIA	13,293	-	-
537/T-453	SÃO BORJA - ARROIO IGUARIÇÁ	84,30	20,50	12,80
T-453	ARROIO IGUARIÇÁ - SANTIAGO	52,64	7,64	15,64
T-453	SANTA MARIA - RIO TOROPI (LOTE 1)	59,34	8,11	-
T-453	SANTA MARIA - RIO TOROPI (LOTE 1)	4,96	4,96	-
T-453	RIO TOROPI - JAGUARI (LOTE 2)	42,42	1,00	-
T-453	JAGUARI - RIO ROSÁRIO (LOTE 3)	16,50	-	0,70
020	SÃO FRANCISCO DE PAULA - TAINHAS	38,00	12,00	-
126	SANANDUVA - BR/285	37,00	1,00	-
149	RESTINGA SECA - DONA FRANCISCA (VÁRZEA DO VACACAI MIRIM)	2,50	1,70	-
176	MANOEL VIANA - RIO ITU	10,00	4,00	-

RS	TRECHO	EXT.	IMPL.	PAV.
176	SÃO JOSÉ - CANDELÁRIA	6,60	1,40	-
210	SANTA ROSA - SANTO CRISTO	17,42	5,00	-
235	CANELA - SÃO FRANCISCO DE PAULA	33,00	3,00	-
239	TAQUARA - ROLANTE	22,391	2,90	-
324	PASSO FUNDO - MARAU	27,60	-	11,77
324	CONTORNO DO SUL DE PASSO FUNDO	8,70	-	-
324	PLANALTO - IRAI	34,00	25,00	-
331	EREXIM - GAURAMA	18,00	-	-
331	GAURAMA - VIADUTOS	8,10	3,30	-
342	HORIZONTINA - TRÊS DE MAIO	17,80	-	4,30
344	TUPARENDI - SANTA ROSA	15,416	0,90	-
401	GENERAL CAMÃRA - SÃO JERÔNIMO	5,40	0,50	-
403	RIO PARDO - CACHOEIRA DO SUL	60,00	43,00	-
406	NONOAI - PRAIA GRANDE	18,00	12,40	-
426	SEVERIANO DE ALMEIDA - BR/153	4,80	-	-
431	RST/470 PASSO - SANTA BÁRBARA	21,00	6,50	-
448	NOVA ROMA - ANTÔNIO PRADO	66,00	26,00	-
451	COLORADO - CAMPO REAL	19,30	8,40	-
474	BR/290 - RS/030 (STO. ANTÔNIO)	5,70	4,70	-
508	SANTA BÁRBARA - PALMEIRA DAS MISSÕES	52,00	26,60	-
532	MATA - RST/453	11,60	6,00	-
536	CAIBATÉ - BR/285	12,00	-	-
625	MINAS DO CAMAQUÃ - BR/153	22,642	12,50	-
640	CACEQUI - BR/290	44,00	0,50	-
706	PEDRO OSÓRIO - BR/293	15,80	-	-
709	BARRA DO RIBEIRO - BR/116	10,90	2,20	-
786	TRAMANDAÍ - CIDREIRA	22,00	-	-

RS	TRECHO	EXT.	IMPL.	PAV.
786	TERMINAL TURÍSTICA DE TRAMANDAÍ	3,34	2,38	-
T-101	PALMARES - MOSTARDAS	120,00	2,25	-
T-101	MOSTARDAS - SÃO JOSÉ DO NORTE	155,00	4,00	-
T-EP2	BOM RETIRO DO SUL - BR/386	7,143	7,143	-
T-481	SOBRADINHO - CANDELÁRIA (MUNICIPAL)	42,00	3,20	-
- BR-471	RUAS LATERAIS DE SANTA CRUZ (MUNICIPAL)	6,00	4,00	-
- BR-471	SANTA CRUZ - BR/290	58,50	-	1,50
- EP	IBIRAIARAS - BR/285 - (MUNICIPAL)	13,60	0,44	-
- EP	CRUZ ALTA - CAMPUS UNIVERSITÁRIO (MUNICIPAL)	7,00	4,30	-
- EP	RS/155 - FONTE IJUI - (MUNICIPAL)	2,585	-	-

CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1976

RS	TRECHO	ESPÉCIE	LOCAL	COMPRI- MENTO (m)
030	OSÓRIO - TRAMANDAÍ	PONTE EM C.A	ARROIO CAMARÃO	41,26
118	GRAVATAÍ - VIAMAÕ	PONTE EM C.A	RIO GRAVATAÍ	130,00
118	BR/11 - (SAPUCAIA) - VIAMAÕ	VIADUTO EM C.A	INTERSECÇÃO RS/118 C/RS 030	45,00
176	SOBRADINHO - MANOEL VIANA	PONTE EM C.A	ARROIO PIRAJUZINHO	41,00
176	SOBRADINHO - MANOEL VIANA *	BUEIRO EM C.A	km 30	20,00
176	RIO ITU - NHU - PORÁ *	PONTE EM C.A	RIO PUTTÁ	10,00
210	SANTA ROSA - PALMEIRA DAS MISSÕES	PONTE EM C.A	RIO TURVÓ	64,20
210	SANTA ROSA - RS/155 *	PONTE EM C.A	RIO SANTA ROSA	75,00
223	CRUZ ALTA - IBIRUBÁ	PONTE EM C.A	ARROJO BONITO	36,00
230	BR/116 - VÁRZEA DO CEDRO	PONTE EM C.A	ARROJO ZÉ BIRIBA	36,00
230	BR/116 - VÁRZEA DO CEDRO	PONTE EM C.A	ARROJO MOREIRA	36,00
331	EREXIM - GAURAMA	VIADUTO EM C.A	LINHA DA RFFSA	43,40
344	TUPARENDI - SANTA ROSA	PONTE EM C.A	ARROJO PESEGUEIRO	41,00
440	MONTENEGRO - BR/386 *	PONTE EM C.A	ARROJO DA CRIA	21,30
451	COLORADO - CAMPO REAL	PONTE EM C.A	ARROJO BONITO	29,60
448	NOVA ROMA - ANTÔNIO PRADO	PONTE EM C.A	ARROJO COLOMBO	5,00
532	MATA - RST/453	BUEIRO EM C.A	km 9 + 700	-
532	MATA - RST/453 *	BUEIRO EM C.A	SANGA DO SALSO 8 + 33	20,00
709	BARRA DO RIBEIRO - BR/116	PONTE EM C.A	ARROJO RIBEIRO II	59,00
709	BARRA DO RIBEIRO - BR/116	BUEIRO EM C.A	SANGA DO JUNCO	-
709	BARRA DO RIBEIRO - BR/116 *	PONTE EM C.A	ARROJO CAPIVARA	38,00
T-453	JAGUARI - SANTA MARIA	BUEIRO EM C.A	ESTACA 691	20,60
T-453	SANTIAGO - ENCRUZILHADA	VIADUTO EM C.A	LINHA DA RFFSA	53,00
T-453	SÃO VICENTE - JAGUARI	BUEIRO EM C.A	ESTACA 916	29,20
T-468	RST/155 - PALMEIRA DAS MISSÕES *	PONTE EM C.A	RIO GUARITA	10,60
BR/471	SANTA CRUZ - BR/290	BUEIRO EM C.A	RUAS LATERAIS DE SANTA CRUZ	-

* Obras em execução.

CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE POR REGIME DE EMPREITADA

exercício de 1976

RS	TRECHO	ESPÉCIE	LOCAL	COMPRI- MENTO (m)
168	SÃO LUÍZ GONZAGA - ROQUE GONZALES *	PONTE EM C.A	RIO IJUÍ (POÇO PRETO)	268,00
241	SÃO VICENTE - SÃO FRANCISCO DE ASSIS *	PONTE EM C.A	RIO JAGUARI (PASSO DO LORETO)	152,00
509	SANTA CRUZ - CERRO CHATO *	VIADUTO EM C.A	VARZEA DO RIO PARDINHO	65,00
509	SANTA CRUZ - CERRO CHATO *	PONTE EM C.A	RIO PARDINHO	65,00
736	SÃO JERÔNIMO - BR/290	PONTE EM C.A	ARROIO PORTEIRINHA	42,00
T-453	SANTIAGO - JAGUARI - SANTA MARIA	PONTE EM C.A	RIO JAGUARI	309,00
T-453	JAGUARI - SANTA MARIA	PONTE EM C.A	ARROIO TIGRE	109,00
	TOTAL			1.010,00

* Obras em conclusão.

RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

EXERCÍCIO DE 1976

RS	TRECHO	ESPÉCIE	LOCAL	COMPRI- MENTO (m)
T-49	NHU-PORÁ - CANDELÁRIA	PONTE METÁLICA	ARROIO PIAUÍ	62,12
BR/285 *	SÃO BORJA - SÃO LUÍZ CONZAGA	PONTE METÁLICA	RIO CAMAQUÃ	273,39
T-453	SANTIAGO - JAGUARI	PONTE METÁLICA	RIO PASSO FUNDO	155,59
T-480 *	GOIO-EN - HERVAL GRANDE	PONTE METÁLICA		272,50
	TOTAL			802,90

* Em conclusão.

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, em seu propósito de dotar as zonas de produção do Estado de uma rede de estradas capaz de proporcionar um escoamento rápido e seguro das safras agrícolas, obteve, no ano de 1976, resultados altamente significativos, podendo ser destacados:

- construção de 1.277 km de estradas;
- melhoria de 1.142 km de estradas, incluindo verificação do traçado existente, alargamento e ensaibramento;
- construção de 48 pontes com extensão total de 1.663 metros lineares, em convênio com o BNDE;
- terraplenagem industrial, aterros de pontes e serviços diversos, atingindo o total de 538.532 m³ de terra removida e 1.259 horas/trator;
- controle e supervisão das obras de arte que receberam auxílio por decreto estadual: concluídas 68 obras num total de 1.157 metros lineares;
- elaboração de 41 projetos de obras de arte e 4 projetos de estradas alimentadoras;
- construção de 13.170 m de bueiros.

2.1.2 – Hidroviário

Através do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, procurou-se dar melhores condições para o uso do transporte hidroviário, tendo em conta que esta modalidade tem capacidade de transportar maior volume de carga, longas distâncias, com um menor consumo de combustível. Assim, as atividades foram concentradas na ampliação e melhoramento das hidrovias, principalmente as que fazem parte dos entroncamentos intermodais, e no melhoramento da infra-estrutura portuária.

Nesse sentido as realizações, no exercício de 1976, foram:

- protocolo com a PORTOBRÁS, GEIPOT e SUDESUL, para realização de estudos, visando a desenvolver as hipóteses de viabilidade de implantação da ligação Ibicuí-Jacuí;
- elaboração de anteprojeto de regularização do leito inferior do Rio dos Sinos foi entregue à PORTOBRÁS, e já liberado para dragagem do primeiro trecho de 4 km, a partir da confluência com o Rio Jacuí;
- abertura para a navegação do novo canal da barra de Rio Grande, com profundidade de 14 m, permitindo o acesso de navios de grande porte ao Superporto;
- conclusão, no Rio Taquari, após 20 anos de construção, da barragem-eclusa de Bom Retiro, iniciada pelo DEPRC e continuada pelo DNPVN – PORTOBRÁS, estendendo o estirão navegável até a montante da cidade de Estrela, integrando-a, assim, ao entroncamento rodoferro-hidroviário do Rio Taquari;

- acompanhamento da realização das seguintes obras e projetos:

construção do entroncamento rodo-ferro-hidroviário de Estrela, objeto de convênio com o Governo Federal, através do DNPVN;

estudos e anteprojeto do entroncamento rodo-ferro-hidroviário do Rio Jacuí, em Cachoeira do Sul;

estudos e projeto para o novo Pier Petroleiro em Rio Grande, destinado a navios de grande porte;

estudos e anteprojeto de um Terminal Pesqueiro na zona norte da cidade de Rio Grande;

reestudos e projetos do Porto do Barquinho na Lagoa dos Patos;

projeto do terminal para Granéis Líquidos no Porto Novo, em Rio Grande.

Porto de Rio Grande

O Porto de Rio Grande continuou apresentando um grande incremento na movimentação geral de mercadorias, com um acréscimo de 14% em relação ao ano anterior.

De acordo com dados disponíveis até o mês de novembro, a movimentação de mercadorias recebidas atingiu a 3.139 mil toneladas, e as expedidas a 5.032 mil toneladas, totalizando 8.171 mil toneladas.

Com o apoio financeiro da PORTOBRÁS para o cumprimento do contrato nº 31/76, e com recursos próprios, foram realizadas:

- aquisição de equipamentos destinados ao recebimento e transporte de granéis sólidos para o Porto Novo;
- pavimentação da área fronteira ao Cais de Ligação do Porto Novo com a Avenida Antônio Mendes Filho, na zona de Expansão Portuária do Terrapleno Oeste, com uma extensão de 37.779m²;
- aquisição de máquinas como 3 tratores, 11 caminhões, 4 carretas, 1 reboque, 1 camioneta e adaptação de motores para empilhadeiras.

Outro destaque é o recebimento dos rebocadores Manaus e São Luís, que vieram como apoio e auxílio à navegação com destino a esse Porto.

Porto de Pelotas

Apesar do pequeno dinamismo em épocas anteriores, a partir deste ano recrudesceram as funções exportadoras deste Porto, o que indicou uma tendência à sua plena utilização. A redragagem e alargamento da bacia de evolução para 210m, com um calado de 6.096m (20 pés), oferecendo melhores condições operacionais às embarcações aí aportadas, contribuiu para o dinamismo apresentado.

A movimentação de carga alcançou um total de 267.842t, sendo que foram recebidas 17.896t e expedidas 249.946t.

Porto de Porto Alegre

O Porto de Porto Alegre apresentou um movimento geral de carga da ordem de 5.526 mil toneladas, das quais 3.570 mil importadas e 1.956 exportadas.

Realizaram-se obras no cais dos Navegantes, que já estavam iniciadas em 1975:

- construção de linhas férreas;
- prosseguimento da construção da nova rede de água potável;
- pavimentação e repavimentação de diversas áreas.

Foi entregue à Administração do Porto de Porto Alegre, pela PORTOBRÁS, o rebocador Itu, de grande valia para acostagem de navios de grande porte.

Administração de Vias Fluviais

Esta administração deu continuidade aos serviços de levantamentos topo-hidrográficos nos rios Jacuí e Taquari, bem como à manutenção e modernização do balizamento e sinalização destes mesmos rios.

Nestes rios foram colocadas 156 bóias novas; recolocadas 160 bóias, colocados 345 sinais novos e recolocados 148 sinais. Além disso, foram dragados 463.992 m³ e derrocados 63.079 m³.

As oficinas localizadas em Triunfo tiveram um ano de grande atividade na manutenção do parque de dragagem, para atender à demanda desta administração.

Deve-se salientar, ainda, a confecção de bóias de fibra de vidro, revestidas de "scotch-lite", para balizamento dos rios Jacuí e Taquari, dotadas de refletores para radar, com grande eficiência na sinalização para navegação interior.

Serviços Delegados

Este segmento tem como objetivo servir de ligação entre a Autarquia e outras entidades, devendo-se salientar seu engajamento total através de convênios, principalmente com a PORTOBRÁS.

Visando a ampliar e melhorar sua capacidade operacional, foram adquiridas as seguintes máquinas e motores:

- motores diesel marítimos, que substituirão os motores a gasolina existentes nas Lanchas Governador Dornelles e na DG-1;
- marteletes a ar comprimido;
- diversas moto-bombas e bombas;
- grupo gerador diesel.

Na parte referente a levantamentos, sondagens, estudos e projetos, foram executadas as atividades:

- triangulação em diversos locais para o posicionamento de bóias e faroletes, e dragagem em Tapes;
- levantamento topo-hidrográfico no rio Gravataí, para execução de projeto de alargamento e aprofundamento do canal;
- cálculo do aterro hidráulico na 4ª Secção da Barra, através de trabalho de nivelamento, cálculo de volumes dragados, batimetria e perfis;
- batimetria e sondagens em locais como a Bacia de evolução do Porto Velho (Rio Grande), São José do Norte; Bacia de Evolução do Porto Novo (Rio Grande); Barragem Eclusa do Canal de São Gonçalo, no Capão da Marca (Lagoa dos Patos); Bacia de Evolução do Porto de Pelotas, no Canal da Feitoria (Lagoa dos Patos) e no Canal Adutor para a cidade de Rio Grande.

A Pedreira do Capão do Leão produziu 2.640 t de pedra moellon porto, 480 u de pedra de obra, 80 m³ de argila limpa, 7.860 t de blocos e 1.685 t de pedra britada para atender a demanda emergente desta dinâmica.

As atividades dragagem tiveram como objetivo realizar:

- o aterro hidráulico na Ilha Grande dos Marinheiros, Porto de Tapes e Quarta Secção da Barra (Rio Grande), com um volume movimentado de 287.062,3 m³;
- a manutenção da Bacia de Evolução do Porto de Porto Alegre (Cais SAMRIG), Canal da Feitoria (Lagoa dos Patos), Bacia de Evolução do Porto de Rio Grande; o volume dragado foi de 437.716,3 m³;

- o aterro hidráulico na barragem que o DNOS está construindo no Canal de São Gonçalo, movimentando um volume de 113.355 m³, com o fito de evitar a salinização da Lagoa Mirim;
- a dragagem de um Canal transversal no rio São Gonçalo, com 4 km de extensão, que possibilitará a captação de água para o abastecimento da cidade de Rio Grande e do Complexo Portuário Industrial. No exercício foi dragado um volume de 96.568,6 m³.

2.1.3 – Transporte Aeroviário

O Departamento Aeroviário do Estado, órgão encarregado de executar a política do transporte aéreo no Rio Grande do Sul, procurou, em 1976, dar cumprimento às atribuições que lhe foram conferidas pelo Governo, e que se encontram expressas na Estratégia de Ação Governamental 1975-78.

Objetivando dotar o Estado de uma infra-estrutura aeroportuária adequada às suas finalidades, este Departamento realizou no corrente ano uma série de atividades, a seguir especificadas:

Auxílio para Atividades Aerodesportivas

Com o objetivo de incrementar e estimular o aerodesportismo, o órgão efetuou auxílios que tiveram como critério o número de alunos brevetados e o número de horas voadas em cada aeroclube, beneficiando 19 entidades e mais a Federação dos aeroclubes do Rio Grande do Sul.

Atividades de Manutenção em Aeroportos

Visando à conservação do valioso patrimônio aeroviário e a segurança das pistas de pouso, o departamento beneficiou 13 aeroportos em termos de ceifamento, recuperação de cercas, balizamento diurno, regularização de pistas etc. As localidades beneficiadas foram: Cachoeira do Sul, Capão da Canoa, Carazinho, Cruz Alta, Erechim, Getúlio Vargas, Santa Rosa e São Gabriel.

Atividades de Investimentos em Aeroportos

Indo de encontro de uma das proposições da Estratégia de Ação Governamental, no sentido de investir na construção de novos aeroportos e de reequipar os já existentes, o DAE iniciou as obras no aeroporto de Belém Novo em Porto Alegre, e prosseguiu as já iniciadas em Frederico Westphalen, Santo Ângelo, Vacaria e Canela.

As metas atingidas pelo DAE, no que tange a construção, melhoria e manutenção de aeroportos, foram as seguintes:

Terraplenagem	198.000m ³
Ceifamento	398.500m ²
Ensaibramento	18.000m ³
Execução e Recuperação de cercas	9.100m
Roçamento manual	15.500m ²
Pavimentação asfáltica (recapeamento)	48.000m ²
Construção de hangares e estação de passageiros	354m ²
Balizamento diurno	119 unid.
Regularização de pistas	320m ²
Construção de boeiros	326m
Recuperação de estação de passageiro e hangares	3 unid.
Número total dos aero- portos atendidos	18
Número total dos recur- sos aplicados	Cr\$ 2.841.155,00

2.2 – Armazenagem

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns, órgão executor da política de armazenamento e preservação das safras agrícolas do Estado, buscou, no ano de 1976, a melhoria e ampliação de sua rede armazenadora e, a fim de acompanhar o desenvolvimento agroindustrial do Rio Grande do Sul, iniciou a construção de novas unidades.

Com capacidade operacional de 470.000 toneladas estáticas, a CESA movimentou cerca de 1,55 milhões de toneladas de grãos, atuando no campo da frigo-conservação com a unidade Polivalente de Caxias do Sul, cuja capacidade de 3.000 t atendeu carnes, industrializados e frutas.

Apoiada em suas diretrizes de concentração de grandes capacidades armazenadoras, em zonas de convergência da produção e aumento da operacionalidade dos portos, implementou unidades terminais e reguladoras de grande porte e alta cadência funcional, apresentando o seguinte elenco de obras e realizações:

- conclusão das obras de construção do Cais, estaqueamento de linhas de guindastes, aterro e terraplenagem da doca 6, visando à futura ampliação do silo de Porto Alegre;
- início da instalação do canteiro de obras e aterros para construção do armazém fareleiro de Rio Grande, com capacidade de 70.000t;
- continuidade das obras de ampliação da capacidade dinâmica do silo de Rio Grande, incluindo troca de elevadores, motores, redutores, correias transportadoras e modificações no quadro de comando. Aumento da capacidade expedidora para navios de 400 para 1.000t/h;

- prosseguimento das obras civis e compra de equipamentos para ampliação do silo de São Luiz Gonzaga, cuja capacidade estática passará de 40.000t para 80.000t;
- instalação de equipamentos e realização de obras finais no silo de Ibirubá, cuja capacidade foi ampliada em 17.000t;
- aprimoramento do armazem graneleiro de Camaquã com aquisição de equipamentos e realização de obras e melhorias gerais;
- aquisição de equipamentos e realizações de obras civis no silo de Santo Ângelo, cuja ampliação passou a ser utilizada, provisoriamente, em 1976;
- elaboração do projeto de aumento do silo de Cachoeira do Sul, com o objetivo de construir uma nova unidade armazenadora de 40.000t. Na unidade existente foram realizadas melhorias diversas;
- fiscalização das obras do Conjunto Graneleiro Regulador, em construção, pela PORTOBRÁS, junto ao entroncamento rodo-hidro-ferroviário de Estrela;
- conclusão da instalação da rede de radiocomunicação entre as unidades armazenadoras e a sede administrativa;
- elaboração de diversos projetos técnico-econômicos, visando a futuras ampliações;
- assistência técnica a 55 projetos de unidades armazenadoras, construídas no Estado com recursos provenientes do PRONAZEM, financiados a terceiros;
- assessoramento a várias Companhias coirmãs instaladas em outros Estados.

2.3 – Energia

A Companhia Estadual de Energia Elétrica, concessionária dos serviços de Energia Elétrica no Estado, se constitui, hoje, na maior empresa de economia mista do Estado do Rio Grande do Sul, o qual detém 91,29% do seu capital social. Distribuindo 99% da energia, com uma proporção de 93% em termos de municípios ligados e 96% em termos de área coberta por seus sistemas de transmissão e distribuição, a CEEE evidencia, por sua expressão e objetivos, que de sua vitalidade depende fortemente a economia gaúcha.

Visando a atender o mercado consumidor, cuja taxa de crescimento (14,8%) supera a média brasileira, a atuação da empresa foi desenvolvida através de um criterioso planejamento que, em termos de sistemas elétricos de potência, transcende às fronteiras do Estado para integrar-se no âmbito nacional.

Assim, no exercício de 1976, foram alcançadas as seguintes metas:

Obras de Geração

– Usina Hidrelétrica de Itaúba

Foi dada continuidade a esta obra que se constitui no terceiro aproveitamento hidrelétrico do Rio Jacuí, com 500MW de potência instalada, e primeira unidade de 125MW, prevista para operar no segundo trimestre de 1978.

Ao término do ano de 1976 encontravam-se concluídos o desvio do rio, as obras civis de estruturas da tomada d'água e do vertedouro, 40% da construção do maciço da barragem, calhas dos rápidos do vertedouro e a concretagem das estruturas da casa de força;

A montagem dos condutos forçados e das pontes rolantes foi também terminada;

Estão em fase de montagem os equipamentos da tomada d'água e do vertedouro, bem como a caixa espiral da 1ª turbina;

Foram contratados os fornecimentos dos principais equipamentos eletromecânicos, os serviços de pintura interna e externa dos condutos forçados, bem como os acabamentos arquitetônicos da usina.

– Usina Hidrelétrica de Dona Francisca

Foram reiniciados os exames geológicos da área de aproveitamento, feitos os levantamentos topográficos e compilados os dados hidrológicos, com vistas ao estudo de viabilidade técnico-econômica dessa usina situada à Jusante de Itaúba, cuja potência instalada será da ordem de 100MW.

– Usina Termelétrica Presidente Médici

Fase B

Consiste na ampliação das instalações da atual Fase "A" da UTE Presidente Médici, de 126MW, que opera na região carbonífera de Candiota, Município de Bagé, com mais duas unidades turbo-alternadoras de 160MW de potência, cada uma, e respectivas caldeiras e equipamentos auxiliares.

As atividades, no decurso do presente exercício, restringiram-se à continuação das obras civis preparatórias para os setores de apoio e canteiro de obras.

Com respeito à obra principal, foi efetuado o lançamento da concorrência de fornecimento dos equipamentos principais para a Fase B e tarefas correlatas.

– Usina Termelétrica de São Jerônimo

Procurando seguir, da melhor forma possível, a orientação do Governo Federal, a CEEE está tomando todas as medidas ao seu alcance visando a uma economia de derivados de petróleo. Com essa finalidade, está sendo recuperada a Usina de São Jerônimo, que, na fase atual, já operou com 10MW, consumindo carvão procedente das Minas do Butiá.

Obras de Transmissão

– Linhas de Transmissão Concluídas

Na região Noroeste ficou concluída a linha de transmissão Usina Hidrelétrica Passo Fundo-Guarita, de 138kv e 87 km de extensão que, juntamente com as LT's Guarita-Campo Novo e Guarita-Frederico Westphalen, concluídas em 1975, e das Subestações de Guarita e Frederico Westphalen, constituem-se em um conjunto de obras da maior importância para o reforço do abastecimento duma região altamente progressista, abrangendo 50 municípios das Zonas do Alto e Médio Uruguai, com 418 localidades atendidas pela CEEE e com o mercado já sem condições de se expandir. Ficaram, também, concluídos diversos ramais de 69kv, totalizando cerca de 10km e a LT Bugres-Cambará do Sul de 44kv e 95 km de extensão, permitindo paralisar a usina dieselétrica local.

– Linhas de Transmissão em Construção

Entre as obras de transmissão em fase adiantada de construção, merecem ser destacadas as duas linhas de 230kv, 215km de extensão cada, ligando a Hidrelétrica de Itaúba com a subestação de Cidade Industrial, em Canoas, linhas estas destinadas ao escoamento da energia a ser gerada por aquela usina em direção à área mais industrializada do Estado. Estas linhas estão com quase 80% de suas obras concluídas, devendo estar prontas para serem testadas, a partir do 2º semestre de 1977. Além dessas, tiveram andamento as seguintes linhas:

	TENSÃO	EXTENSÃO	EXECUÇÃO
	kv	km	(%)
Itaúba – Passo Real	230	30,3	76
Itaúba – Santa Maria	230	76,4	80
Santa Maria – São Vicente	230	87,2	15
Farroupilha – Caxias 2	230	7,9	7
Pres. Médici – Minas de Cobre	138	79,3	18
Lagoa Vermelha – Vacaria	138	67,6	3
Camaquã – Encruzilhada do Sul	69	78,4	4

As três primeiras são de vital importância para o maior intercâmbio de energia entre as usinas Itaúba, Passo Real e Termelétrica de Alegrete e as demais, para suprimento ou reforço de suprimento às localidades referidas. Todas estas linhas deverão estar concluídas até fins de 1977.

Obras de Transformação

Foram concluídas as seguintes subestações transformadoras:

	REL. TENSÃO (kv)	CAPACIDADE (Mva)
SE Guarita	138/69	21
SE Rio Grande 2	69/138	25
SE São Domingos	69/23/13,8	5
SE Cambará do Sul	44/23	5

Na subestação SEPA 9 (Porto Alegre) foi completada a instalação de um compensador síncrono de 19 Mvar de potência.

Encontram-se em fase de construção as seguintes subestações:

	REL. TENSÃO (kv)	CAPACIDADE (Mva)	EXECUTADO
SE Quinta (Rio Grande)	230/69/13,8	165	45
SEPA 9 (Porto Alegre)	230/69 + 230/13,8	165 + 60	7
SE Frederico Westphalen	69/23	15	40
SE Marau	44/23	5	10

Como se observa, figuram na relação as importantes subestações SEPA 9 e Quinta, com potência unitária de 165.000kva, a primeira destinada a satisfazer o crescimento do mercado no distrito industrial de Porto Alegre e a segunda no Rio Grande, especialmente na área do Superporto, mas, também, para atender às cargas provenientes de irrigação de granjas de arroz na região entre Quinta, Taim e Santa Vitória do Palmar.

Obras de Distribuição

— Reformas e Ampliações de Redes de Distribuição

Foram executadas reformas e ampliações de redes de distribuição nas áreas sob jurisdição de 29 gerências regionais, com as seguintes extensões totais:

Alta tensão	1.232km
Baixa tensão	1.418km

Neste exercício, foram encampados os serviços de Mostardas, Santana da Boa Vista, Nova Milano e zona rural de Montenegro.

Além disso, foram executados os projetos de reforma nas seguintes redes de distribuição: Dois Irmãos, Vacaria, Campo Bom, Santo Antônio das Missões, Alvorada, Pedro Osório, Esmeralda, Vila Ipiranga (Gravataí) e Praia do Magistério (Tramandaí).

Na nova rede subterrânea de Porto Alegre tipo Network, que está sendo implantada na área central da capital, abrangendo uma superfície de 2km² de alimentadores primários, foram concluídos os trabalhos de implantação da primeira etapa, constituída do sistema Nordeste, à qual corresponderá uma carga de 27Mva. A sua energização foi efetivada, tendo sido iniciado o processo de transferência de carga da rede velha para a rede subterrânea nova.

Nos demais sistemas Oeste e Sudoeste foram concluídas obras civis, prevendo-se a montagem eletro-mecânica do sistema Oeste setor 1 em 1977.

– Eletrificação Rural

De acordo com o Plano Quadrienal de Eletrificação Rural, elaborado pela CEEE e aprovado pela ELETROBRAS teve início a execução de 78 obras disseminadas em 33 municípios do Estado, visando ao atendimento imediato de 4.060 novos usuários na área rural.

Esse subprograma, de 1976, prevê a execução de 727 quilômetros de linhas elétricas, em alta e baixa tensão, com instalação de 447 transformadores, totalizando 7.078kva. Em 1976, foram concluídas 21 das 78 obras citados, estando as demais em adiantada fase de execução.

Serviços e Obras Gerais.

– Sistema de Telecomunicações, Supervisão e Controle

Com o objetivo de atender mais rapidamente aos usuários do sistema de energia elétrica, bem como dar maior confiabilidade aos serviços de despacho de carga, foi dado prosseguimento à execução do Plano de Telecomunicações, tendo sido colocados em operação os seguintes equipamentos:

Sistema de Ondas Portadoras Sobre Linhas de Alta Tensão

05 canais de telecomunicação,

09 canais de fonia,

03 centros telefônicos internos;

Sistema de Rádio Móvel e de Emergência

09 estações fixas de VHF/FM simplex,

15 estações móveis de VHF/FM simplex,
 Sistema de Microondas
 09 estações de Microondas, excluindo-se o sistema de
 antena,
 03 repetidores passivos;
 Sistema de Supervisão e Controle
 06 estações remotas de supervisão
 energização do Centro de Controle do Jacuí,
 energização do Centro de Controle do Jacuí
 energização do Centro de Controle do Jacuí,
 energização do Centro de Operação do sistema,

– Postes e Reflorestamento

Através das Usinas de Preservação de madeiras de Barreto e Alegrete, foram produzidos 55.238 postes tratados sob pressão, utilizados na construção e conservação de linhas de transmissão e distribuição. Estes postes foram extraídos dos dois hortos florestais da CEEE, do da Granja Carola (Guaíba) e o do Renner (Triunfo). Além destes, a Cia, faz a proteção e reflorestamento das áreas das usinas de Bugres, Canastra, Blag, Divisa, Capingui, Jacuí, Ijuizinho, Candiota e Passo Real.

Possuindo uma estrutura para proteção, florestamento e reflorestamento, a CEEE vem fomentando a orientação técnica e distribuição e venda de sementes e mudas. A produção de mudas chega a 1.500.000 unidades por ano.

Geração de Energia e Atendimento do Mercado

No período em análise verificou-se a seguinte geração própria:

de origem hidráulica	2.089.205 Mwh
de origem térmica	530.399 Mwh
Total	2.619.604 Mwh
compra da ELETROSUL	1.522.185 Mwh
Total Estado 1976	4.141.789 Mwh
Total Estado 1975	3.608.000 Mwh

O que representa a elevada taxa de aumento da produção de 14,8%.

O mercado próprio da CEEE apresentou uma taxa de crescimento de 14,7%, sendo que o residencial cresceu 13,1%, o comercial 12,1%, o industrial 17,7%, e o rural 54,1%.

O número de consumidores residenciais que em fins de 1975 era de 754.922 elevou-se para 859.926 em 31.12.76, representando um significativo acréscimo de 14%.

Em fins de 1976, a CEEE atendia diretamente 206 sedes municipais e 2.355 distritos, vilas e povoados. Além disso, entregava energia em grosso a revendedores (outras concessionárias, prefeituras e cooperativas) que a distribuíam em 23 sedes municipais e 28 localidades, perfazendo um total de 229 sedes municipais e 2.385 localidades servidas diretas ou indiretamente. No exercício, registraram-se 230 novas localidades ligadas, elevando o número de consumidores para 1.000.000 (não incluídos os serviços prestados indiretamente, através das revendedoras).

2.4 – Telecomunicações

A Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, concessionária dos serviços de Telecomunicações no Estado, procurou cumprir as metas que lhe foram destinadas pela Estratégia de Ação Governamental, empenhando-se em melhorar e estender os seus serviços a todos os quadrantes do Estado, bem como em interligá-los com os sistemas nacional e internacional.

Assim, o número de telefones por mil habitantes no Estado foi elevado para 29, índice superior à média brasileira.

Foram ativados, neste ano, os sistemas de Discagem Direta à Distância das Centrais de Uruguaiana, Alegrete, Livramento, Passo Fundo, Farroupilha, Palmeira das Missões, Rio Grande, Bagé e Bento Gonçalves.

Em termos de obras realizadas, merecem destaque:

Serviços Urbanos

- Implantação da Central Automática de Santa Rosa, com capacidade de 1.000 terminais telefônicos, com acesso ao sistema de Discagem Direta à Distância (DDD)

CENTRAIS AUTOMÁTICAS AMPLIADAS

LOCALIDADE	NÚMERO DE TERMINAIS		
	Anterior	Ampliação	Total
Porto Alegre			
São João	5.000	3.000	8.000
Tristeza	4.000	1.000	5.000
Passo D'Areia	5.000	3.000	8.000
Área Metropolitana			
Novo Hamburgo	2.000	2.000	4.000
Interior			
Cruz Alta	1.000	500	1.500
Gramado	400	200	600
Canela	400	200	600
Santa Maria	3.000	1.000	4.000
Palmeira das Missões	500	500	1.000
Caxias do Sul	3.600	2.400	6.000
TOTAL	24.900	13.800	38.700

Todas as Centrais Automáticas ampliadas estão integradas às redes Estadual e Nacional de Telecomunicações pelo Sistema de Discagem Direta à Distância (DDD).

CENTRAIS MANUAIS INSTALADAS

Implantações Mesas BC

LOCALIDADE	Nº DE TERMINAIS
Bom Jesus	280
Coronel Bicaco	100
Bossoroca	100
Mata	100
Formigueiro	100
Palmitinho	100
Cacequi	100
Colorado	200
Mostardas	100
São Pedro do Sul	200
Chapada	100

São Vicente do Sul	100
Rondinha	100
Canguçu	200
Antônio Prado	200
Campinas das Missões	100
Independência	100
Augusto Pestana	100
Paim Filho	100
Barracão	100
Arroio do Tigre	200
Barros Cassal	100
Anta Gorda	200
Selbach	100
Dom Feliciano	100
Butiá	100
Nova Palma	100
Cambará do Sul	100
Bom Retiro do Sul	200
Charqueadas	200
Silveira Martins	100
Dona Francisca	100
São Paulo das Missões	100
Boa Vista do Buricá	100
Porto Lucena	100
Cândido Godói	100
Alecrim	100
Porto Xavier	100
Santo Antônio das Missões	100
Sertão	100
Campinas do Sul	100
Ibirubá	100
Subtotal	5.180
Implantações Mesas BL	
VilaIpê	20
Fortaleza dos Vales	50
Capão da Canoa	40
São Sepé	20
Sertão Santana	40
Feliz	80
Pejuçara	20
Vila Vasconcelos	10
Val de Serra	50
Bom Princípio	20
Santiago	40
Arroio dos Ratos	50
Subtotal	440
TOTAL	5.620

CENTRAIS MANUAIS AMPLIADAS

LOCALIDADE	NÚMERO DE TERMINAIS		
	Anterior	Ampliação	Total
Três de Maio	300*	400	400
Maximiliano de Almeida	100**	100	100
Rosário do Sul	165	15	180
Constantina	30	30	60
Nova Prata	100	80	180
Marau	160	20	180
Igrejinha	90	50	140
Faxinal do Soturno	100	20	120
Agudo	80	20	100
Nova Petrópolis	80	40	120
São Francisco de Paula	120	20	140
Cacequi	200	60	260
Encruzilhada do Sul	120	30	150
Viamão	70	10	80
TOTAL	1.715	895	2.210

*Ampliação com substituição de equipamento.

** Substituição de equipamento.

Serviços Interurbanos

Instalação dos seguintes equipamentos de telecomunicações, ligando as localidades abaixo especificadas:

Rádio Enlace UHF 24

Bela Vista – Siderúrgica Rio-Grandense
 Ijuí – Santo Augusto
 Montenegro – Porto Alegre
 Osório – Cidreira
 Restinga Seca – Cachoeira do Sul
 Restinga Seca – São Sepé
 Viamão – Gravataí
 Santa Rosa – Horizontina
 Jaguari – Santiago
 Horizontina – Três Passos
 Tapes – Camaquã
 Marcelino Ramos – Erechim
 Santa Cruz – Rio Pardo

Rádio Enlace UHF 60

Pelotas – São Lourenço do Sul

Rádio Enlace Monoçal

Bom Jesus – Cambará
 Erexim – Jacutinga
 Estação Getúlio Vargas – Sertão
 Caçapava – Minas do Camaquã
 Coronel Bicaco – Palmeira das Missões
 Alegrete – Escola Agrotécnica
 São Nicolau – São Luís Gonzaga
 Tapes – Vila Vasconcelos
 Piratini – Pinheiro Machado
 Passo Fundo – David Canabarro
 Cerro Largo – São Paulo das Missões
 Paim Filho – Erexim
 Sarandi – Constantina
 Erexim – Maximiliano de Almeida
 Ciriaco – Passo Fundo
 Santo Angelo – São Miguel
 Erval Seco – Palmeira das Missões
 Arroio do Sal – Torres
 Vacaria – São Paulo
 Arroio Teixeira – Osório
 Cerro Largo – Tapes
 Erval Grande – Erexim
 Lajeado – Antônio Prado
 Barão do Cotegipe – Erexim

Enlace Portador

Vacaria – Bom Jesus
 Lavras do Sul – Bagé
 Carazinho – Tapera
 Santa Rosa – Tucunduva
 Cruz Alta – Panambi
 Cruz Alta – Ibirubá
 Bento Gonçalves – Garibaldi
 Lagoa Vermelha – Sananduva
 Pelotas – Pedro Osório
 Santa Cruz – Venâncio Aires
 Veranópolis – Nova Bassano
 S. Sebastião do Caí – Montenegro
 Frederico Westphalen – Palmeira das Missões
 Santa Maria – Faxinal do Soturno
 Santa Maria – Nova Palma

Erval – Arroio Grande
 Lagoa Vermelha – Sananduva
 Santa Rosa – Campinas das Missões
 Santa Rosa – Porto Lucena
 Santa Cruz – Candelária
 Candelária – Sobradinho

Rádio Enlace CSM/2

Santa Cruz – Cachoeira
 Guaíba – Porto Alegre
 Cacequi – Jaguari
 Campo Bom – Taquara
 Gravataí – Osório
 Bagé – Ramoa – Teófilo Santos
 Passo Fundo – Estação Getúlio Vargas – Erexim

Rádio Enlace A-302

São Leopoldo – Campo Bom
 Canguçu – Pinheiro Machado
 Porto Alegre (Bela Vista) – Gravataí
 Carazinho – Passo Fundo
 Alegrete – Cacequi
 Santo Angelo – Giruá – Santa Rosa
 Cacequi – Rosário do Sul

Multiplex

Siderúrgica Rio-Grandense, Bela Vista, Ijuí, Santo Augusto, Cidreira, Osório, Montenegro, Viamão, São Sepé, Horizontina, Santiago, Três Passos, Alegrete, São Francisco de Assis, Bagé, Pinheiro Machado, Marcelino Ramos, Erexim, Porto Alegre, Canoas, Camaquã, Campo Bom, Guaíba, Santa Maria, São Leopoldo, Jaguari, Pelotas, Vacaria, Lajeado, Rio Grande, Rosário do Sul, Carazinho, Santa Rosa, Santo Angelo, Cruz Alta, São Lourenço do Sul.

3. ÁREA SOCIAL

3 – ÁREA SOCIAL

3.1 – Educação

Em todas as atividades que integram a linha de ação governamental distingue-se a necessidade da formação de recursos humanos, como elemento essencial para alcançar os objetivos propostos.

A formação de recursos humanos em todas as suas dimensões é uma questão estratégica, pois é sobre ela que vão recair os encargos do desenvolvimento. De sua aptidão e eficácia dependerá a ampliação do horizonte de possibilidades do Estado, o que, por si só, justifica todo o esforço coletivo que for despendido.

Mesmo que o Estado conte com relativa vantagem em força de trabalho especializada e semi-especializada, em comparação com outras unidades da Federação, as solicitações geradas pelo desenvolvimento de um futuro próximo prevêm envolvimento de grandeza e dimensões diversas.

Nesse contexto competitivo e de aceleração, em que o crescimento depende, cada vez mais, do conhecimento, importa:

- focalizar as atenções na formação do indivíduo, pois a Política de Recursos Humanos deve tornar-se o centro das demais;
- buscar a eficácia dos métodos de ensino, em todos os seus aspectos, a fim de estabelecer uma analogia com o mundo produtivo;
- aperfeiçoar a escala de valores na solução dos problemas educacionais;
- colocar no núcleo central da formação da política educacional o conjunto de variáveis relativas à qualidade;
- utilizar o bem mais precioso dentro da escala de valores da sociedade – a inteligência humana, potencial que, adequadamente utilizado, garantirá o futuro e a segurança coletiva;

- consolidar a assistência ao educando, assim como a interação comunitária escolar;
- desenvolver formas de estímulo ao aperfeiçoamento técnico-científico e humanístico, mediante programas que possibilitem o aprimoramento cultural, além da formação universitária.

A ação da Secretaria de Educação e Cultura vem-se desenvolvendo - com as modificações e os ajustes característicos da dinâmica de toda estrutura organizacional - perfeitamente integrada no IIPND.

Considerando a estratégia de ação adotada no período relativo ao ano de 1976, cumpre destacar algumas realizações e atividades marcantes na operacionalidade do Sistema deste Órgão da Administração Estadual.

Entre elas salienta-se, como preocupação essencial do Governo, a valorização do professor. Neste sentido, as principais medidas tomadas foram:

- revigoração do concurso de ingresso no magistério estadual, beneficiando mais de duas centenas de professores do Ensino Médio;
- nomeação de 4.785 professores do Ensino Primário concursados, muitos dos quais aguardavam esta medida há mais de cinco anos;
- contratação de 10.022 professores para suprir as necessidades do ensino, até que se efetive a homologação do concurso;
- criação de 16.800 cargos, englobando os diferentes níveis de habilitação, previstos em Lei;
- realização de concurso para provimento em cargo de professor, Classe A, no Quadro de Carreira do Magistério Público Estadual, Área 2 e Área 3, envolvendo respectivamente 14.846 e 13.612 candidatos. Este concurso, o maior já realizado no Estado, representa o aproveitamento de profissionais qualificados para o Magistério, repercutindo na eficiência do Sistema Estadual de Ensino, bem como na oportunidade de absorção dos professores contratados e extranumerários já titulados;
- efetivação das promoções dos integrantes do quadro de carreira do magistério público estadual, em cumprimento do que preceitua a Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, regulamentada pelo Decreto nº 23.693, de 14 de janeiro de 1975. Dos 28.592 professores avaliados foram promovidos mais de 10.000;

- criação de uma comissão central para revisão de proventos dos professores aposentados para dar cumprimento à Lei nº 6.947, de 22 de dezembro de 1975, que estende aos mesmos as vantagens da Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974;
- nomeação de uma comissão especial de revisão da Lei 6.672/74, do Estatuto e Plano de Carreira do Magistério, com vistas ao aperfeiçoamento da referida Lei;
- qualificação profissional através de concessão de licença da atividade docente, beneficiando milhares de professores, inclusive através de concessão de bolsas;
- concessão de bolsas a universitários carentes nas áreas da educação, saúde e tecnologia.

Por sua importância e abrangência, merecem ainda ser destacadas:

- início da execução do projeto FAS-Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – com a construção de 192 escolas rurais, num total de 821.091,20m², beneficiando 180 municípios;
- construção de 29 escolas, totalizando 98.800m², com recurso do BNH, beneficiando 21 municípios;
- criação de escolas de 2º Grau em mais de 3 dezenas de municípios do Estado, com o objetivo de que, no final desta gestão, todos os municípios gaúchos possam contar com escolas deste grau de ensino;
- elaboração de diretrizes curriculares para educação geral do ensino de 2º Grau no Rio Grande do Sul, objetivando a implementação do processo de Planejamento curricular deste grau de ensino. Foram impressos 15.000 exemplares e distribuídos a todos os professores;
- “Integração Sistema Estadual de Ensino Universidade e Instituições de Ensino Superior” – Trabalho desenvolvido em âmbito local, regional e estadual nos Distritos Geoeducacionais n^{os} 35, 36, 37 e 38 e em Porto Alegre. Apresentação por sua Excelência o Senhor Secretário de Educação e Cultura, no “X Encontro Nacional de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação”, das atividades realizadas pelas Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, em termos de “Integração”;
- realização de encontros de coordenadores regionais de educação, no total de sete (7);
- homologação do anteprojeto do Plano Estadual de Cultura, pelo Governador do Estado, em 15 de outubro de 1976;
- realização dos VIII Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) pelo Departamento de Educação Física e Desportos

desta Secretaria; em conjunto com o Departamento de Educação Física e Desportos do MEC de 01 a 19 de dezembro de 1976. Este evento teve por objetivo o aperfeiçoamento do conhecimento técnico nos Desportos Olímpicos; integração nacional; aprimoramento dos professores em técnicas mais avançadas no treinamento e organização desportivos, envolvendo 3.618 atletas e 1.070 dirigentes;

- execução do programa de feiras de ciências em três etapas:

200 Feiras Municipais em que participaram 500 alunos de cada município, num total de 100.000 alunos de 3.000 escolas do Rio Grande do Sul;

29 Feiras Regionais, congregando os melhores trabalhos das feiras municipais, que envolveram 400 alunos de cada Delegacia, num total de 11.600 alunos;

Feira Estadual, em que concorreram os 360 melhores trabalhos de todo o Estado e participaram 1.000 alunos. Esta Feira foi visitada por aproximadamente 80.000 pessoas;

- realização do "Festival de Criatividade Infanto-Juvenil", que em 1976, foi descentralizado para as sedes de municípios e distritos, favorecendo a participação de maior número de alunos, bem como oportunizando um maior envolvimento das Comunidades em programações artístico-culturais;
- em 1976, a Supervisão Técnica da Secretaria de Educação e Cultura, através de sua Unidade de Informática, publicou o catálogo de estabelecimentos de ensino do Rio Grande do Sul, em atendimento à sua meta de divulgação e disseminação de dados estatísticos educacionais;
- implantação do banco do livro em todas as escolas da Rede Estadual;
- instalação, pela Fundação Rio-grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERS), do Serviço de Estimulação Precoce, destinado ao Pré-escolar e Centro de Pré-profissionalização para Deficientes Auditivos, bem como a inauguração da Biblioteca especializada "Helena Antipoff", aberta à Comunidade. Estas atividades foram realizadas por ocasião da Semana Nacional do Excepcional.

São as seguintes as metas fundamentais, estabelecidas para o período, nos diversos níveis:

– Ensino de 1º Grau

e elevar a taxa de escolarização;
reduzir, substancialmente, a retenção e/ou evasão do fluxo da 1ª para a 2ª série.

– Ensino de 2º Grau

propiciar condições que permitam atender ao aumento do número de matrículas;
diminuir substancialmente o índice de evasão e/ou retenção;
implantar novas tecnologias, que permitam o ajustamento de vasta gama de oferta de habilitações vinculadas e/ou paralelas à demanda do mercado de trabalho.

– Ensino Superior

integrar o setor público estadual e as instituições de ensino, no que se refere à informação atualizada das reais necessidades de mão-de-obra qualificada no Estado;
criar estímulos para melhor distribuição dos profissionais, de acordo com a necessidade regional, envolvendo o planejamento de uma política de motivação de emprego e tecnologia;
entrosar os órgãos estaduais de pesquisa e os universitários;
estimular programas de integração empresa-escola e escola-comunidade.

– Ensino Especializado

incentivar o ensino supletivo comum e profissionalizante;
prosseguir na implantação da TV Educativa, como instrumento de implementação do processo educacional e cultural do Estado.

– Esporte

O esporte é considerado imprescindível ao desenvolvimento, tanto físico intelectual, do educando.

Por isso, cabe ao Estado:

estimular a construção de ginásios e praças de esportes, bem como a aquisição dos equipamentos necessários;
integrar a ação pública às entidades associativas privadas, visando ao desenvolvimento das práticas esportivas em geral.

– Cultura

O Rio Grande do Sul apresenta notável acervo cultural, mercê, especialmente, da diversificação étnica e tradição histórica do seu povo. A valorização desse patrimônio merece especial atenção do Poder Público.

Assim, o Governo propõe-se a:

preservar e, quando necessário, restaurar os bens que constituem o patrimônio histórico do Estado;
 dinamizar os programas existentes e ampliar a área de abrangência da promoção artístico-cultural;
 incentivar a pesquisa dos aspectos históricos e tradicionalistas de nosso povo, inclusive pela vinculação do Setor Público estadual às instituições de ensino superior;

Entre as atividades comuns a cada nível de ensino, destacam-se:

a – No ensino de 1º Grau, quanto:

– à implementação da Reforma:

treinamento de 33 professores para montagem de processos referentes à instalação de séries do ensino de 1º Grau;

instalação de novas séries em antigos grupos escolares:

5ª série – 19;
 6ª série – 111;
 7ª série – 112;
 8ª série – 116;

treinamento de 60 profissionais para implantação e implementação da Resolução 11/74 do CEE;
 implantação e implementação da Res. 111/74, do CEE, em toda a rede escolar do Rio Grande do Sul;

– à dinamização do ensino na zona rural e urbana:

manutenção de 44 (quarenta e quatro) UMIT, 10 (dez) CACT e 3 (três) Centros Interescolares;
 contratação pelo Estado de 176 professores para UMIT/1 e 117 professores para UMIT/2, num total de 293 professores, perfazendo um total de 586 contratos;
 habilitação de 36 professores e 45 profissionais para exercício nos CRES;

aprovação, pelo CEE, para funcionamento dos CACT (s) de:

Cruz Alta,
Santo Angelo,
Estrela e
Bagé,

com a denominação de Centro Interescolar de 1º Grau;

– à assistência ao escolar

110.000 atendimentos médicos, em clínica geral, a escolares;

inspeção médica a 40.611 alunos de 1ª série do 1º Grau;
prevenção primária e secundária de problemas cardiovasculares a 146 alunos;

inspeção sanitária em 110 escolas;

atendimento de enfermagem a 493 alunos;

164 visitas para controle epidemiológico nas escolas;

121 palestras sobre educação sanitária, atingindo 3.324 pessoas;

atualização de 28 professores da 1ª DE relativa a primeiros socorros a escolares;

avaliação do Programa Educativo de Vacinação Antitetânica em 729 escolas;

12.000 atendimentos a alunos com deficiências neuro-sensoriais;

detecção de problemas de aprendizagem em 26.000 alunos através de avaliação clínica;

triagem, avaliação clínica;

triagem, avaliação e encaminhamento de 4.532 escolares a tratamento especializado;

633 atendimentos em psicoterapia de grupo em clientela da capital e interior;

avaliação e acompanhamento psicológico em criança de 1ª série, abrangendo 13 DEs;

atendimento a 11.708 alunos com problemas de aprendizagem;

terapêutica de reeducação com avaliação, envolvendo 22.282 alunos;

atendimento geral a 4.931 crianças;

aplicação de testes em 17.968 alunos de 193 escolas;

atendimento odontológico e aplicação tópica de fluoreto a 96.800 escolares;

atendimento a 166 escolas, no que diz respeito à educação e saúde oral;

reequipamento de 65 consultórios odontológicos;

auxílio – material escolar a 5 CPM (s);

fornecimento de aparelhos corretivos a 1.200 escolares;

distribuição de 197.825 kg de leite para alimentação de alunos;
 treinamento de elementos para trabalho em nutrição, através do PIPMO e LBA;
 distribuição de 415.000 livros didáticos, beneficiando 219.329 alunos, em 3.026 escolas de 173 municípios;
 distribuição de 8.000 exemplares de material para Educação Alimentar;
 atendimento a 104.938 alunos carentes, excedentes da Escola Pública;
 treinamento de 66 professores para implantação de Diretrizes Curriculares para Programas de Saúde;

– à integração comunitária:

treinamento de 364 professores através de 7 cursos de Prevenção de Acidentes;
 treinamento de 53 elementos, para testagem do Programa de Educação para o Trânsito;
 convênio com a LBA para treinamento de 55 professores cedidos para trabalho comunitário;
 acordo com a Cruzada Sul-Rio-Grandense de Assistência Social ao Tuberculoso, atendendo 150 famílias;
 cursos de Auxiliares de Nutrição, envolvendo 130 elementos;
 treinamento de 1.097 mães, Auxiliares do Serviço de Nutrição Escolar;
 treinamento para 1.500 Supervisores e Professores, em prevenção ao Câncer;
 atendimento a 28 professores responsáveis por círculos de Pais e Mestres;

– ao atendimento, treinamento e atualização de professores e demais profissionais da educação:

1.900 professores leigos e regentes de ensino, em exercício nas 4 primeiras séries do 1º Grau;
 1.271 professores do ensino de 1º Grau;
 90 professores para suplência no Ensino Supletivo;
 38 professores sobre Metodologia do Ensino de 1º Grau para adultos, em nível de pós-graduação;
 590 professores em exercícios no Ensino de 1º Grau;
 14 professores para atendimento antecipado ao aluno carente de 1ª série;
 66 técnicos em planejamento;

132 supervisores e inspetores das Delegacias de Educação;
 35 coordenadores de validação prática – Guia de Planejamento Curricular em nível de escola;

87 supervisores com a utilização de novos Guias de Currículo, em nível de unidade escolar;
 130 diretores e supervisores para atuar nos Cursos Supletivos de Educação Geral de 1º Grau;
 140 elementos para implantação de modelo de inspeção e supervisão nas escolas de 1º Grau;

– à rede física:

criação de 14 (quatorze) escolas polivalentes (4ª etapa) para funcionamento em 1977, que possibilitará o atendimento de 11.200 alunos;
 construção de 942 salas de aula, num total de 142.186,78 m², beneficiando 375 escolas em 211 municípios;
 ampliação de 267 salas de aula em um total de 32.886,51 m², beneficiando 94 escolas em 84 municípios;
 conclusão de 26 salas de aula em um total de 2.856,10 m², beneficiando 63 escolas em 54 municípios;
 recuperação de 74 escolas em 67 municípios;
 distribuição de material de copa e cozinha a 20 DEs;
 aquisição de 72.972 carteiras, 97.645 cadeiras e 1.950 mesas.

b – No Ensino de 2º Grau, quanto:

– ao treinamento, atualização e atendimento aos profissionais da educação:

136 especialistas de educação em nível de 2º Grau;
 79 professores responsáveis pela Supervisão de Bibliotecas Escolares;
 167 professores para levantamento, divulgação e disseminação de dados;
 60 coordenadores pedagógicos;

– ao atendimento ao escolar:

45.851 alunos carentes da Escola Pública;
 atendimento a 100 mil escolares;
 implantação do Banco do Livro em todas as escolas da Rede Estadual, com distribuição de 4.500 exemplares do Manual;

– ao currículo:

implementação do processo de planejamento curricular do 2º Grau, com distribuição de 15.000 exemplares das diretrizes;

elaboração de 289 Regimentos Escolares, 14 Planos Pedagógicos, 99 Planos Curriculares;

implementação das Bibliotecas Escolares em todas as escolas da Rede Estadual, com distribuição de 4.500 exemplares do Manual;

– à rede física:

conclusão de obras de dois (2) colégios estaduais; aquisição de um prédio escolar com capacidade aproximada para 4.000 matrículas e aquisição de 978 carteiras e 1.093 cadeiras.

↳ - No Ensino Superior (3º Grau), quanto:

– à habilitação, treinamento, aperfeiçoamento e atualização de professores e demais profissionais da educação, em integração com instituições de ensino superior:

conclusão de 28 cursos, destinados a 2.197 Professores, Supervisores de Ensino e Orientadores Pedagógicos, e Professores leigos que foram habilitados para atuarem nas primeiras séries no ensino de 1º Grau;

início de 14 cursos, destinados a 970 professores;

– à concessão de bolsas de estudo e auxílios:

concessão de bolsa de estudo a 13 graduados em curso superior, para realização de cursos em nível de Pós-Graduação no país e exterior;

concessão de 10.016 bolsas de estudo e estudantes de Ensino Superior, economicamente carentes, com prioridade nas áreas de Educação, Tecnologia e Saúde;

concessão de 746 bolsas de estudo a membros do Magistério Público Estadual, carentes de recursos financeiros, que realizam cursos na área da Educação em Instituições Particulares de Ensino;

concessão de 22 licenças para qualificação profissional a membros do Magistério Público Estadual, para realização de cursos na área da Educação em nível de Pós-Graduação;

concessão de auxílios complementares a 13 Instituições de Ensino Superior, visando à sua manutenção, expansão e aprimoramento da qualidade do ensino;

– à elaboração e publicação:

levantamento de dados estatísticos relativos a 72 Instituições de Ensino Superior/RS;

publicação de 100 exemplares das “Estatísticas Básicas do Ensino de 3º Grau/RS. 1975” – 2ª edição;

elaboração e publicação de 500 exemplares das “Estatísticas Básicas do Ensino Superior/RS – 1976”;

elaboração e publicação de 500 exemplares do trabalho:

“Integração Sistema Estadual de ensino/Universidades/Instituições de Ensino Superior”;

elaboração e publicação de 500 exemplares do trabalho “Repercussão Financeira dos Professores cedidos a instituições de Ensino Superior – 1975”;

– à integração com a Universidade:

intercâmbio de recursos humanos através da assinatura e publicação de 13 instrumentos legais, oportunizando a cedência de mais 245 professores do Estado para instituições de Ensino Superior, num programa de interesses comum;

assinatura e publicação de 14 contratos, com instituições de Ensino Superior, com vistas à realização de cursos.

d – No Ensino Especializado, quanto:

– ao treinamento, aperfeiçoamento, atualização:

realização de 2 Cursos Supletivos para o ensino de 1º Grau, destinados a 25.261 alunos; de 1 curso de preparação aos exames supletivos do 1º e 2º Graus, atendendo ao total de 1.032 alunos; de 3 cursos para professores, respectivamente em Metodologia do Ensino de 1º Grau para adultos, de Licenciatura de 1º Grau em Artes Práticas e de Treinamento em Educação;

realização de Seminários de Diretores e Supervisores das DEs de Cursos Supletivos com avaliação no processo, com a participação de 130 professores; realização de Encontro para 37 supervisores das DEs com cursos de Educação Integrada.

Além destas atividades merecem destaque a autorização para funcionamento de 107 escolas; o funcionamento de 5 Centros Rurais

de Educação Supletiva (CRES), a Circulação de 261 filmes e assemelhados no sistema Estadual de Ensino, atendendo a 25 municípios e a avaliação de 3.149 alunos dos cursos de Educação Integrada.

e – No Esporte, quanto:

– à expansão e equipamento de locais esportivos:

recuperação do Parque Náutico;

localização, no Parque do Menino Deus, de aparelho de musculação, conseguido junto ao CND, que se destina às Federações Desportivas do Estado;

concessão de 711 alvarás de funcionamento às Federações, Ligas e Clubes;

– a promoções desportivas, envolvendo 1.070 dirigentes de Delegações e 3.618 atletas:

participação de 95.000 alunos-atletas de diversas Delegacias de Educação do Estado;

participação de 3.200 alunos-atletas;

participação de 72 alunos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

treinamento de 300 alunos, visando à seleção para campeonatos de alto nível;

atendimento cívico com a participação de 13.000 alunos:

– à recreação e ao lazer:

atendimento a 2.000 alunos;

– ao registro profissional:

registro de 1.040 contratos de atletas profissionais de futebol.

f – Na Formação de Recursos Humanos, sob a responsabilidade da Fundação de Recursos Humanos, quanto:

– ao treinamento

execução de 16.524 horas de treinamento, atingindo a 4.294 pessoas de diferentes áreas – áreas prioritárias da administração pública e privada nos níveis estadual, nacional e internacional;

integração com entidades através de treinamento de recursos humanos, mobilizando a publicação de 167 matérias; elaboração e expedição de 46.920 prospectos de cursos, volantes e contatos e emissão de 19.000 malas-diretas;

realização de programas específicos sob a idéia da criação do Sistema Estadual de Treinamento, preparados como respostas às principais necessidades de recursos humanos, detectadas nos diversos órgãos da administração estadual;

editoração e divulgação de obras técnicas atualizadas, merecendo destaque especial na área de editoração da FDRH:

O Português das Comunicações Administrativas;
 Redação Oficial;
 Formulação Operacional de Objetivos;
 O Executivo na Organização;
 Estratégias de Desenvolvimento Agroindustrial na Região Sul do Brasil;
 Cadernos de Estudo – Mercado de Capitais;
 Cadernos Agroindustriais – Sistema Avícola;
 Cadernos de Agroindústrias de número 2, 3 e 4;
 e, em estudo, Introdução à Economia de Peles e Couros.

g – Na Cultura, quanto:

– à restauração e conservação:

continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro;
 restauração do prédio do Museu Júlio de Castilhos;
 restauração de móveis e quadros da Biblioteca Pública do Estado;
 restaurações referentes à segunda etapa de obras de arte do MARGS;

conservação de monumentos:

Imperatriz Leopoldina;
 Garibaldi;
 Plácido de Castro e outros;

conservação de prédios:

Penitenciária Estadual do Jacuí;
 Solar dos Câmaras;

Casa onde nasceu Bento Gonçalves e outros;

— às realizações artísticas, envolvendo 1.158.566 pessoas:

177 exposições;
309 concertos e recitais de música;
362 sessões cinematográficas;
7 festivais;
41 apresentações de ballet;
845 espetáculos teatrais;
138 apresentações folclóricas;

realização de mostras de artes plásticas, folclore, teatro e literatura, visando a integrar a cultura com o turismo dentro do contexto cultural brasileiro;

realização de 730 outras promoções, como cursos, palestras, co-edições e publicações, seminários, etc., envolvendo 1.669.750 pessoas;

— à pesquisa:

realização de 38 pesquisas arqueológicas de campo, no Estado, e de pesquisas de laboratório com material colhido nas pesquisas de campo;

realização de estudos no Museu de Ciências Naturais que, além de sua principal função educativa, que é a exposição permanente do material ao público, desenvolveu a não menos importante função de pesquisa científica, por parte dos técnicos do órgão, como também alguns trabalhos a nível de pós-graduação e mestrado;

dos 37 projetos realizados, estão em fase final 32 e, em estudo preliminar, apenas 5.

3.2 – Saúde

Na Estratégia de Ação Governamental foi fixada, como objetivo principal, a formulação e a execução de um Plano Estadual de Saúde, compatibilizado com o II PND, e tendo como alvo em última análise toda a população do Rio Grande do Sul. Complementarmente, buscar-se-á o apoio e a delegação de competência do nível federal, bem como a cooperação, coordenação e integração com instituições municipais e da esfera privada, num esforço de mobilização geral da comunidade.

Pretende o Governo, para isso:

— realizar programas que visem à obtenção de um diagnóstico do estado de nutrição em segmentos significativos da população gaúcha;

- reduzir, através de educação alimentar e complementação dietética, os problemas nutricionais nos grupos populacionais mais vulneráveis;
- prestar assistência médico-sanitária às populações carentes, visando à família como um todo;
- continuar e ampliar os programas, já em curso, de erradicação de doenças transmissíveis;
- realizar diagnóstico e executar ações visando à preservação e à melhoria das condições sanitárias do ambiente e de produtos de consumo;
- dar continuidade à produção de drogas, medicamentos e agentes imunizantes, nos órgãos do Estado e em consonância com as diretrizes emanadas da Central de Medicamentos;
- modernizar a rede hospitalar do Governo do Estado;
- aumentar a disponibilidade de leitos hospitalares para atendimento à mãe e à criança;
- ampliar os mecanismos de avaliação dos efeitos da poluição química, física e biológica nos seres humanos, buscando subsídios para preservar as boas condições do meio ambiente.

Em consonância com estas diretrizes, a Secretaria de Saúde vem desenvolvendo atividades inerentes à sua área, como saneamento e controle do equilíbrio ecológico.

Foi dada ênfase às ações tendentes a promover, proteger e recuperar a saúde da população rio-grandense, através da assistência prestada pela rede de unidades sanitárias e dos hospitais especializados.

Especial atenção foi dada à capacitação e treinamento dos recursos humanos desta Secretaria.

Cumpram-se ressaltar as realizações de desenvolvimento da infra-estrutura e da modernização administrativa.

Para alcançar os objetivos governamentais propostos, foram implementadas diversas ações no período considerado, dentre as quais cabe destacar:

- atendimento médico a 1.649.012 pessoas;
- atendimento odontológico a 401.244 pessoas;

- exames laboratoriais num total de 79.164;
- instalação de um ambulatório central da Associação Brasileira Contra o Alcoolismo (ABCAL);
- criação de dois ambulatórios de saúde mental (Uruguaiana, Viamão);
- elaboração do Projeto Integrado de Saúde Mental para 1977 em convênio com o Ministério da Saúde;
- execução do Plano de Prevenção e Controle do Câncer Ginecológico, através de instalação de nove ambulatórios, quatro postos de coleta de material; compra de leitos hospitalares; pagamento de exames laboratoriais; pagamento de aplicações de rádio-quimioterapia; aquisição de equipamento, material permanente, reformas e construções;
- implantação da Fundação Rio-Grandense Universitária de Gastroenterologia (FUGAST com atividades de ensino na Enfermaria 27 (Santa Casa de Misericórdia) e realização de 3.615 consultas; 200 endoscopias; 180 exames radiológicos;
- atendimento odontológico a 1.200 carentes em convênio com a Faculdade de Odontologia da PUCRGS;
- fluoretação das águas de abastecimento em áreas da cidade de Porto Alegre, (Convênio da Secretaria da Saúde com DEMAÉ);
- fluoretação das águas de abastecimento em 93 municípios com cobertura de 46,16% da população do Estado (Convênio Secretaria da Saúde/CORSAN);
- reabilitação de 5.169 tuberculosos; 6.912 doentes mentais; 2.554 cardiopatas e 55 hansenianos, nos hospitais especializados;
- utilização de 1.518.216 leitos/dia nos hospitais especializados da Secretaria da Saúde, assim discriminados: Hospital Sanatório Partenon, 96.482; Hospital Psiquiátrico São Pedro, 1.215.222; Hospital-Colônia Itapoã, 183.980; Instituto de Cardiologia, 22.552;
- compra de 78.256 leitos/dia na rede hospitalar privada para combate à desidratação;

- compra de 12.297 leitos/dia na rede hospitalar privada para atendimento à tuberculose;
- fabricação de 130 válvulas para uso no setor de Cirurgia Cardíaca, do Instituto de Cardiologia;
- realização de 64 cirurgias em crianças com cardiopatias congênitas; abertura do Ambulatório nº 2 com capacidade para 120 atendimentos diários; ampliação da área de Ergometria e Teste de Esforço; abertura de quatro novos consultórios médicos no Instituto de Cardiologia;
- distribuição de leite em pó a 2.666 gestantes; 1.333 nutrizes; 18.663 lactentes e 3.999 pré-escolares;
- distribuição de gêneros alimentícios em convênio com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) para 1.049 gestantes; 1.180 nutrizes; 1.114 lactentes; 12.395 pré-escolares;
- vacinação contra a meningite meningocócica em 849.366 pessoas; contra a poliomielite em 705.624; contra a raiva em 6.013; contra o sarampo em 211.236; contra a rubéola em 100.500; contra a varíola em 500.220; contra a difteria, tétano e coqueluche (tríplice) em 567.624; contra febre tifóide 37.992 pessoas;
- vacinação com BCG intradérmico em 195.000 crianças em idade escolar;
- realização de 89.991 exames baciloscópicos de escarro para diagnóstico de tuberculose; 56.285 testes tuberculínicos; 34.273 abreugrafias; 5.289 exames radiográficos;
- atendimento a 7.200 pacientes novos na rede ambulatorial no programa de tuberculose e a 103.200 pacientes tuberculosos ou suspeitos;
- exames de 1.616 dos 4.496 contatos de hansenianos; descoberta de 241 casos novos de hanseníase e tratamento de 2.571 doentes conhecidos;
- realização das investigações epidemiológicas com vistas a diagnóstico de: poliomielite em nº de 48; tétano, 249; raiva humana, 6; meningite meningocócica, 383; meningite exceto meningocócica, 974; varíola, 10;
- produção de 283.244 vacinas;

- produção de 31.000.000 de comprimidos diversos; 2.500.000 frascos de xaropes diversos e soluções medicamentosas diversas; 224.000 bisnagas para uso dermatológico; 2.200.000 drágeas diversas; 380.000 cápsulas de rifampicina e ampicilina; 2.000.000 frascos ampolas de antibióticos com diluente;
- realização de 162 análises de matérias primas e 650 de produtos elaborados;
- efetivação 1.846 exames de materiais de construção de prédios, piscinas e loteamentos;
- realização de 35.488 visitas a estabelecimentos comerciais, industriais, feirantes, ambulantes e a veículos que transportam alimentos;
- inspeção de 130.897.121kg de gêneros alimentícios e inutilização de 143.845kg;
- inspeção de 86.886.526 litros de leite em usinas de beneficiamento;
- inspeção de abates de 12.172.252 bovinos, suínos, ovinos e aves;
- execução de 451 vistorias para fins de controle preliminar sobre as condições do meio ambiente e de produtos de consumo;
- elaboração de 56 manuais de normas técnicas, currículos de ecologia, avaliações ambientais, pareceres técnicos, palestras, conferências e publicações de trabalhos, visando ao desenvolvimento de atividades destinadas à preservação e à melhoria das condições do meio-ambiente e dos produtos de consumo;
- realização de um planejamento de campanha e assinatura de um convênio, para desenvolvimento de controle da poluição ambiental;
- realização de oito congressos e seminários e participação em 13 cursos visando à promoção e participação no preparo de mão-de-obra para a saúde em todos os níveis;
- elaboração de seis programas setoriais e gerência de recursos hídricos, para promoção e execução de controle da poluição da água, ar e do solo;
- participação em 12 encontros com órgãos federais para estabelecimento de compatibilização da política e do Plano Estadual de Proteção Ambiental com a política e o plano federal;

- análise de projetos, amostragem de qualidade do ar e vistorias, em número de 870;
- capacitação de 28 técnicos de nível superior em Curso Básico de Saúde Pública, com duração de 800 horas;
- treinamento de 365 técnicos científicos; médicos-chefes de todas Unidades Sanitárias e Equipes das Delegacias de Saúde, com duração de 64 horas/aluno;
- treinamento de 200 auxiliares de serviços médicos para atendimento ao Grupo Materno-Infantil;
- treinamento de 96 alunos no curso de auxiliar de nutrição; 52 no curso de auxiliar de enfermagem; 79 no curso de auxiliar de enfermagem no trabalho; 42 no curso de auxiliar de saneamento; 20 no curso de auxiliar de radiologia; 20 no curso de auxiliar de laboratório; 103 no curso de laboratorista de análises clínicas; 20 no curso de técnicas de laboratório; 30 no curso de operadores de piscinas; 54 no curso de controle de qualidade; 10 no curso introdução à metodologia científica; 7 no curso prático de oficina de saneamento, e de internos do Hospital Psiquiátrico São Pedro em cursos de Artesanato e Trabalhos Manuais;
- treinamento de 183 técnicos e auxiliares para desenvolver ações específicas no combate à tuberculose;
- cursos para médicos residentes do Instituto de Cardiologia/Fundação Universitária de Cardiologia;
- ministradas 180 horas/aula para 300 médicos clínicos, no interior do Estado, sobre "Normas de Procedimento para Manejo de Paciente Psiquiátrico";
- realização de convênio Secretaria da Saúde - UFRGS (Centro de Pesquisas de Odontologia Social - CPOS) para capacitação de 63 técnicos em Odontologia;
- intensificação das ações de saúde celebradas através do convênio Secretaria da Saúde-INPS, com vistas ao controle da tuberculose no Rio Grande do Sul;
- reestudo do convênio para diagnóstico precoce do câncer oral com a PUCRGS;
- emissão de 17.006 laudos de ingressos na função pública, 43.348 licenças e 536 laudos de aposentadorias;

- impressão de 784.900 boletins, normas técnicas, informes, carteiras, de saúde, carteiras sanitárias; confecção de 903.000 volantes diversos; 105.000 cartazes diversos; 1.884.000 impressões diversas;
- construção de sete Unidades Sanitárias, estando quatro em fase de conclusão;
- inauguração de 43 Unidades Sanitárias;
- realização de melhorias, ampliações e adaptações nos hospitais especializados de Tuberculose, Hanseníase, Cardiologia, Doenças Mentais, no valor de Cr\$ 11.340.307,00;
- construção do Laboratório Regional de Saúde Pública em Pelotas;
- continuação das obras de quatro pavimentos no Instituto de Pesquisas Biológicas e montagem do Laboratório de Parasitologia e Virologia;
- aquisição de material para 20 Laboratórios Regionais de Saúde Pública, em convênio com o Ministério da Saúde;
- aquisição de material permanente, equipamentos e instalações, viaturas para o Departamento de Perícia Médica, LAFERGS e IPB, no valor de Cr\$ 1.585.382,25;
- ampliação do Berçário da Maternidade Mário Totta da Santa Casa de Misericórdia;
- implantação de 22 novos sistemas de informação em computação eletrônica nas áreas administrativas, estatística de saúde e controles especiais, tendo sido utilizadas 2.400 horas de computador;
- a unidade de Planejamento, entre outras ações, desenvolveu atividades setoriais de saúde no âmbito de: formulação e implantação de novos projetos; acompanhamento e avaliação dos projetos existentes; montagem e regulação dos sistemas de pessoal, material e acompanhamento orçamentário; expansão e controle dos sistemas de informação e prestação de serviço.

As ações da Secretaria da Saúde foram financiadas com recursos orçamentários e recursos provenientes de diversos convênios com órgãos da área federal, estadual e municipal.

3.3 – Saneamento

A importância do saneamento básico na elevação dos níveis de bem-estar social é consenso geral. A fim de que se obtenha êxito no programa, é importante que a ação do Governo Estadual se faça de forma integrada com o Governo Federal e com o apoio dos Municípios, em face do volume de investimentos necessários.

Os objetivos do programa são:

- melhorar os padrões de vida da população rio-grandense, tanto urbana como rural, em termos de elevação não apenas de níveis de conforto material como também dos de saúde pública;
- criar a infra-estrutura de saneamento necessária ao estabelecimento das condições adequadas à implementação de programas e projetos de interesse do desenvolvimento econômico-social.

– Abastecimento de Água

O II PND consagra como objetivo dotar 80% das populações urbanas com serviços de abastecimento de água até 1980.

Embora o Rio Grande do Sul tenha praticamente atingido os objetivos federais, faz-se necessária a manutenção do percentual já atingido, face ao crescimento vegetativo da população e, até mesmo, de sua elevação.

Quanto a esta área, a atuação do Governo buscará:

- aumentar o índice de abastecimento de água às populações urbanas;
- implantar novos sistemas para que, nos próximos quatro anos, o abastecimento alcance todas as cidades rio-grandenses;
- acelerar o programa de fluoração da água;
- mobilizar recursos, inclusive de programas da área federal, vinculados a projetos de saneamento.

– Sistema de Esgotos

Mais complexa que a do abastecimento de água é a situação do sistema de esgotos, cuja implantação requer vultosos investimentos.

Neste campo, o Governo pretende:

- duplicar os serviços de esgotos destinados à população urbana;
- estimular o uso de sistemas simplificados de esgotos para a população rural.

Cabe à CORSAN desenvolver o programa de abastecimento de água e de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul.

O quadro anexo, em síntese, demonstra as realizações da mesma no ano de 1976, visando a alcançar os objetivos do Governo no campo do saneamento básico.

A aplicação dos investimentos foi realizada em ampliações e melhorias de sistemas existentes e na implantação de novos sistemas.

Foram realizadas obras em 165 localidades, beneficiando diretamente 162.000 habitantes.

A população urbana atendida pela Companhia atingiu 77% contra 73% do ano anterior, nas localidades onde a CORSAN presta os serviços.

Quanto à relação benefício/custo podem ser apresentados os seguintes dados:

- 350 km de novas redes, permitindo o atendimento de 66.000 novos habitantes em áreas anteriormente não abastecidas;
- ampliações e melhorias nos demais sistemas, significando atendimento para 1.854.000 habitantes.

Parte dos investimentos de 1976 ainda trará benefícios em anos subseqüentes: reforço de sistemas, adução, etc., em fase final de conclusão.

SINOPSE DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS

VARIÁVEIS	ANOS	DEZ/75	DEZ/76	DIFERANÇAS	
				Absoluta	Relativa
Pop. atendida - água		1.748.00	1.920.00	172.000	9,8%
Pop. atendida - esgoto		188.300	196.800	8.500	4,5%
Local. atendida - água		183	192	9	4,0%
Local. atendida - esgoto		18	18	-	-
Economias lotadas - água		436.983	479.983	43.000	9,8%
Economias lotadas - esgoto		47.442	49.192	1.750	3,7%
Rede utilizada água (m)		5.652.832	6.002.832	350.000	6,2%
Rede utilizada esgoto (m)		367.987	368.987	1.00	0,3%
Capacidade de reservação (m ³)		182.362	196.662	14.300	7,8%
Produção de água (m ³)		110.913.000	125.913.000	15.000.000	13,5%
Hidrômetros instalados		226.689	244.899	18.300	8,1%
Capital Social		410.000.000	537.821.300	127.821.300	31,2%

Dados reais - janeiro/outubro - 1976.

Dados projetados - novembro/dezembro - 1976.

Plano de Obras – 1976

Relação de Obras Executadas

Captação

- Barragens
Conclusão – Erexim, São Gabriel e Frederico Westphalen. Em execução: – Passo Fundo, São Valentim e Fontoura Xavier.
- Poços
perfurados 59
em perfuração 14
- Fontes
Aproveitamento em 1 localidade
- Captação Superficial
construção em 5 localidades;
em construção em 8 localidades;
melhorias em 8 localidades.

Recalque

- Estações de Bombeamento
construção de 17, melhorias em 4 e substituição de grupos em 15
em construção: 15
- Subestações transformadoras
construção de 2 e reforma em 4
em construção: 3
- Montagem de equipamentos em poços
executada em 38 poços e equipamentos substituídos em 6 poços
em execução em 7 poços
- Montagem de equipamento junto a fontes
executada em 1 localidade

Tratamento

- Construção de novas estações
executadas: 5
em execução: 9
- Melhorias e ampliações
realizadas: 24
em realização: 5

Reservação

- Construção de reservatórios
concluídos: 16, com 14.270 m³
em construção: 25, com 10.585 m³

Distribuição

- Redes de distribuição
350 km executados
- Adutoras
35 km executados

Obras Civas

- Postos de Serviço
executados: 11
- Abrigos para bombas ou quadros de comando
executados: 27
em execução: 1
- Casa para poceiro ou laboratorista
concluídas: 9
- Prédios para U.S., E.O. ou Oficina
executados: 4
- Sistemas de Comunicação
rádios: 2
linhas telefônicas: 7
comandos/automáticos: 4
- Melhorias Diversas
executadas em 15 localidades

Investimento total em Obras

- Cr\$ 125.000.000,00

Projetos Técnicos Executados

- | | |
|------------------------------------|-----|
| - Ampliação de Rede | |
| grandes e médias | 19 |
| pequenas | 173 |
| - Implantações de Sistema | 7 |
| - Ampliações de sistemas | 33 |
| - Aproveitamentos de poços | 31 |
| - Relatórios Técnicos Preliminares | 3 |
| - Diversos | 3 |

TOTAL

269

– Fundo Estadual de Financiamento para Água e Esgotos – FAE/RS

O Decreto Legislativo nº 3.447, de 30 de dezembro de 1975, aprovou o convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação (BNH), e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BANRISUL), para constituição do Fundo Estadual de Financiamento para Água e Esgotos (FAE/RS). O FAE/RS visa a atender, através do Sistema Financeiro de Saneamento, de forma permanente, segundo normas estabelecidas pelo BNH e por meio de financiamentos, à progressiva implantação e melhoria de sistemas de água e esgotos.

Durante o ano de 1976 merecem destaque, com referência ao FAE/RS, os seguintes eventos:

- regulamentação do FAE/RS, efetuada através do Decreto nº 24.390, de 30 de janeiro de 1976;
- designação, pelas entidades participantes do convênio, dos gestores do FAE/RS;
- integralização direta do FAE/RS pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- integralização indireta do FAE/RS pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com empréstimos do BNH;
- participação integral do BNH no FAE/RS, de acordo com os termos do convênio anteriormente referido.

A implantação do FAE/RS integra o Estado na nova política nacional de saneamento básico. Uma de suas características marcantes é a integração da União com o Estado e Usuários dos Sistemas, congregando-os em torno de uma política tão realista quanto socialmente justa, e erradicando do processo os vícios do paternalismo e dos recursos a fundo perdido.

3.4 – Proteção ao Meio Ambiente

A política governamental de proteção ao meio ambiente é executada pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, entidade vinculada à S.D.O., através de seus principais setores de atuação, Jardim Botânico, Museu de Ciências Naturais e Parque Zoológico. A Fundação realizou, no decorrer de 1976, o seguinte:

Jardim Botânico

- Implantação de 6 (seis) projetos de tratamento paisagístico da área física do jardim;
- adaptação de infra-estrutura, aumentando a área construída em aproximadamente 500m²;
- preparação de 2.000m³ de composto orgânico.

Parque Zoológico

No Parque Zoológico de Sapucaia do Sul foram realizados projetos de tratamento paisagístico da área, visando a melhorar a apresentação estética e paisagística do Parque, bem como as condições ambientais:

- foram plantadas 85.500 mudas de flores e folhagens, 637 mudas de arbustos e 1.665 mudas de árvores, ampliando em 2.100m² a área correspondente aos canteiros;
- foram introduzidas 1.154 mudas de jacarandá e ipê-amarelo em clareiras existentes e à beira do mato.

Os prédios existentes sofreram um acréscimo de área da ordem de 600m², com vistas a atender a ampliação dos serviços.

Algumas reformas gerais, indispensáveis ao bom funcionamento do Parque, foram executadas, destacando-se:

- reforma da rede elétrica de todo o Zoológico;
- reforma total dos vagões do trem e do bonde em exposição no Parque Infantil, destinados ao lazer das crianças.

3.5 – Assistência

Sendo o homem a razão final de toda a atividade estadual, forçoso se torna, ao Governo, desenvolver Planos específicos de assistência à pessoa humana marginalizada, a fim de lhe conceder as condições de existência mínimas, compatíveis com a dignidade que lhe deve ser inerente e inarredável.

Na presente conjuntura, como resultado do processo de mudança social, o problema da criança carente adquire premência e exige providências imediatas.

Pesquisa realizada pela FEBEM demonstra a íntima relação entre a marginalização do menor e o nível sócio-econômico-cultural da família em que ele se integra.

É evidente que um plano de assistência social, para ser eficiente, deve atingir as causas geradoras do fenômeno, encontradas, no caso, dentro do meio em que convive e se desenvolve o menor.

Sob essas perspectivas, o Governo pretende:

- dimensionar o quadro da marginalização no Estado;
- estudar uma solução intersetorial, incluindo as áreas da Educação, Saúde, Trabalho e Assistência;
- ampliar, em relação ao menor, especificamente, a oferta de oportunidades para treinamento e prática profissionalizante;
- incentivar a sociedade, como um todo, a participar da busca de soluções recomendáveis;
- transferir recursos às entidades assistenciais particulares com vistas à assistência aos desvalidos e à velhice.

As atividades do Governo do Estado – na área da assistência e de serviço social a indivíduos, grupos ou comunidades – desenvolveram-se, no ano de 1976, através de três linhas de ação básicas, executadas por órgãos vinculados à STAS, conforme se sintetiza a seguir:

Assistência Social Geral

Reestruturada pelo Decreto nº 24.364, de 30 de dezembro de 1975, a Fundação Sul-Riograndense de Assistência (FSRA) ampliou sua área de atuação, assimilando as atividades técnicas e recursos da então Unidade de Serviços Sociais da STAS.

Desta forma, caracterizou-se o ano de 1976 por mudanças que alteraram profundamente as atividades até então desenvolvidas pela FSRA. Estas mudanças foram orientadas em duas linhas fundamentais:

- reestruturação interna da FSRA para atendimento de suas novas competências, sem quebra de solução de continuidade dos programas já em desenvolvimento;
- procura de recursos, na esfera federal, para subsidiar programas sociais a serem desenvolvidos pela Fundação a nível do Estado.

Em consonância com tal orientação, foram operacionalizadas as seguintes ações:

- estrutura e/ou dinamização de 74 setores de Bem-Estar Social de Prefeituras Municipais e fortalecimento das atividades assistenciais de 242 obras sociais, através de contratos de cooperação técnico-financeira, firmados com a STAS, tendo sido a FSRA designada para prestar a assistência técnica;
- expansão do Amparo ao Idoso Carente através de convênios realizados com 90 instituições privadas beneficentes, e, ainda, serviço de recepção, triagem e encaminhamento de pedidos de internamento e/ou orientação previdenciária;
- desenvolvimento da Ação Comunitária do Estado, concretizada através da criação e/ou dinamização de Associações Comunitárias em 19 municípios;
- atendimento Social direto a 3.955 casos individuais e elaboração de estudo social com emissão de parecer em 1.272 pedidos de auxílios individuais e de 359 entidades sociais provenientes da Casa Civil do Governo do Estado, Gabinete do Secretário do Trabalho e Ação Social, Assembléia Legislativa ou dirigidos à presidência da FSRA;
- treinamento de recursos humanos com vistas à liderança comunitária, para 818 elementos no exercício de funções de direção, auxílio a entidades sociais privadas e do setor público municipal;
- treinamento de recursos humanos nas áreas de formação familiar e iniciação profissional, a 519 pessoas de 56 municípios;
- atendimento social a casos de calamidade pública, em 14 municípios do Estado;
- pesquisa social realizada em 9 áreas marginais de 9 municípios gaúchos, num total de 2.078 questionários. Foram realizados, ainda, 20 levantamentos em Núcleos Habitacionais da COHAB, atendendo à necessidade de cotejar a realidade encontrada e as mudanças ocorridas com a implantação do Programa de Desenvolvimento Comunitário e o Perfil Sócio-Econômico da População da Área do Parque Estadual Itapuã II;

- fichário de obras, com edição preliminar do catálogo de Recursos Comunitários da Região Metropolitana, com 150 exemplares, edição restrita e controlada, servindo de testes de Viabilidade e Validade desse instrumento;
- distribuição de auxílios no montante de Cr\$ 2.058.000,00 a 118 entidades privadas, localizadas em 53 municípios, e dedicadas à prestação de assistência a pessoas e grupos carentes.

Com recursos do BNH, repassados através da COHAB-RS, realizou-se o programa de Desenvolvimento Comunitário em Núcleos Habitacionais. Esta atividade atendeu a 52 Núcleos localizados em 37 municípios, abrangendo 42.260 pessoas.

A FSRA foi designada para implantar a Operação Creche Casulo, do Programa Estadual de Casas da Criança, através de um Protocolo de Ação Conjunta, recentemente assinado entre o MPAS-FLBA/STAS-FSRA, para ser implantado em 1977.

Assistirá a 70 Creches/Casas da Criança, visando ao aumento de, pelos menos, 2.500 vagas, mediante a assistência técnico-financeira para ampliação, reforma e/ou aquisição de equipamentos capazes de otimizar a capacidade ociosa de unidades de atendimento já existentes em 30 municípios do Estado.

Com vistas à capacitação de recursos da esfera federal, foram elaborados os seguintes projetos:

- Programa de Atendimento Social a Famílias do Quarto Extrato do Rio Grande do Sul, encaminhado ao Ministério da Previdência e Ação Social - Secretaria de Assistência Social. Encontra-se já avaliado e aprovado como programa pioneiro no Brasil, e objetiva basicamente implantar assistência sistemática de recuperação social a 10.000 famílias marginalizadas;
- Projeto de Assistência ao Idoso Carente não Previdenciário, em situação "Problema Agudo", encaminhado ao MPAS/SAS para amparar a 500 idosos no Estado, cujos problemas físicos e ou mentais necessitam de atenção mais especializada, que não encontram serviços adequados nem se enquadram na Previdência Social. Este projeto está sendo estudado na área técnica do Ministério;
- Projeto de Assistência a Domicílio ao Idoso Carente não Previdenciário, também encaminhado ao MPAS/SAS, visando a apoiar as famílias de 250 idosos. Tais famílias deverão apresentar condições efetivas de permanecer zelando por eles, embora encontrem dificuldades materiais para ampará-los;

- Programa de Educação Familiar, elaborado em comissão da Secretaria do Trabalho e Ação Social FSRA, Secretaria da Saúde e Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, apreciado e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Social do Estado e, também, posteriormente, em reunião do Secretariado Estadual, em agosto próximo passado;
- Projeto de Implantação da Central de Informações e Encaminhamentos, elaborado em conjunto com a Unidade de Planejamento da STAS, Fundação Legião Brasileira de Assistência e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que visa a ordenar a prestação de serviços sociais aos migrantes e outras pessoas com situação "Problema Agudo" na capital. O projeto contará com a participação da SUDESUL, além dos órgãos já mencionados.

Assistência ao Menor

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, em consonância com a sua política, confere concretamente, em sua programação, maior ênfase à área preventiva do que à terapêutica. Em ambas, cresceu o vulto operacional, perfazendo um total de 35.950 menores, com 7.584 na área terapêutica e 28.366 na preventiva.

Tais programas foram desenvolvidos conjugando-se de forma intensiva a ação do poder público com a esfera privada, o que permitiu percentuais significativos ao aumento de atendimento aos menores, sobretudo na área preventiva.

Na esfera terapêutica, o acréscimo situou-se em torno de 10,80% entre 1975 e 1976, o que espelha a política adotada de contenção de atendimento, realizado, sempre que possível, dentro da rede própria de instituições. Nestas, em número de 17, foram atendidos 3.238 menores. Nas obras particulares, que compreendem internatos, semi-internatos, creches, centros de cuidados diurnos e externatos, o atendimento foi da ordem de 6.959 menores, registrando-se aumento percentual de 16,20%.

Alcançou grande significado de atendimento (12.662 menores) o trabalho empreendido pelos Centros de Bem-Estar do Menor - CEBEMS, que se compõem de Unidades de Atendimento Infantil (0 a 7 anos) e Unidades de Atendimentos Juvenil (15 a 18 anos).

Este trabalho foi o que obteve maior percentual de aumento dentro das atividades fins da FEBEM.

A importância dos CEMICS (Centros de Estudos do Menor e Integração Comunitária) repousa no atendimento diversificado dado aos 2.165 menores beneficiados por este programa, a envolver diferentes grupos de comunidade.

Os projetos específicos de atendimento ao menor cresceram no vulto de suas realizações, atingindo 6.580 casos.

CEMICS, CEBEMS e Projetos Específicos, em seu conjunto, registraram um acréscimo percentual de atendimento da ordem de 68,64%.

A par destas formas de assistência, deu-se prosseguimento ao trabalho de colocação familiar e de subsídio econômico, de porte numérico bem inferior a todas as demais atividades, por demandar atendimento particularizado e de menor expressão em termos multiplicativos.

O número de entidades particulares, com as quais a FEBEM mantém contratos, evoluiu de 138 para 207, tendo sido firmados 242 contratos em 77 municípios. O número de menores assistidos elevou-se de 21.022 para 28.366.

Deu-se prosseguimento ao processo de treinamento profissional, intensificado no ano de 1975 e, sobretudo, no de 1976. Registrou-se o atendimento de 893 menores, um total de 1.588 encaminhamentos, além da colocação efetiva de 337 novos trabalhadores. O trabalho em questão foi efetivado com recursos do Ministério do Trabalho e com o concurso da Fundação Gaúcha do Trabalho.

Cabe, também, destacar a realização do Ano do Menor, com a participação dos Poderes Legislativos, Judiciário e Executivo. Os trabalhos que a Comissão Executiva do evento promoveu, foram desenvolvidos através de sessões de estudo, seminários e palestras, realizadas por autoridades e técnicos no problema. Assinala-se, ainda, como resultado dessa intensa atividade, a Lei 7.037/76, que deverá dotar a FEBEM de maiores recursos para o cumprimento da prioridade de atendimento ao menor carente conforme proposição governamental.

Assistência às Comunidades

As atividades de Assistência à comunidade têm sido completadas pela atuação da Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação, criada pelo Decreto nº 23.497, de 12 de março de 1975 e vinculada à STAS. Esta Fundação tem por finalidade básica "proporcionar oportunidades de vivência do lazer ao trabalhador e seus dependentes, objetivando a sua integração na comunidade, a participação nos benefícios do desenvolvimento coletivo, o fortalecimento da família e seu bem-estar físico, mental e social".

Sendo um órgão recente, a FUNLAR centrou sua ação na obtenção de condições técnico-administrativas, e nas seguintes realizações:

- atividades de difusão e concretização da idéia do lazer, em colaboração com outros organismos;
- realização do 1º Encontro do Homem na Educação, no Trabalho e na Recreação;
- participação na realização da 10ª Semana Sindical do Rio Grande do Sul;
- participação em atividades que envolvem ações intersetoriais;
- assinatura de termos de compromisso, celebrados entre a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação e a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, para assegurar a operação e funcionamento de 25 Centros Comunitários, localizados nos novos núcleos habitacionais da COHAB/RS;
- realização de estudos e projetos a nível comunitário, tendo em vista a integração com a política do Governo Federal, no que concerne ao "Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos" no Rio Grande do Sul. Para tanto, foram selecionados e visitados 22 municípios, com população acima de 50 mil habitantes na área urbana;
- elaboração de estudos preliminares para projeto de Centros Sociais Urbanos na Região Metropolitana e no interior do Estado, num total de 17 municípios e 21 centros;
- implantação de 21 unidades, atingindo a cifra de 126,9 milhões de cruzeiros, oriundos de operações de crédito com o FAS.

3.6. – Previdência

A concessão de benefícios previdenciários e serviços de assistência médica aos servidores estaduais foi realizada pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, em 1976, de forma a seguir discriminada:

– Benefícios previdenciários	
pensões	27.418
pecúlios	1.490
auxílios – natalidade	4.634
– Serviços de assistência médica, prestados a servidores e dependentes:	
consultas na capital	219.180
consultas no interior do Estado	401.959
serviços complementares na capital	270.163

serviços complementares no interior do Estado	174.024
emergências na capital	18.987
emergências no interior do Estado	1.911
hospitalizações (casos clínicos) na capital	5.640
hospitalizações (casos clínicos) no interior do Estado	21.176
hospitalizações (casos cirúrgicos) na capital	15.796
hospitalizações (casos cirúrgicos) no interior do Estado	26.364

3.7. – Habitação e Urbanismo

As altas taxas de urbanização vêm solicitando do Poder Público especial atenção e redobrados esforços no sentido de prover os setores de verbas necessárias à criação de uma infra-estrutura adequada de serviços urbanos indispensáveis, ao lado de uma atuação mais intensa e dinâmica com relação ao aspecto habitacional.

A área metropolitana, que já conta com um adiantado trabalho de planejamento, onde os déficits de serviços básicos foram detectados e quantificados, tem merecido pronto atendimento por se constituir não só no centro mais dinâmico do Estado como por ter alcançado uma concentração urbana de grande envergadura.

O problema habitacional se apresenta dos mais difíceis e complexos, mesmo nos países desenvolvidos.

No Brasil, vem-se fazendo um esforço sem precedentes para amenizá-lo. Mesmo assim, existe um considerável déficit de unidades domiciliares, bem como carência de serviços de utilidade pública ligados às moradias.

Para melhorar as condições habitacionais da parcela da população que ainda vive em condições precárias, a ação do Estado visará a:

- ampliar a oferta habitacional na faixa de renda inferior a 6 salários-mínimos, através de um maior incremento à construção de novas unidades habitacionais;
- dar suporte à política do BNH, no sentido de implantar os novos núcleos habitacionais em áreas de fácil acesso aos locais de trabalho, bem como provê-los dos serviços de infra-estrutura considerados como mínimo indispensável à vida humana.

Possibilitar a obtenção da casa própria à maior parcela de rio-grandenses tem sido um dos objetivos prioritários da ação do Governo do Estado. Portanto, a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul tem-se voltado para uma ação de grande intensidade que se traduz, no ano de 1977, na dinamização de linhas de atuação que serão abordadas, a seguir.

O Programa de Recuperação de Núcleos, visando à execução e reparo de obras de infra-estrutura em Núcleos Habitacionais, e que iniciará com 12 conjuntos, foi estendido a mais 29 municípios, totalizando, assim, 41 Núcleos a serem beneficiados.

No ano de 1976, foram concluídas as obras referentes a 11 municípios, encontrando-se em execução reparações em 6 outros. As obras concluídas e em conclusão beneficiam 749 casas. No corrente exercício, deverá ser concluída a 11 etapa do Programa de Recuperação, beneficiando os restantes 24 municípios selecionados.

Objetivando minimizar o déficit real de habitações, na faixa da população com renda entre 2,5 a 5 salários-mínimos, foram atingidas as seguintes metas, pelo Programa Estadual de Núcleo de Habitação Popular, iniciado em meados do exercício de 1975:

- conclusão e entrega de 633 unidades habitacionais;
- foram iniciadas, e se encontram em andamento, as obras de mais 6.679 casas;
- foram remetidos ao BNH, do qual dependem de aprovação para imediato início das obras, projetos que totalizam mais 5.456 casas;
- encontram-se na COHAB/RS, em fase de revisão final e montagem de processo ao BNH, projetos que somam 4.462 casas;
- estão em fase de elaboração projetos contratados com terceiros que montam a 23.615 casas.

Assim, o Programa de Núcleos Habitacionais foi ampliado em relação à sua dimensão inicial, abrangendo, no total, 98 projetos que atingem a cifra de 40.845 casas, beneficiando as populações trabalhadoras de 95 municípios.

No ano de 1976, o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, destinado a atender preferencialmente as populações de rendimentos até 2,5 salários-mínimos mensais, teve início, com a aprovação do seu Programa Global pelo Conselho de Desenvolvimento Social. De imediato procedeu-se à montagem de 41 projetos, em igual número de Municípios, que deverão atingir a 20.780 famílias.

Visando a ampliar as opções para a construção da casa própria, a COHAB, em convênio com o SESSI e a Caixa Econômica Estadual, iniciou as operações, no último trimestre do ano de 1976, do Programa de Financiamento em Terreno Próprio.

Este Programa visa a oferecer financiamento de baixo custo a pessoas de baixa renda que, possuidoras de terreno, não têm condições de custear a construção de sua residência. Os convênios constitutivos do Programa prevêem oferecer até 5.920 financiamentos em cerca de 90 municípios. Embora esta linha de ação tenha sido ativada no encerramento do ano, já se processaram 545 solicitações de financiamentos.

No último terço do ano de 1976, foi criado o Programa de Financiamento para Construção, Ampliação ou Melhoria de Habitações Rurais. Este Programa – inédito no país por suas características, quer no concernente à população a ser atendida, como em relação à sistemática de operacionalização será ativado no ano em curso. Para a sua execução, a COHAB/RS conta com recursos do BNH e, como agentes financeiros, com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Estadual. Conta, ainda, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, como seus agentes promotores. A meta prevista atinge a 10.000 financiamentos.

Preocupada com a integração das populações dos Núcleos à sua comunidade, a COHAB implantou o Programa de Desenvolvimento Comunitário, através de convênio com a Fundação Sul-Riograndense de Assistência.

A I Etapa do Programa, já em plena execução, atinge 20 municípios, sendo que a II Etapa alcança mais 22 comunidades.

Finalmente, no que tange aos financiamentos efetuados para a efetivação dos diversos programas, cabe salientar que, para os projetos em obras, foram celebrados contratos de empreitada.

Visando à alocação de recursos para a implantação de núcleos habitacionais, foram realizados, entre o BNH e Governo do Estado, convênios para obras de infra-estrutura e equipamento comunitário.

No que se refere à área metropolitana, a ação do Governo é desenvolvida pela Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN, que tem como objetivo o planejamento integrado do Desenvolvimento Econômico e Social da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

As atividades realizadas pela METROPLAN, no exercício de 1976, compreenderam projetos e atividades enfocados em diretrizes específicas, expressas através de dois objetos compatíveis com aqueles ressaltados na Estratégia de Ação Governamental 1975 – 1978.

1º Objetivo – Realizar estudos e projetos relacionados com o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana ou de interesse comum dos municípios que constituem esta Região.

Dentro deste primeiro objetivo, a METROPLAN realizou 18 projetos e 5 atividades a seguir especificadas:

- estudo de um plano conjunto, para a destinação do uso do solo, relacionando-o com a definição de espaços abertos e problemas de cheias;
- estudo de viabilidade de implantação de uma cooperativa Horti-fruti-granjeira na RMPA;
- estudo sobre Fazenda Modelo – termo de referência para elaboração do plano piloto da Fazenda Modelo na RMPA;
- programa Cidades Novas – detalhamento do anteprojeto do Núcleo Urbano – Industrial em Novo Hamburgo – URBIN;
- montagem de documentos com a microlocalização dos Centros Sociais Urbanos;
- levantamento, construção e organização de índices industriais, por ramo, a partir de dados do Censo Industrial 1970 de São Paulo, RS e RMPA;
- estudo e incorporação dos efeitos do III Pólo Petroquímico ao Planejamento Metropolitano;
- elaboração do Catálogo de Objetivos Mensuráveis do PDM;
- elaboração de documento, com exposição de motivos e modelo de projeto-de-lei, para criação de uma Empresa Metropolitana de Transportes;
- análise do potencial da receita tributária municipal da RMPA;
- estudo dos efeitos do aterro sanitário da Ilha do Pavão para as águas do Guaíba;
- elaboração de Planos Operacionais 1980/85, decorrentes do Plano de Desenvolvimento Metropolitano – PDM;

- elaboração de documentos técnicos de uso interno;
- elaboração e avaliação de instrumentos de análise, revisão da Análise de Proveito ARCHIE e LORE e reavaliação do Modelo de LOWRY;
- avaliação de Planos Diretores – conclusão do estudo comparativo entre Planos Diretores;
- estudo e relacionamento de variáveis macroeconômicas da RMPA;
- estudo sobre o Desenvolvimento do Setor Terciário da RMPA;
- Cadastro Metropolitano: montagem do Sistema de Informações Metropolitanas – SIM – nos municípios de Campo Bom, Estância Velha, Esteio, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul;
- montagem do Cadastro Imobiliário Metropolitano (base física do SIM) nos municípios de Estância Velha e Sapiranga;
- atualização de dados relativos aos balanços nos municípios da RMPA;
- levantamento e avaliação do potencial hidrológico da RMPA;
- análise sistemática da qualidade das águas dos rios da RMPA;
- estudo e operacionalização de um modelo matemático de qualidade das águas do Rio Gravataí;
- atualização de informações e variáveis do PDM.

2º Objetivo – Diligenciar, junto aos diversos níveis do poder público, no sentido da coordenação dos projetos, obras e serviços que se realizam na Região Metropolitana, desde que as mesmas possam ser integradas no PDM.

Neste sentido a METROPLAN realizou:

- estudo e definição de áreas para implantação do Plano Nacional de Habitação Popular-PLANHAP de do PRO-FILURB – Plano para Financiamento de Lotes Urbanizados;

- estudo e formulação de Políticas de Implantação de Áreas Industriais na RMPA;
- conclusão de Termo de Referência para áreas Industriais;
- conclusão do Termo de Referência para elaboração do Plano de Tratamento de Esgotos da RMPA;
- acompanhamento e fiscalização dos Planos Diretores de Sapiranga, Sapucaia do Sul, Alvorada e Gravataí;
- acompanhamento e fiscalização do Plano Metropolitano de Transporte;
- avaliação da implantação do PDM – identificação dos primeiros desvios entre os objetivos do PDM e a situação atual da Região;
- elaboração de propostas e procedimentos para obtenção e gerência dos recursos oriundos da FNDU.

3.8. – Trabalho

Todo e qualquer planejamento social está intimamente vinculado à idéia de promoção do homem. Esta será alcançada mediante providências que não sejam isoladas nem estanques, porquanto existe uma profunda relação entre mão-de-obra, emprego, distribuição equitativa da renda, incentivo ao associativismo, valorização do trabalho e política de atendimento ao menor.

A solução global há de ser buscada com a implantação de um plano de ação social e a fixação de objetivos específicos de atuação que impliquem a valorização do trabalhador, considerando não isoladamente, mas no contexto coletivo.

Para colimação desse objetivo, o Governo pretende:

- canalizar as potencialidades da comunidade;
- interiorizar a ação estatal, multiplicando sua presença nos municípios do Estado com núcleos específicos em cidades que polarizam regiões microeconômicas;
- apoiar a implantação do Sistema Nacional de Emprego, com participação direta na estruturação do Sistema Estadual;

- realizar cursos múltiplos e intensivos de preparação de mão-de-obra nos diferentes setores da economia, utilizando métodos e processos compatíveis com a realidade regional e seu estágio de desenvolvimento;
- acentuar, com a criação de centros voltados para o convívio social, uma política de incentivo ao lazer e à recreação operária;
- oferecer assessoria no campo da prevenção de acidentes do trabalho, através de convênios com órgãos federais;
- participar da Política Nacional de Artesanato, oferecendo treinamento aos artesões e propiciando-lhes, nos limites assinalados ao órgão estadual, a adequada assistência;
- desdobrar cursos intensivos, em formação, sobre técnicas de prevenção de acidentes do trabalho, aos líderes sindicais, com vistas a transformá-los em agentes difusores das técnicas básicas de autopreservação do trabalhador.

Nesta área de responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Ação Social foram desenvolvidos importantes programas, visando à valorização do trabalhador, à sua participação como agente ativo do desenvolvimento e a de seus órgãos de classe.

Através da ação da Fundação Gaúcha do Trabalho, tais programas visam diretamente à qualificação do trabalhador. Com o apoio de convênios com o Ministério do Trabalho e com a Fundacentro, a Fundação Gaúcha do Trabalho desenvolveu as seguintes atividades, no campo de treinamento de mão-de-obra:

- 454 cursos referentes ao setor primário, abrangendo 6.393 alunos;
- 190 cursos referentes ao setor secundário, abrangendo 2.376 alunos;
- 230 cursos relativos ao setor terciário, atingindo 3.376 alunos;
- 23 cursos dirigidos à ACISO, abrangendo 300 alunos;
- 1.157 cursos domésticos, abrangendo 16.727 alunos;
- 1.335 cursos para menores, abrangendo 16.480 alunos;
- 154 cursos voltados para o artesanato, abrangendo 2.025 alunos;
- cursos do Sistema de Instrução por correspondência setor primário, abrangendo 300 alunos.

Englobando-se os diversos cursos tem-se a realização, em 1976, de 3.523 cursos profissionalizantes, abrangendo 47.763 alunos.

Além destes, foram desenvolvidos cursos especiais, palestras e participação em seminários, voltados para Segurança e Medicina do Trabalho, área Sindical e Técnicas de Planejamento e Organização do Trabalho. No total, foram realizados 40 cursos e 24 palestras, atingindo 4.817 alunos e abrangendo 150 municípios.

Em relação ao artesanato, a Fundação Gaúcha do Trabalho vem desenvolvendo e implementando uma política de incentivo e valorização do artesanato gaúcho, preocupando-se especialmente, com a promoção do artesão, sua organização como categoria profissional e com o apoio à comercialização da produção, através de feiras e exposições. O total de vendas, no período, atingiu a Cr\$ 699.134,00. Devem ser destacadas, ainda, as atividades de organização do Catálogo do Artesanato, os Encontros com Artesãos e participação em Encontros Regionais.

Em 1976, processou-se o início da execução de programa grandemente significativo da área do trabalho: trata-se do Programa Estadual de Emprego (PROESE), vinculado, por convênio com o Ministério do Trabalho, ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) e sob a execução da Fundação Gaúcha do Trabalho, que tem como objetivo último a organização do mercado de trabalho. No presente exercício, as atividades principais se voltaram para a organização do próprio Programa e para o estabelecimento da infra-estrutura, isto é, previsão da rede de Agências, Núcleos e Postos; definição das equipes necessárias para o respectivo funcionamento e elaboração do cronograma financeiro. Apresentaram-se como tarefas prioritárias as seguintes:

- providências relacionadas à instalação da Matriz Estadual;
- transformação do pré-existente Núcleo de Colocação e Reemprego da STAS;
- instalação dos Núcleos Regionais de Canoas, São Leopoldo e Pelotas;
- realização de estudos e tomada de providências relacionadas aos Núcleos Regionais de Caxias do Sul e Santa Maria.

No que se refere às atividades-fim, verificou-se o seguinte movimento global, correspondente a junho/dezembro de 1976:

vagas obtidas nas empresas	39.515
candidatos a emprego atendidos	12.060
candidatos a emprego encaminhados	7.450
candidatos a emprego aproveitados	2.288

Tal movimento se refere às Agências de Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo e Pelotas. Ressalta-se que as duas últimas foram instaladas em setembro e fins de outubro, respectivamente.

Quanto à área sindical – através da Assessoria e da Coordenação da Secretaria do Trabalho e Ação Social – foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- assessoramento na criação e organização de 7 (sete) Associações Profissionais;
- realização de 26 “Semanas de Promoção de Trabalhadores Rurais”, em convênio com o FUNRURAL, atingindo 52.000 pessoas;
- realização da “Semana Sindical”, envolvendo toda a área sindical do Rio Grande do Sul;
- orientação sindical: foram orientadas aproximadamente 4.500 pessoas, em assuntos atinentes à área sindical;
- realização do “Primeiro Campeonato Intersindical de Futebol”, envolvendo cerca de 200.000 pessoas sindicalizadas.

A administração do Centro de Recreação do Trabalhador, delegada à FUNLAR, está também afeta à área do Trabalho.

Esse Centro desenvolve atividades recreativas e sócio-culturais, tais como: prática de esportes, comemorações de datas significativas, cursos de expressão artística, torneios e campeonatos intersindicais.

4: ÁREA ADMINISTRATIVA

4. ÁREA ADMINISTRATIVA

O II PLano Nacional de Desenvolvimento definiu setores e ações prioritárias. Visto o país dentro de um enfoque sistemático, cabe ao Rio Grande do Sul cumprir funções e alcançar objetivos dentro das proposições estabelecidas. A partir deste marco, foram definidos os objetivos arrolados na "Estratégia de Ação Governamental 1975-1978". Alguns deles estão sendo e serão atingidos conforme a viabilidade de recursos orçamentários disponíveis, outro através dos investimentos com cobertura de fontes extra-orçamentárias, de medidas de ordem institucional, da mobilização e respostas empresariais e da manipulação de instrumentos da política econômica, que nem sempre são de competência direta do Estado.

Cabe ao Estado desenvolver as atividades consideradas impostas às atividades-fim, de forma que o Governo possa acionar os mecanismos que o levam a atingir as metas e objetivos que definem os níveis a serem alcançados, promovendo maior racionalidade aos órgãos públicos em geral, no sentido de aprimorar o desempenho das atividades-meio do Estado.

Para isso, existem órgãos públicos que prestam serviços direta ou indiretamente, em dois setores: Serviços Gerais do Estado e Justiça e Segurança.

4.1 – Serviços Gerais do Estado

4.1.1 – Administração Geral

A Administração Geral é um subsetor que engloba órgãos que se relacionam diretamente com a Administração Geral do Estado, como a Secretaria de Administração, Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas e órgãos a ela vinculados.

A organização administrativa do Estado deverá obedecer aos princípios de planejamento, coordenação, centro de descentralização e delegação de competência.

Dentro das premissas contidas na "Estratégia Governamental 1975-1978", foi colocada a proposição de providenciar estudos que objetivam a regularização, enquadramento e efetivação dos servidores que detêm a condição de estabilizados por força de dispositivos constitucionais.

No que diz respeito às contribuições conferidas à SUTERGS, foi preconizado disciplinar o uso de veículos oficiais, estabelecendo controle de postos com combustíveis e manutenção de viaturas, e — no que concerne à Secretaria da Administração — manter a forma sistêmica de administração de pessoal e programas que dinamizem e promovam a reorganização existente.

Esta Secretaria vem procurando dar nova organização ao Sistema de Pessoal do Setor Público Estadual e, para tanto, desenvolver projetos que constaram na pauta de prioridades para 1976, tais como:

- implantação do Projeto/CGS/Cadastro Geral dos servidores, que objetiva a coleta de dados básicos, em forma de um censo dinâmico, possibilitando o conhecimento da situação real dos servidores estaduais de modo geral, setorial e individual;
- criação do Conselho Estadual de Administração de Pessoal, com finalidade de integrar os esforços do Setor Público com os das entidades de classe, no que diz respeito à valorização do servidor público;
- elaboração de um novo Plano de Classificação de Cargos englobando os quadros de Administração Centralizada;
- implantação do Projeto/CTS/Cômputo do Tempo de Serviço, que objetiva coletar a efetividade dos servidores estaduais de forma compatível com o Processamento Eletrônico de dados, e subsequente automação das vantagens de todo o pessoal vinculado ao Estado.

O Governo do Estado vem, através da SUTERGS, orientando os órgãos do Setor Público Estadual para uma nova atitude em relação aos transportes, a da racionalização de seu uso, tendo em vista, fundamentalmente, a economia. Isso diz respeito, especialmente, ao uso de combustível, injunção que a crise mundial de petróleo está a nos impor.

Nesse mister, convém destacar, obteve-se em 1976 uma redução de aproximadamente 30% no uso de combustíveis, operando racionalmente as 1.800 viaturas de Administração Direta que compõem a frota em operação.

Cabe à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, reestruturada administrativamente a fim de melhor desempenhar as atribuições decorrentes da dinâmica governamental, como finalidade realizar, setorialmente, os objetivos que visam ao bem-estar social nas áreas urbanas.

Para melhor desenvolver suas atividades, conta a SDO em setores específicos, tais como: Supervisão Administrativa, Supervisão de Assessoramento Especial, Supervisão de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM) e Supervisão de Obras (SO).

As realizações da SDO, no decorrer do ano de 1976, atendendo aos propósitos da Estratégia de Ação Governamental, visaram a sanar os pontos que poderiam estar comprometendo o bem-estar da população urbana.

Realizações da Supervisão Administrativa

A Supervisão Administrativa, como responsável pela operacionalização das atividades da SDO, bem como pela administração de seus recursos humanos, desempenhou atividade de coordenação administrativa quanto aos órgãos centralizados, no tocante à elaboração de contratos, convênios e acordos, editais de concorrência, pedidos de empenho e requisições de pagamento, documentação, mecanografia, transporte e administração geral de recursos humanos.

Realizações da Supervisão de Assessoramento Especial

Este setor, encarregado do planejamento e implementação das decisões do Gabinete do Secretário, desenvolveu atividades de assistência ao Titular da Pasta no que se refere ao seu relacionamento interno e externo, à divulgação das atividades do órgão, ao planejamento geral da SDO, bem como à coordenação financeira da mesma.

Realizações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal – SURBAM

A SURBAM, através de suas linhas mestras de atuação, planejamento do desenvolvimento regional e urbano, engenharia urbana e assistência técnica aos municípios, realizou um total de 149 planos e projetos, que demandaram, durante o exercício de 1976, a mobilização de recursos da ordem de Cr\$ 87.686.053,78 e envolveram uma equipe de trabalho que, entre técnicos e auxiliares, atingiu um total de 69 funcionários.

Foram assistidos, de maneira mais ou menos direta, 133 municípios, (57% dos municípios gaúchos), beneficiando a uma população de 3.666.458 habitantes, correspondentes a mais da metade da população do Estado.

A ação direta da SURBAM se fez presente com 11 projetos de desenvolvimento regional e urbano, em que participou uma equipe de 14 técnicos e 4 auxiliares; com 34 projetos de engenharia urbana, em que atuaram 10 técnicos e 23 auxiliares; com 91 projetos de desenvolvimento organizacional, envolvendo a participação de 13 técnicos.

Em convênio com a Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO), e com o Centro Regional de Treinamento em Administração Municipal (CERTAM), foram realizados 13 projetos de capacitação de recursos humanos, atingindo a funcionários municipais de todos os recantos do Estado, num total de 337 pessoas.

A composição técnica dos planos e projetos da SURBAM no exercício de 1976 foi a seguinte:

– Planos Diretores	7
– Planos Viários	2
– Realização e atualização de Planos Diretores	2
– Projetos de engenharia urbana	34
– Projetos de desenvolvimento organizacional	91
– Projetos de capacitação de recursos humanos	13
Total	149

Dos 87,5 milhões de cruzeiros investidos, 90,5% foram aplicados em projetos oriundos de convênio com o DNOS, na Região Metropolitana, trazendo benefícios diretos à sua população, numa relação de Cr\$ 45,20/habitante. O restante dos recursos empregados, 9,5% do total, correspondeu ao atendimento a cerca de 50% da população do Estado (muito aquém da demanda), o que dá uma relação de Cr\$ 5,65/habitante.

Realizações da Supervisão de Obras – SO

Indo ao encontro de suas finalidades – construção e manutenção da infra-estrutura básica física para o setor público – a SO, através de 27 escritórios locais, deu atendimento a 114 municípios, tendo desempenhado os seguintes serviços:

- serviços de Consultoria Técnica em 41 municípios, onde foram desenvolvidos 197 projetos, englobando estudos de viabilidade técnica, engenharia final e projetos arquitetônicos;
- serviços de Implantação de Edificações em 97 municípios, totalizando 145 obras. Deste total, 138, isto é, 95%, foram serviços de implantação de projetos novos e de ampliação de prédios escolares;
- serviços de Manutenção do Patrimônio Imobiliário do Estado, em 332 edificações, compreendendo 260 escolas, 1 foro, 6 centros de saúde, 2 presídios e 63 prédios cumprindo finalidades diversas.

– Síntese das Atividades Desenvolvidas pelo Parque Industrial da Ilha da Pintada

O Parque Industrial da Ilha da Pintada (ex-Estaleiro Mabilde), atualmente em contrato de arrendamento ao Estaleiro Só S.A., é uma empresa de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que tem como objetivo básico a engenharia naval, especificamente a construção e a manutenção de embarcações.

Os dados recebidos através do relatório da fiscalização indicam que, no exercício de 1976, foram executados serviços de reparação em trinta e sete (37) embarcações.

Considerada a natureza do trabalho que realiza, preocupa-se a empresa arrendatária com a capacitação de recursos humanos, tendo realizado com o SENAI dezessete (17) cursos técnicos, num total de 680 horas, e com a participação de 113 alunos-operários.

Realizou, também, investimentos na melhoria das instalações existentes, no valor de Cr\$ 100.000,00.

Como entidade supervisionada da Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, atuando na execução de obras e serviços, através de subcontratações com empreiteiros ou por administração direta, vem a CEDRO desenvolvendo suas atividades nas áreas de obras civis, projetos e programas de desenvolvimento regional e urbano.

Os empreendimentos desta Companhia são todos de interesse público, uma vez que se referem a hospitais, delegacias, foros, presídios, escolas urbanas e rurais, unidades sanitárias, sistemas viários e serviços da própria sede dos órgãos públicos, como Tribunal de Contas, Assembléia Legislativa, Corte de Apelação da Justiça Militar, Prefeituras Municipais e Conselho Regional de Contabilidade.

Entre as realizações da CEDRO, em 1976, destacam-se:

- prosseguimento da implantação das obras do Centro Administrativo do Estado;
- construção e/ou ampliação de 4 presídios nos municípios de Santa Cruz do Sul, Bagé, Passo Fundo e Santiago, beneficiando a 300 detentos;
- prosseguimento da implantação das obras do Instituto de Pesquisas Biológicas;
- implantação e/ou prosseguimento de construção de 7 Escolas Fundamentais Padrão nos Municípios de Alvorada, Santa Vitória do Palmar, Cachoeirinha, São Leopoldo, Viamão, Caibaté num total de 4.045 m² de área construída;

- prosseguimento de obras no Distrito Rodoviário de Uruguaiana, incluindo rede de distribuição de água, rede parcial de esgoto sanitário e pluvial;
- elaboração de diagnóstico em 15 cidades de médio porte, em convênio com a SDO/IPEA;
- assistência técnica às associações de municípios.

Como órgão integrante da Administração indireta do Estado, a CORAG, configurada no elenco das Sociedades de Economia Mista, tem o encargo da execução de serviços gráficos em geral e atividades correlatas, nomeadamente editando o Diário Oficial do Estado, o Diário da Assembléia Legislativa, o Diário da Justiça e o Diário da Indústria e Comércio.

A CORAG tem procurado ampliar o seu gráfico através de aquisição de equipamentos modernos, inclusive equipamento importado, o que tornou viável a impressão dos jornais pelo Sistema OFF-SET.

No ano de 1976, foram impressas 262 edições do Diário Oficial, em uma triagem de 1.198.998 exemplares de jornal.

Presentemente, a CORAG está localizada, na maior parte, no seu prédio-sede, (9.257m² de área construída), situado na rua Cel. Aparício Borges n^o 2.199, tendo seu parque gráfico ali instalado.

No que se refere à Companhia de Processamento de Dados do Estado (PROCERGS) – órgão encarregado da execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e assessoramento técnico a órgãos da Administração Pública Estadual, bem como da prestação de serviços a entidades privadas – destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas durante o ano de 1976:

- implantação de folha de pagamento para a Cia. União de Seguros Gerais e Instituto de Previdência;
- processamento das promoções para o Plano de Carreira do Magistério;
- desenvolvimento do sistema para controle de empréstimos e implantação de agência piloto da Caixa Econômica Estadual;
- apoio ao Projeto Metal Mecânico do Estado, no que diz respeito à Coleta de Informações;
- desenvolvimento de um sistema genérico para processamento de Contabilidade, que passará a ser utilizado em 1977;
- desenvolvimento de uma rotina de Controle de Tempo de Serviço (em implantação para o pessoal da Brigada Militar);
- apoio a projetos da CORSAN.

Ainda em 1976, registraram-se significativos eventos na área de Processamento de Dados.

Pelo Decreto nº 24.453, de 17.03/76, foi criado o Sistema Estadual de Processamento Eletrônico de Dados, órgão que ficou encarregado da Coordenação da Política do Governo para o Setor.

A PROCERGS teve, no decorrer desse exercício, seu capital aumentado para Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), incorporando mais um computador de grande porte (B 6.700). E, finalmente, ocupou o prédio especialmente construído para suas atividades, dotado dos mais modernos requisitos de infra-estrutura.

No que diz respeito ainda à sua área de atuação, observa-se que teve um faturamento de Cr\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de cruzeiros), registrando um crescimento real de 34% em relação ao ano anterior.

4.1.2 – Gestão Financeira

As atividades desenvolvidas durante o exercício de 1976 podem ser representadas dentro do seguinte perfil:

Administração Tributária

A perspectiva de que o contribuinte é um cliente da Administração Tributária manteve-se incólume. Com efeito, a Coordenadoria Geral do ICM, unidade administrativa subordinada à Diretoria Geral do Tesouro do Estado, prosseguiu implementando uma série de programas em que a idéia-força é o aumento da espontaneidade no pagamento do tributo mor.

Assim, coerente com o princípio de humanizar o elenco de penalidades fiscais, elaborou-se Projeto-de-Lei nº 7.027, de 25.11.76 – cuja tônica foi a classificação das infrações em dois grupos: materiais e formais, seguindo-lhe um critério de tipificação que as enquadra em três subgrupos: privilegiadas, qualificadas e básicas. Almeja-se que tal diploma legal sancione com justiça eventuais desvios de comportamento.

Acorde com a preocupação de liberar de ônus tributário as classes menos favorecidas, foi proposto projeto-de-lei – transformado na Lei nº 7.019, de 29.10.76 – visando à insenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis nas operações não excedentes a 1.000 UPCs, contanto que se trate de primeira aquisição e se destine à moradia do adquirente.

É de destacar, por outra feita, a rotinização do chamado conta-corrente fiscal, entrôle instituído com suporte no processamento eletrônico de dados, ensejando que a Administração possa identificar, com celeridade, os contribuintes refratários ao pagamento do ICM.

De significativa relevância foi, também, a inserção, no currículo escolar dos estabelecimentos de 1º grau de porção disciplinar atinente à Educação Tributária, um dos três subsistemas integrantes do Programa de Promoção Tributária "ICM Pró-Desenvolvimento", hoje consolidado na opinião pública estadual.

Em termos de programação financeira consolidou-se a comissão intersecretarial para esse fim constituída, ao final de 1975. Coube à Secretaria, através do Gabinete de Orçamento e Finanças, o apoio logístico à comissão que perseguiu a meta de coadunar os recursos financeiros disponíveis com os objetivos e necessidades governamentais.

No que concerne à administração da Dívida Pública, merece destaque, no ano que findou, a modificação nos critérios de cálculo do limite para a contratação de operações de crédito pelos Estados. Com o advento da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, o limite para o dispêndio anual à conta da liquidação das operações de crédito não poderá exceder a 15% da receita realizada no exercício financeiro anterior, estabelecendo a Resolução que a receita, objeto de referência, será corrigida mensalmente.

Dívida Fundada Interna
(em 31.12.76)

Empréstimos em Títulos

Apólices	25.137.968,00
Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual	2.536.739.489,28
Subtotal	2.561.877.457,28
Contratos	538.572.740,70
Total	3.100.450.197,98

Dívida Fundada Externa
(em 31.12.76)

Em Títulos	1.891.011,16
Em Contratos	607.114.240,08
Total	609.005.251,24

No exercício de suas atribuições, fiscalizou, orientou, coordenou, e centralizou os serviços, concernentes à área contábil, assim como a escrituração relativa aos órgãos da Administração Centralizada do Estado que, de qualquer modo, arrecadem receitas ou realizem despesas, administrem ou guardem bens. Auditou as fundações das quais o Estado participa e estendeu seu esquema de auditoria sobre dez sociedades de economia mista. A exemplo dos anos anteriores, procedeu ao levantamento do Balanço Geral da Administração Direta, relativamente ao exercício de 1976, peça de fundamental importância à prestação de contas pelo Chefe do Poder Executivo perante a Assembléia Legislativa.

Administração do Patrimônio e Material

A Superintendência do sistema de licitação de materiais e contratação de serviços da Administração Direta é feita pelo Departamento Central de Administração do Material (DECAM) que, ademais, estabelece normas quanto ao destino dos materiais inservíveis.

Em 1976, o desempenho do DECAM, em termos quantitativos, foi a que segue:

- aquisição para diversos órgãos da Administração Direta e Indireta	Cr\$ 151.287.169,00
- leilões realizados	Cr\$ 2.996.357,00
- movimento do fundo rotativo para estoque de materiais aquisições feitas	Cr\$ 7.934.546,30
- entregas a diversos órgãos	Cr\$ 6.864.346,11

Estímulos Fiscais

A concessão de estímulos fiscais, quer os oriundos da exportação de industrializados, quer os destinados ao mercado interno, manteve sua importância no elenco das medidas governamentais, asseguratórias de melhores condições de competitividade para os manufaturados destinados ao exterior, e de desoneração tributária de outros essenciais.

Assim, prevê-se que a exportação de produtos industrializados pertença US\$ 1.516.000.000,00 que, convertidos à taxa cambial média (Cr\$ 10,31), atingirão Cr\$ 15.629.996.000,00, permitindo, dessa forma, a estimativa, de imputação de créditos fiscais, à alíquota de 9,0%, no montante de Cr\$ 1.406.000.000,00. Os créditos fiscais efetivamente adjudicados no período sob exame, originários da exportação, perfazem Cr\$ 450.000.000,00 em números redondos.

No que respeita aos favores destinados ao mercado interno, vale ressaltar o repasse do Governo Federal pela concessão de redução na base de cálculo na comercialização de gado e carnes ovinas, bovinas e caprinas, implicando aporte de Cr\$ 125.000.000,00.

Merece destaque, também, o convênio ICM nº 52/75, em vigor a partir de março do ano fundo, que prevê a atribuição de crédito presumido nas saídas interestaduais de gado e carnes suínas, à razão de 60% do ICM devido, responsabilizando-se a União pela transferência de Cr\$ 65.000.000,00, a guisa de cobertura (Cr\$ 0,70 a cada cruzeiro de crédito resumido outorgado).

De relevo, pelo atendimento de justa postulação dos estados-membros, a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 1977, do

Convênio ICM nº 45/76, que altera a sistemática de apropriação do crédito fiscal de ICM, com origem na exportação. Com efeito, de conformidade com o convênio, a União se responsabilizará por 50% daquele valor, cabendo aos estados suportar a outra metade. Tal providência representará esforço significativo nas finanças estaduais, estimando-se que os incentivos fiscais à exportação decresçam em Cr\$ 260.000.000,00.

Execução Orçamentária de 1976

Orçamento — Lei nº 6.933, de 04.12.75

Receita	Cr\$	10.463.106.000,00
Despesas	Cr\$	10.463.106.000,00

Classificação segundo as Categorias Econômicas

Receitas Correntes		
Impostos		6.886.846.281,24
Taxas		102.639.475,88
Rec. Patrimonial		269.280.878,04
Rec. Industrial		10.499.000,56
Transferências Correntes		285.727.602,90
Rec. Diversas		262.309.770,71
Total Receitas Correntes		7.817.303.009,33
Receitas de Capital		
Operações de Crédito	Cr\$	1.476.657.615,14
Outras Receitas de Capital		500.995.160,99
Total Receitas de Capital		1.977.652.776,13
TOTAL	Cr\$	9.794.955.785,46
Despesas Correntes		
Despesas de Custeio		4.603.999.826,59
Transferências Correntes		3.623.886.511,87
Total Despesas Correntes		8.227.886.338,46
Despesas de Capital		
Investimentos		617.017.814,47
Inversões Financeiras		569.951.620,86
Transferência de Capital		1.683.972.294,88
Total Despesas de Capital		2.870.941.730,21
TOTAL		11.098.828.068,67

Processamento de Dados

Em que pese ter havido remanejo no equipamento originalmente consignado ao Centro de Processamento de Dados, por força do Decreto nº 24.453, de 17.03.1976, o CPD/SF prosseguiu em suas atividades de apoio operacional aos diversos órgãos da Secretaria.

Assim, rotinas implantadas foram aperfeiçoadas, novos sistemas foram concebidos, na tentativa de se utilizar essa tecnologia como suporte à modernização administrativa da Pasta Fazendária.

Em atenção à importância que apresentam para os sistemas de Administração Tributária, Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, merecem destaque os subsistemas de:

- conta-corrente fiscal, cujo produto essencial há de ser a identificação dos contribuintes que não pagaram o ICM nos prazos respectivos;
- controle da execução orçamentária, sob um prisma funcional-programático, permitindo análises quanto à efetividade do gasto ocorrido;
- controle da Dívida Ativa, que tem como produto a determinação dos inscritos como Dívida Ativa e inadimplentes;
- controle da Dívida Pública, consistente na mensuração dos compromissos e exigibilidade da Administração, decorrentes de empréstimos contraídos.

4.1.3 – Planejamento Governamental

Considerando a amplitude de atuação da Secretaria de Coordenação e Planejamento face à natureza das funções que lhe compete desempenhar no Sistema Estadual, notadamente no que respeita à sua atribuição de “propiciar fluidez para implementação do dinamismo econômico”, não se pode abordar o seu desempenho sem detalhar as diversificadas frentes de atuação.

Entende a Secretaria que a concepção de seus objetivos só será viável na medida em que haja apurado tratamento das áreas que interferem de forma mais contundente e determinante na realidade passível de ajustamento.

Assim, no que tange à busca da racionalização do uso de recursos, no correto exercício do papel de promotor e orientador do desenvolvimento econômico e social, o planejamento será abordado segundo as funções de orçamento, desenvolvimento organizacional, economia e estatística.

a – Orçamento

Na parte relativa ao orçamento, no exercício de 1976, a Secretaria de Coordenação e Planejamento, já com a tarefa de elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de Investimentos definitivamente incorporada às suas atribuições, não somente elabora esses documentos para atender aos mandamentos constitucionais, mas aperfeiçoa cada vez mais a apresentação desses dois importantes documentos.

Dessa forma, ao contrário do que vinha sendo feito até então, o orçamento para 1977 já deverá apresentar, como novidade, a fusão do programa de ação anual anteriormente editado, juntamente com o Orçamento Geral do Estado e das Autarquias Estaduais, apresentando, para cada projeto e atividade neles contidos, a sucinta descrição dos objetivos a serem alcançados através da execução das atividades e implantação ou implementação dos projetos.

De outro lado, toda matéria relacionada com a abertura de créditos adicionais, tanto na emissão dos pareceres sobre a matéria, como na elaboração dos ante-projetos de lei, de decretos executivos, foi atendida pela Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Na parte relativa ao acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, no exercício de 1976, foi implantado o acompanhamento financeiro de todos os projetos de administração direta, através de relatórios mensais que informam o montante da dotação e desta, o que foi liberado, empenhado e realizado. A parte relativa ao acompanhamento físico, o qual deverá ser conjugado com o acompanhamento financeiro, se encontra em fase final de programação, devendo sua implantação gradativa ser iniciada em 1977.

No que diz respeito ao treinamento de recursos humanos, na área de elaboração orçamentária, foi realizado, a pedido desta Secretaria, no decorrer do exercício de 1976, através da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, um Curso de Orçamento-Programa, dirigido aos servidores dos Órgãos Setoriais de Orçamento. Neste curso participaram 35 funcionários, tendo o referido treinamento atingido ótimos resultados.

Através da Assessoria aos Municípios, órgão integrante da Supervisão de Orçamento, foram realizadas, em 1976, as atividades a seguir descritas:

Análise Financeira dos Municípios

Durante o exercício de 1976, esse setor analisou 8 pedidos de autorização para vinculação de cotas do Fundo de Participação dos Municípios, como garantia ou contragarantia de Operações de Crédito de Municípios gaúchos.

A análise dos pedidos de autorização baseou-se, principalmente, no mérito do empreendimento e no nível de comprometimento das cotas do FPM, avaliados através das informações contidas nos formulários preenchidos pelo município e que compõem o processo para exame, tais como: a) apresentação do Projeto – AP, b) identificação da Operação de Crédito (pretendida), c) relação das Operações de Crédito Assumidas e, d) dados de balanço.

O objetivo da análise, por parte do Setor, é examinar se os financiamentos solicitados destinam-se, efetivamente, a projetos prioritários, e enquadrados nas metas e diretrizes estabelecidas no II PND e no Plano de Ação do Governo Estadual.

Fundo de Participação dos Municípios – FPM

A alteração da legislação que rege os fundos federais, entre os quais o Fundo de Participação dos Municípios, fez com que, durante o exercício de 1976, se trabalhasse quase ininterruptamente com Programas de Aplicação do FPM. Nesse período, o Setor recebeu, analisou e elaborou pareceres para Programas de Aplicação de dois exercícios, ou seja, 1976 e 1977, além da rotineira reformulação dos programas realizada no mês de julho.

- Atendimento a consultas e distribuição de material.
O Setor atendeu a consultas e distribuiu material relativo ao FPM, praticamente durante todo o exercício de 1976. Destacaram-se, porém, como períodos de maior volume de trabalho, os meses de janeiro, maio, junho, julho, agosto e setembro, quando ocorreram a elaboração e a reformulação dos Programas de Aplicação do FPM de 1976 e 1977, nos quais o setor atendeu aos 232 municípios.
- Recebimento do Programa de Aplicação do FPM/76
O recebimento dos Programas de Aplicação do FPM/76 foi realizado durante o mês de janeiro do corrente exercício. Foram entregues 75 programas de aplicação aos municípios da Região Metropolitana e aos com população superior a 25 mil habitantes. O Setor analisou e deu parecer sobre os referidos programas, consolidando-os para remessa à SAREM/SEPLAN/RS.
- Reformulação dos Programas de Aplicação do FPM/76.
Com a nova estimativa de população fornecida pelo IBGE, seis municípios gaúchos tiveram a classificação de sua população aumentada, passando para o rol dos municípios com população superior a 25 mil habitantes. Com isto, estes municípios que não tinham obrigatoriedade de enviar seus Programas de Aplicação à Secretaria de Coordenação e Planejamento, passaram a depender do parecer do Setor para aprovação de seus programas pela

SAREM-SEPLAN/PR. Assim, por não haverem entregue ao Setor o Programa de Aplicação, na época da formulação, foram obrigados a entregá-lo na época da reformulação.

Além disso, 37 municípios reformularam seus programas de aplicação, em período hábil, ou seja, no mês de julho, tendo recebido a competente análise e parecer.

– Recebimento do Programa de Aplicação/77.

O recebimento do Programa de Aplicação do FPM/77, seguindo as normas do Decreto nº 77.565, foi antecipado, em 1976, para o mês de setembro.

O Setor recebeu 230 Programas de Aplicação, dos quais 15 foram dos municípios da Região Metropolitana e daqueles com população superior a 200 mil habitantes, 68, de municípios com população superior a 25 mil habitantes e 147, de municípios com população inferior a 25 mil habitantes.

A análise foi feita de acordo com os prazos de entrega estabelecidos pelo Governo Federal, através da SAREM, e obedeceu a seguinte ordem: municípios da Região Metropolitana e com população acima de 200 mil habitantes e municípios com população inferior a 25 mil habitantes. O Setor elaborou e enviou à SAREM-SEPLAN/PR, os pareceres sobre os programas de aplicação de 83 municípios nos dois primeiros casos acima.

– Ratificação do Programa do FPM/76 de municípios com população inferior a 25 mil habitantes.

De acordo com o decreto nº 77.565, o órgão Central de Planejamento recebeu a incumbência de dar parecer sobre os Programas de Aplicação dos municípios com população inferior a 25 mil habitantes. Como estes municípios, pelo decreto anterior, entregavam seus programas ao TCU, o Setor solicitou àquele órgão a remessa dos mesmos, ratificando, na maioria dos casos, o parecer do referido Tribunal e enviando à SAREM o formulário Resumo do Orçamento Municipal.

Fundo de Participação do Estado/FPE

– Formulação do Programa de Aplicação/76.

O Programa de Aplicação do FPE/76 foi elaborado durante a primeira quinzena de janeiro, e enviado à SAREM/SEPLAN/PR na segunda quinzena do mesmo mês.

Constaram do Programa 16 projetos/atividades, escolhidos de acordo com as prioridades estabelecidas no II PND e no Plano de Ação do Governo Estadual. No Programa de Aplicação, quanto ao aspecto formal, constam, ainda, uma exposição de motivos e os formulários exigidos pela legislação relativa à matéria.

– Reformulação do Programa de Aplicação/76.

Neste exercício não houve, como de costume, reestimativa da cota destinada ao Estado. Face a isto, não houve reformulação do Programa. As alterações ocorridas restringiram-se ao acréscimo de recursos correspondente ao saldo de exercícios anteriores incorporados a alguns projetos e atividades.

– Formulação do Programa de Aplicação/77

O Decreto nº 77.565, de 10/05/76, alterou o prazo de encaminhamento da formulação dos Programas de Aplicação, antecipando-o para setembro do exercício imediatamente anterior a que se referem os mesmos.

O Programa de Aplicação, do FPE/77, inclui 17 projetos e atividades escolhidos de acordo com as prioridades do II PND e do Plano de Ação do Governo Estadual.

Os projetos e atividades foram identificados dentro da classificação funcional-programática e caracterizados segundo os objetivos, metas globais e metas parciais. Os recursos físico-financeiros, justificados em relação às diretrizes estabelecidas em Plano de Ação do Governo foram escalonados quanto às necessidades, atendimento, déficit, localização e tamanho, bem como a identificação das fontes de financiamento dos mesmos.

Manual de Orçamento para os Municípios

- Durante os meses de abril, maio, e junho, o setor revisou o “Manual de Orçamento para os Municípios” publicado em 1975, incluindo, na nova edição, um orçamento-modelo para prefeituras de médio porte, objetivando oferecer subsídios à elaboração orçamentária, bem como buscar a uniformização da mesma dentro das diretrizes e normas estabelecidas pelas Portarias nºs 9,4 e 20.

A edição 1976 do manual contém 287 páginas, com uma tiragem de 1.000 exemplares.

Treinamento de Recursos Humanos

- Treinamento para técnicos municipais.
- O Setor de Assessoria aos Municípios estruturou, no exercício, o primeiro curso de treinamento para técnicos municipais, realizado por esta Secretaria. Para tal, elaborou o material didático a ser distribuído e utilizado durante o curso (orçamento-modelo com as vinculações obrigatórias do FPM, rol de projetos e atividades. Programa de Aplicação, modelo do FPM), bem como treinou os monitores técnicos desta Secretaria para a execução do referido curso.

A divulgação do curso, através de ofícios e da imprensa local, e o recebimento das inscrições foram feitas parte pela Assessoria aos Municípios e parte pela FDRH.

Foram treinados, durante 28 horas/aula, nos dias 10, 11, 12 e 13 de agosto, 120 técnicos municipais, ocasião em que foram elaborados um Orçamento Municipal e um Programa de Aplicação do FPM simulados, bem como foram prestadas informações sobre operações de crédito vinculadas ao FPM e prestação de contas do FPM, estas últimas com a participação de técnicos do TCU.

- Treinamento de Técnicos da SPC

Na última quinzena de setembro/76, o Setor de Assessoria aos Municípios, visando ao exame de 232 Programas de Aplicação do FPM, cuja entrega concentra-se nos 3 últimos dias de setembro, treinou 8 técnicos de nível médio e superior, de outros setores, permitindo, através deste mecanismo de articulação, atender ao considerável volume de trabalho com uma equipe pequena de técnicos.

Trabalhos Solicitados ao Setor

Além das atribuições do Setor de Assessoria aos Municípios, algumas periódicas e outras permanentes, são atendidas solicitações de trabalhos especiais para a SAREM e outros órgãos da SCP. Em 1976, foram encomendados e atendidos os seguintes trabalhos:

- elaboração de um Plano de Aplicação de recursos do Governo Federal (Plano de Auxílio Comunitário aos Municípios do RS), consolidando 244 projetos de 181 municípios nos setores de Educação, Transporte, Energia e Comunicações no montante de Cr\$ 25.000.000,00.

- Movimento Migratório nos Municípios das Associações do Alto Uruguai, Alto Taquari, Alto Jacuí e Região Metropolitana, referente a 52 Municípios, no período 1960 a 1970, por faixas de idade, apurando os fluxos migratórios entre as regiões, e destas para a Região Metropolitana.

Trabalho utilizado para conseguir os recursos financeiros de Cr\$ 30.000.000,00 ao FUNDO URBANO/RS.

- Tributação e gasto Público nos Municípios gaúchos apuração por amostragem: IPTU per capita, comparado entre regiões e entre faixas de população; apuração por amostragem do gasto Público Urbano per capita, por regiões do Estado e portes de cidades em função da população.
- Receita Própria dos Municípios no Rio Grande do Sul Por solicitação da SAREM, foram levantadas as Receitas PRÓPRIAS dos Municípios do RS, no período de 1975, visando a separar os municípios com receita superior e inferior a Cr\$ 20.000.000,00 para efeitos de vinculação do FPM à aplicação em DESPESAS DE CAPITAL.
- Convênio de Cooperação Técnica Estado do Rio Grande do Sul e SEMPLAN/PR/DF
Elaboração de parte do Plano de Aplicação do Convênio de cooperação técnica e a prestação de contas referente à primeira parcela aplicada no primeiro semestre de 1976.

Publicações Distribuídas

O Setor enviou às Prefeituras Municipais diversos trabalhos publicados através de convênio IBAM/SAREM, que foram assim distribuídos:

Manual de Tributos Imobiliários	232	prefeituras
Manual de Controle da Execução Orçamentária	232	prefeituras
O Município e a Recreação	34	prefeituras
Manual de Limpeza Pública	34	prefeituras

b – Desenvolvimento Organizacional

A busca de maior funcionalidade das estruturas organizacionais, a introdução de maior racionalidade nos serviços e o aperfeiçoamento dos recursos humanos a nível diretivo, foram algumas das preocupações básicas orientadoras do trabalho da Secretaria de Coordenação e Planejamento na área de Desenvolvimento Organizacional. Tal orientação traduziu-se nos trabalhos adiante relacionados:

- seminário de Avaliação para Chefias da Secretaria da Fazenda em Gramado com a participação de 93 servidores fazendários, seguido de um estudo consubstanciado em projetos de decreto, examinado pela Junta de Modernização Administrativa e encaminhado à Chefia da Casa Civil;
- participação em Seminários com chefia do setor público da esfera estadual e federal, que resultou em estudo para institucionalização da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola e de revisão estrutural por solicitação da Secretaria da Agricultura;
- projeto-de-lei encaminhado à Chefia da Casa Civil propondo instituição da Fundação aglutinadora das atividades culturais da Secretaria de Educação e Cultura, por determinação Governamental;
- projeto-de-lei encaminhado à Chefia da Casa Civil propondo a fusão de 2 órgãos vinculados à Secretaria de Coordenação e Planejamento numa única Fundação, de acordo com decisão Governamental;
- assessoramento, levantamentos e análise de rotinas administrativas da Secretaria de Segurança Pública;
- participação na comissão para revisão do Plano de Classificação de Cargos do Estado, já encaminhados ao Senhor Governador do Estado;
- participação na comissão de estudos de padronização de papéis e formulários utilizados em repartições estaduais;
- publicação e distribuição a todo o setor público estadual, federal, municipal e a organismos privados, de um conjunto de 5 volumes de legislação pertinente à estrutura organizacional do Estado, nas suas áreas econômica, de infra-estrutura, social e administrativa;
- publicação da “Evolução Histórico-Institucional da Administração Pública Estadual”.

A Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, na área de Desenvolvimento Organizacional, no ano de 1976, desenvolveu atividades relativas:

- à avaliação sistemática da programação elaborada:

realização de seminários, encontros e mesas redondas, reunindo o empresário do setor público e privado para um diálogo permanente entre Governo e Empresa;

– à assistência à Organização:

atendimento a 44 Empresas através de assistência organizacional, consultoria, acompanhamento de atividades de Mudança Planejada;

montagem do projeto "Guia para a Elaboração e Plano de classificação de Cargos e Salários".

c – Economia e Estatística

Para a função de economia e Estatística, o Governo do Rio Grande do Sul conta com a Fundação de Economia e Estatística que aparece como um dos órgãos de apoio permanente, e que tem como finalidade precípua o fornecimento de dados e informações necessárias ao processo em que a Secretaria a que se vincula exerce o papel centralizador.

Através de elaboração de estudos, pesquisas e análises, procura identificar e propor alternativas globais e setoriais de desenvolvimento econômico, no sentido de embasar decisões governamentais.

Estrutura e opera o sistema de contas regionais, procede a análises conjunturais, além de realizar estudos e pesquisas, tendo em vista, o preparo de indicadores econômicos e sociais.

É também sua função coletar, processar, classificar, selecionar, avaliar e divulgar dados estatísticos. Colabora na elaboração e ou co-participa na execução e controle de programas ou projetos das diversas esferas governamentais; fornece subsídios à política financeira do Estado, desenvolvendo estudos específicos e indicando fontes de recursos para investimentos; divulga informações técnicas, adquirindo, inclusive, direitos autorais nacionais ou estrangeiros para a publicação de trabalhos técnicos-científicos.

Com vistas à satisfação plena de seus objetivos, a FEE desenvolve ainda outras atividades, proporcionando, através delas, o maior volume viável de informações ao menor custo possível.

Em termos de atuação, a FEE, durante o período de 1976, procurou obter pleno rendimento de suas Unidades, com absorção interna de algumas tecnologias específicas e necessárias. Desta forma, buscou maior contato entre os usuários e produtores das informações e dados, através do SEITE – Sistema de Informações Técnicas e Estatísticas – e procurou servir de suporte mais efetivo ao Sistema de Planejamento, na condição de transformar números e informações em alternativas de ação.

A FEE tem materializadas algumas de suas atividades desenvolvidas durante 1976 na relação que segue:

Trabalhos Publicados

- Informe Geral sobre Agroindústria Gaúcha
- Indicadores Econômicos RS, v.3, n.2 abr. jun/1975.
- 25 anos Economia Gaúcha, v.1, Uma Visão Global da Economia do Estado (3ª impressão)
- Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 5 - Comercialização e Industrialização de Grãos e Derivados - Termo de Referência
- Informativo do SEITE, n.1, abr/1976
- Indicadores Econômicos RS, v.3, n.3, jul/set/1975
- Informativo do SEITE, n.2, maio/1976
- Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 6 - Cana-de-Açúcar - Termo de Referência
- Informativo do SEITE, n.3, jun/76
- Informativo do SEITE, n. 4 jul/76
- Indicadores Econômicos RS, v.3, n. 4, out/dez/1975
- Resenha Estatística do Rio Grande do Sul
- Informativo do SEITE, n. 5, ag/76
- Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 7 - Conserva de frutas e Legumes - Termos de referência
- Indicadores Sociais RS, Ano 4, n. 4, 1976, Número Especial - Migrações Internas
- Informativo do SEITE, n. 6, set/1976
- RS em Números, v. 1, n. 1, 1976
- Termômetro de Vendas FEE/CDL, Ano 1, n. a. set/1976
- Informativo do SEITE, n. 7 out/1976
- 25 Anos de Economia Gaúcha, v.1, Uma Visão Global da Economia do Estado (4ª Impressão)
- Indicadores Econômicos RS, v.4, n. 1 e 2, jan-jun/1976
- Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul - 1972-75 - Volume 5-8, tomo 1 - Agropecuária
- Programa Agroindústria Rio Grande do Sul - 12 - Indústria de Carne Bovina e Ovina - Anexo 2 - Estudo de Mercado de Carnes
- Programa de Informações para Localização Industrial e Comercialização - PLINCO
Uma apreciação teórica
A matriz oferta
- Síntese Estatística dos Municípios - RS, Município de Carazinho.

Outras Atividades

- Curso de Especialização em Problemas de Desenvolvimento Econômico e Social - CEPES (em nível de pós-graduação), no período de 13/Out/75 a 26/Nov/76, com duração de 750 horas-aula;

- I Ciclo de Debates Econômicos - I CIDEDEC (com a colaboração da Sociedade de Economia do RS), no período de 17/Out a 26/Nov/76, com duração de 20 horas-aula;
- II Seminário de Informação Econômica para Jornalistas, no período de 13, a 17/Dez/76, com duração de 15 horas-aula;
- Curso de Programação Básica, no período de 30/Nov a 23/Dez/76, duração 24 horas-aula.

Além disso, participou como colaboradora ou convidada:

- I Seminário Internacional de Investimentos no Estado do Rio Grande do Sul;
- I Seminário de Economia Regional e Urbana, realizado pela Sociedade de Economia de Santa Maria;
- Semana do Economista, em Caxias do Sul;
- Semana de Debates sobre Economia Gaúcha, promovida pela Sociedade de Economia do RS;
- Seminário "Sistema de Informações para o Planejamento Metropolitano" do I Curso Latino-Americano sobre Planejamento Metropolitano, promovido pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Sociedad Interamericana de Planificación, em Porto Alegre;
- I Encontro de Planejamento e II Encontro de Diretores de Unidades Operativas, promovidos pelo SENAC;
- III Ciclo de Integração de Relações Públicas.

4.1.4 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O atual estágio do desenvolvimento brasileiro, que se processa em elevados níveis, criou uma necessidade de constante pesquisa de modo a que este desenvolvimento possa ser realizado dentro da melhor técnica existente no momento e dentro da adequação necessária às condições vigentes.

O progresso tecnológico, que se transforma e se dinamiza a cada instante, exige uma atuação permanente dos setores públicos, com a finalidade de obter das condições reinantes a melhor combinação possível de fatores produtivos.

A relativa independência tecnológica, com a substituição parcial da tecnologia importada, é uma meta que vem sendo perseguida pelo Governo, a fim de dar um maior grau de autonomia ao processo de desenvolvimento, desagravando um ônus da pauta de importação.

Para atingir tais objetivos, o Governo do Estado conta, principalmente, com a atuação da CIENTEC e FAPERGS.

São objetivos da Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC – promover e executar medidas que proporcionem a expansão do desenvolvimento tecnológico do Rio Grande do Sul, colocando à disposição de empresários os conhecimentos necessários ao crescimento e à modernização de suas empresas, mediante utilização de técnicas adequadas.

Uma equipe de mais de 80 técnicos e especialistas de nível superior, entre os quais se encontram pós-graduados com curso de mestrado e doutorado, apoiada também por uma equipe de cerca de 150 auxiliares técnicos de nível médio e 40 estagiários-universitários, opera os modernos laboratórios da instituição. Esses laboratórios estão distribuídos pelos diversos Departamentos, e aí se encontram atualizados instrumental de análises e equipamentos de alta precisão. A CIENTEC adota, como estrutura administrativo-operacional, o sistema matricial, sistema esse que possibilita um maior aproveitamento de todo o seu potencial de recursos, sejam humanos, de equipamentos, de instalações ou financeiros. Os projetos instituídos passam a alocar os recursos necessários ao seu desenvolvimento, dos Centros de Capacitação, constituídos pelos nove departamentos que integram a estrutura da instituição.

A instituição presta serviços aos Governos Federal, Estadual e Municipais, administração direta e indireta, instituições e empresas privadas, e seus recursos provêm de verba orçamentária do Estado e da receita por serviços prestados.

A política administrativo-operacional adotada pela CIENTEC permitiu que, em 1976, a instituição cumprisse mais uma etapa de sua participação na Estratégia de Ação Governamental 1975/78, desenvolvendo atividades de pesquisa tecnológica e assistência à indústrias, de maneira objetiva e eficiente, conforme os programas, projetos e atividades relacionadas no item “Atividades Operacionais” deste Relatório Geral, pertencentes à “Função 11 – Indústria e Comércio” e ao “Programa Federal nº 10 – Ciência e Tecnologia”.

Nas atividades da CIENTEC, relativas ao exercício de 1976, a seguir sintetizadas, salientam-se as principais diretrizes seguidas pela instituição no decorrer desse ano. Convém destacar que todas as informações estão discriminadas a nível de projetos e atividades, em conformidade com os objetivos operacionais de desenvolvimento tecnológico da Fundação.

Programa de Pesquisa

Programa de Carvão

– projeto de Gaseificação de Carvões Brasileiros – CIGAS

os objetivos específicos do PROJETO CIGAS são:
desenvolver um processo de gaseificação de carvões

brasileiros com altos teores de cinza (superiores a 40%); como resultado deste processo, obter um gás que possa ser usado na redução de minério de ferro (gás redutor) ou na produção de amônia e metanol (gás síntese) e, eventualmente, como gás combustível.

O processo de tomada de decisão, relativo à orientação da pesquisa, centrou-se na seleção de um processo de gaseificação que apresenta grandes probabilidades "a priori" de se adequar às características dos nossos carvões (teor de cinzas, relatividade, etc).

No exercício de 1976, o projeto CIGAS foi elaborado sob a forma de proposta de projeto, e apresentado à FINEP com vistas à obtenção de recursos para sua execução.

Ainda no exercício de 1976, independentemente da aprovação do Projeto pelo órgão financiador, a CIENTEC preocupou-se com desenvolvimento de estudos preliminares em equipamentos de bancada, visando a obter e parâmetros para o dimensionamento do reator da planta piloto.

Em carta datada de 29 de dezembro de 1976, a FINEP comunicou que o projeto CIGAS havia sido aprovado para financiamento no dia 03 de dezembro próximo passado.

Orçado em Cr\$ 24.000.000,00 o projeto CIGAS, com a aprovação pela FINEP, teve aberta uma linha de crédito no valor de Cr\$ 9.000.000,00

– Centro de Informação sobre o Carvão – PROJETO CIC

No momento em que o Brasil se lança à valorização de um recurso mineral essencial como o carvão, inexiste um centro nacional que coordene a captação e discriminação de informações sobre a ciência e tecnologia do carvão.

O objetivo do projeto é a implantação de um Centro de Informação sobre o carvão, captando a nível internacional e distribuindo a organismos interessados no Brasil, informações sobre Ciência e Tecnologia do Carvão.

Já elaborado em 1975, sob a forma de projeto, o mesmo deu entrada na FINEP visando à obtenção de recursos financeiros para sua execução, tendo sido expedido comunicado de aprovação da proposta de projeto pela FINEP em outubro de 1976.

Neste período, foram executados trabalhos de elaboração do contrato e de recrutamento e seleção de pessoal técnico para o projeto. O valor do convênio firmado, em 31 de dezembro, foi de Cr\$ 1.380.000,00.

- Projeto-Estudo de Amostragem e Caracterização dos Carvões Brasileiros.

Através de análises e ensaios de amostras de todas as jazidas significativas de carvão do País, preparadas e repetidas conforme critérios estatísticos, este projeto visa a obter dados necessários a:

- fixar uma norma de amostragem que se aplique aos carvões nacionais de maneira satisfatória e capaz de atender às especificações e a normativas legais tecnológicas, científicas e comerciais;
- obter dados e subsídios para a caracterização técnica e científica dos carvões brasileiros e sua respectiva classificação.

Em 1976, foi concluída a elaboração de uma proposta de projeto que atualmente se encontra junto ao Ministério das Minas e Energia, aguardando a aprovação e liberação de recursos financeiros para passar à fase de sua execução, prevista para 1977.

O projeto está orçado em Cr\$ 8.000.000,00, com duração prevista de 15 meses;

- Ciclo de Palestras sobre o Carvão

Após alguns meses de intensa preparação, foi realizado, de 21 a 26 de novembro de 1976, o Ciclo de Palestras sobre Carvão Mineral, com o patrocínio do Ministério das Minas e Energia, Conselho Nacional do Petróleo e Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, contando, ainda, com a colaboração do Grupo de Trabalho do Complexo Carboquímico.

Reunindo mais de 200 técnicos do setor e pessoas interessadas, o conclave atingiu plenamente o seu objetivo, que era o de "proporcionar aos interessados neste campo a oportunidade de conhecerem importantes aspectos da tecnologia, economia e política do carvão nacional, além de problemas relacionados com sua maior utilização no país."

- CIENTEC como Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Carvão.

Em fins de outubro, a CIENTEC recebeu diretamente do Ministro das Minas e Energia, Sr. Shigeaki Ueki, então em visita a esta Casa, a incumbência de colaborar decisivamente na execução de programas e projetos de pesquisas tecnológicas e de formação de pessoal relativos a carvão.

Em decorrência dos acertos ocorridos, foi firmado o Protocolo de Intenções com o Conselho Nacional do Petróleo e com a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), estabelecendo as bases para uma cooperação técnica e financeira entre as partes, visando à realização, entre outros, dos seguintes trabalhos:

- elaborar programas e projetos e executar pesquisa de desenvolvimento na área de aproveitamento de carvão brasileiro, tendo em vista o seu mais amplo aproveitamento como fonte de energia de origem nacional;
 - prestar assistência técnica a entidades governamentais e privadas, quer na forma de ensaios e análises, quer na de consultoria;
 - formar e aperfeiçoar recursos humanos em todos os níveis;
 - complementar a infra-estrutura de recursos materiais e humanos da CIENTEC, para atuar como Centro de Pesquisa Tecnológica do Carvão, a nível nacional;
 - assessorar diretamente o CNP e a CAEEB em assuntos de tecnologia do carvão.
- Programa agroindústria

Projeto de Industrialização da soja e derivados

O referido projeto visa a desenvolver tecnologia nacional na elaboração de insumos de soja para industrialização de produtos finais de alimentação, utilizando equipamentos produzidos no país e adequando os processos de produção à disponibilidade e custos dos fatores regionais de produção.

Como resultado, visa-se a:

- ampliar o mercado interno da soja;
- minimizar a tendência à instabilidade da economia gaúcha;
- aparelhar tecnologicamente o setor industrial;
- oferecer alternativas de investimentos nos setores industriais de alimentos.

O valor do projeto é de Cr\$ 4.800.000,00

Aprovado pela FINEP seu pedido de financiamento, teve o seguinte desenvolvimento, obtenção e execução do sistema:

- seleção e aquisição de equipamentos;
- construção de pavilhão metálico, para a planta-piloto;
- instalação de redes hidro-elétricas e vapor;
- ensaios prévios em Belo Horizonte;
- partida da operação da planta-piloto, em fins de novembro.

Para a execução da primeira etapa, este projeto contou com o financiamento de Cr\$ 2.228.000.000,00 pela FINEP, em 1976.

- Diagnóstico do Setor Industrial – Conservas Vegetais

Este diagnóstico, concluído em 1976, é um estudo técnico-econômico visando à modernização e expansão das indústrias de conservas vegetais. Divide-se em sete capítulos importantes: dados gerais, matéria-prima, produção, processamento, mão-de-obra, comercialização e indicadores econômico-financeiros.

O custo deste estudo foi de Cr\$ 1.100.000,00, tendo sido integralmente financiado pela CIENTEC.

- Controle de Qualidade de Conservas Vegetais

Concluído em novembro, este estudo avaliou a qualidade dos produtos da conserva mediante a realização de análises de laboratório e análise sensorial. Os objetivos foram múltiplos: fornecer subsídios às Normas e Padrões Brasileiros para alimentos industrializados, permitir a execução de assistência técnica, dar condições às indústrias de conservas vegetais do Estado do Rio Grande do Sul de ampliarem suas exportações.

O custo deste estudo foi de Cr\$ 1.100.000,00, tendo sido integralmente financiado pela FINEP.

- Avaliação da Qualidade de Solados de Borracha, Sola dos Compactos (1ª Fase)

Em 1976, foi elaborada uma proposta de projeto no valor de Cr\$ 346.000,00 a qual foi encaminhada à Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério de Indústria e Comércio, objetivando a obtenção de recursos financeiros para o desenvolvimento do projeto em pauta.

Além de estabelecer parâmetros para avaliar a qualidade dos solados de borracha, pretende-se estabelecer uma linguagem comum quanto ao controle de qualidade dos referidos materiais, com o que se objetiva melhorar a imagem do produto brasileiro, oferecido, então, com certa garantia de qualidade, nos mercados externos e internos.

Ainda em 1976, a STI/MIC manifestou-se favorável à solicitação, aprovando o projeto e liberando a primeira parcela da verba solicitada, no valor Cr\$ 208.300,00.

– Programa de análise Custo-benefício

No início de 1976, os Departamentos de Engenharia Química e de Economia Industrial participaram de comissão, nomeada pelo Secretário de Indústria e Comércio, para análise de pedido de incentivo, por parte da Siderúrgica Rio-grandense S/A, para o seu projeto de Expansão Industrial. Do trabalho da Comissão, além do relatório específico ao Secretário da Indústria e Comércio, entregue em novembro de 1976, resultou a identificação da oportunidade de estruturar um Programa de Estudos e Pesquisas na área de Análise de Custos e Benefícios, em convênio com a Fundação de Comércio Exterior do Brasil.

– Programa de Assistência às Indústrias

Através deste programa, a CIENTEC prestou assistência técnica aos diversos setores da Economia Gaúcha e de outros Estados.

Foram atendidos mais de três mil clientes, tanto da esfera pública, como da esfera privada.

A assistência técnica a esses organismos deu-se por meio de análises, testes e ensaios de laboratório, vistorias, controles de recepção e de qualidade de materiais, controle de desempenho de obras, máquinas e equipamentos e de "draw-backs".

– Programa de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos

Dentro do Programa de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, a CIENTEC enviou para pós-graduação (Nível de Mestrado) 6 (seis) técnicos, 2 (dois) para a Universidade de Campinas – São Paulo, na área de Agroindústria e 4 (quatro) para Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE – na área de Engenharia Química – Tecnologia em Carvão.

Os recursos deste Programa são parcialmente financiados pela FINEP, através de Convênio firmado no valor de Cr\$ 1.400.000,00.

Ainda no decorrer do exercício, a CIENTEC proveu, em conjunto com a AINPERG, Associação das Indústrias de Ponta do Complexo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul, o 1º Simpósio sobre Polímeros.

– Outras Atividades e Eventos

Principais Contratos e Convênios Firmados:

No exercício de 1976, foram celebrados diversos contratos, convênios e outros documentos atinentes às atividades-fim da entidade, dentre os quais destacam-se os seguintes:

- convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), assegurando ao quadro de técnicos da CIENTEC a freqüência aos cursos de mestrado e doutorado promovidos por aquela Universidade, com vistas à formação de pessoal altamente especializado;
 - convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), objetivando a colaboração recíproca nos setores de ensino e pesquisa, com o aproveitamento, simultâneo, dos quadros de pessoal docente da UFRGS e técnico da CIENTEC, bem como das dependências e instalações de ambas;
 - protocolo de Intenções com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A. (BADESUL), tendo por objetivo proporcionar os meios e fomentar a melhoria dos produtos em nosso Estado, através de um Programa de Controle de qualidade, além de incrementar o surgimento de novos produtos com o programa de Inovações Tecnológicas;
 - contrato para prestação de serviços de consultoria com a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPO'T), objetivando a realização de serviços de investigação geológico-geotécnica necessários à redimentação de obras-de-arte especiais, constantes de traçado da linha férrea para a ligação do subúrbio da Região Metropolitana ao centro de Porto Alegre;
- convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com vistas à aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), objetivando o desenvolvimento de pesquisas para industrialização da soja e derivados;
- convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), tendo em vista a necessidade de regular a aplicação de recursos do FNDCT em projetos da CIENTEC, objetivando a capacitação de recursos humanos;

- contrato com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através de sua coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia, assegurando a técnicos da CIENTEC a freqüência aos cursos de pós-graduação mestrado e doutorado, promovidos pela COPPE/UFRJ, objetivando a formação de pessoal especializado;
- termo de compromisso de colaboração científica e tecnológica com a Associação das Indústrias de Ponta do Complexo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul (AINPERGS), para organização de palestras, conferências, cursos e trabalhos científicos, visando à atualização tecnológica, mercadológica e gerencial dos dirigentes das empresas de transformação de polímeros que utilizem, ou venham a utilizar, insumos que serão futuramente produzidos no Complexo Petroquímico do Sul;
- acordo celebrado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Educação e Cultura e com a interveniência da Secretaria da Indústria e Comércio, objetivando a colaboração recíproca e o intercâmbio educacional, bem como o incremento do ensino técnico estadual e a integração escola/empresa;
- contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), objetivando o financiamento em favor da CIENTEC, para custear despesas referentes à realização do projeto relativo à implantação pela CIENTEC de um Centro de Informações sobre o carvão;
- termo Aditivo de prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados com a Diretoria Estadual do Ministério de Agricultura (DEMA), para proceder a análises fiscais e perícias das amostras dos produtos destinados à alimentação animal;
- termo aditivo de prorrogação do Contrato de prestação de Serviços Técnicos Especializados com a Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura (DEMA), para proceder à análise química de fertilizantes e corretivos das amostras encaminhadas pela DEMA;
- termo Aditivo de Rerratificação com o Ministério da Indústria e do Comércio concernente ao Projeto de Assessoramento Técnico e Administrativo à Secretaria de Tecnologia Industrial.

Procurando manter-se fiel aos princípios gerais de sua criação, a FAPERGS dirigiu sua ação no sentido de orientar e auxiliar, dentro de suas possibilidades, o desenvolvimento da pesquisa no Estado.

Sua múltipla e variada ação se faz sentir nos mais diversos setores da Economia, através de Bolsas e Auxílios que concede.

Os resultados colhidos repercutem no aprimoramento do pesquisador gaúcho e na execução de importantes projetos de investigação para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Em 1976, as áreas que mais apoio receberam da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul foram as de agronomia e pecuária. Nestes campos, buscou-se através de auxílios a projetos de pesquisa, uma melhora qualitativa e quantitativa da produção Estadual, procurando-se também preservar os recursos naturais.

Foram desenvolvidas pesquisas nas áreas de fitotécnica, fitossanidade, citologia agrícola, nutrição vegetal, tecnologia de grão e sementes, nutrição e aperfeiçoamento de animais. Além disso, foram apoiados inúmeros projetos de pesquisa relativos ao combate e controle de doenças e pragas de lavoura e pecuária.

A FAPERGS firmou também convênios com diversos órgãos como: o GEDIP, CRA e com a Secretaria de Agricultura.

Atendeu, no período em questão, a 98 pedidos de auxílios, para os quais foi empenhada a importância de Cr\$ 2.855.210,49.

No atendimento dos mesmos, verificou-se setorialmente um maior percentual nas áreas de Biologia (31,80%) e Agronomia (20,55%), cujo montante atingiu a cifra de Cr\$ 1.473.250,42. Vêm a seguir as áreas de Geologia, Medicina, Veterinária, Zootécnica, Humanística, Sociologia e outros.

No que concerne à fonte de financiamentos dos benefícios concedidos, tem-se que 49,37% dos projetos foram subvencionados com recursos federais (Cr\$ 1.409.486,94); 41,43% com subsídios Estaduais e 9,2% (Cr\$ 262.746,30) com recursos de particulares.

Foram beneficiadas 33 pessoas com auxílios para comparecimento a congressos, siminários e simpósios, às quais foi oportunizado o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Foram atendidos, ainda, 131 pedidos de Bolsas de Estudo num montante de Cr\$ 2.223.784,00.

O quadro abaixo quantifica, resumidamente, as atividades do programa.

Departamento ou Núcleo	Total de Laudos Emitidos	Rela- tório	Parecer	Certi- ficado	Trabalhos Realizados	
					Quanti- dade	Espécie
Departamento de Química	2.436	36	7	2.293	15.952	Determinações químicas, draw-back controle de qualidade
Departamento de Tecnologia	211	64	13	134	4.251	Determinações químicas, draw-back, controle de qualidade
Departamento de Metalurgia e Eletromecânica	606	14	4	588	2.819	Testes, ensaios, vistorias, análi- ses, draw-backs
Núcleo de Estru- turas	48	41	7	-	48	Vistorias, provas de carga, con- troles, barragens
Núcleo de Geo- técnica - Sondagem	57	15	-	42	*	Perfurações em rocha, cascalho e solo
Núcleo de Geo- técnica - Solos	176	20	-	156	1.597	Ensaios
Núcleo de Técni- cas Construtivas e Arquitetura	13	13	-	-	13	Atividades de controle de recepção

Departamento ou Núcleo	Total de Laudos Emitidos	Rela- tório	Pare- cer	Certi- ficado	Trabalhos Realizados	
					Quanti- dade	Espécie
Núcleo de Materiais de Construção	2.505	150	10	3.345	11.281	Ensaio, controle de quantidade e recepção de materiais
T O T A L	6.052	353	41	5.658	35.961	

* Perfazendo um total de 7.635m de perfuração

4.2. – JUSTIÇA E SEGURANÇA

4.2.1. – Justiça

A Secretaria da Justiça, de acordo com suas atribuições, procurou, durante o exercício de 1976, dar continuidade à programação estabelecida para os diversos órgãos que lhe estão afetos, dinamizando o setor de Relações Consulares buscando a modernização do Sistema de Guarda de Documentos, o aperfeiçoamento e a aceleração das funções afetas à Junta Comercial, o apoio à infra-estrutura do Poder Judiciário no que diz respeito à construção de Foros do Estado e, finalmente, o complexo Sistema Penitenciário do Estado. Este último exige, por parte das autoridades competentes, tomada de decisões que, muitas vezes, envolve não só recursos financeiros, mas também técnicas aplicadas ao que hoje se denomina população carcerária.

É preocupação do Governo a orientação da defesa social pela ressocialização do delinqüente, bem como uma nítida separação entre a autoridade que previne e proíbe a criminalidade, a que decreta a pena e a que a executa.

Propôs o Governo na "Estratégia de Ação Governamental" institucionalizar programas que visem a:

- prosseguir a execução do plano de reaparelhamento e melhoria dos presídios; neste sentido, está canalizando reservas na medida de suas disponibilidades;
- implantar definitivamente o quadro de pessoal dos serviços penitenciários, o que está sendo efetivado através das medidas já aprovadas pelo Egrégio Poder Legislativo;
- dinamizar o treinamento e formação do pessoal de segurança e atendimento do sentenciado, o que vem sendo uma das prioridades do setor;
- instituir um serviço assistencial de reintegração do reeducando na sociedade, o que está na pauta de novas prioridades.

Considerando os órgãos afetos à Secretaria da Justiça em 1976, no que diz respeito aos setores e atribuições que lhe são conferidas, tem-se o seguinte quadro:

Apoio à Infra-Estrutura do Poder Judiciário.

Foram concluídos e entregues os Foros dos seguintes municípios:

Rosário do Sul;
Vacaria;
Júlio de Castilhos.

Secretaria da Coordenação
de Planejamento - RS
BIBLIOTECA

Houve ampliações, aquisições e melhoramentos nos seguintes prédios:

Foro de Cachoeira do Sul;
 Foro de Júlio de Castilhos;
 Foro de Santa Maria;
 Foro de Rio Grande;
 aumento do prédio integrado de D. Pedrito (Foro-Polícia e Exatoria Estadual);
 aquisição do prédio onde funciona o Foro de Herval do Sul;
 permuta de terreno por área construída com a Caixa Econômica Estadual, em Viamão, em regime de mandato, por 15 anos.

E, finalmente, houve estudo para modulação dos prédios dos Foros do Rio Grande do Sul, dentro das condições sócio-econômicas do Estado.

Relacionamento com o Corpo Consular

Dentro do programa de promoção das Relações Consulares foram recebidos, no exercício de 1976, os Embaixadores da Austrália, China, Egito, Estados Unidos da América do Norte, Finlândia, Guatemala, Grã-Bretanha, Israel, Japão, República Federal da Alemanha, Suécia e Uruguai. Foram, ainda, recebidos diversos Cônsules e Ministros.

Junta Comercial do Rio Grande do Sul

Este órgão, responsável pelo registro público das atividades econômicas, apresentou, em 1976, a seguinte movimentação:

- registro de capitais relativos a sociedades econômicas, num montante de Cr\$ 341.495.000,00, o que equivale a 39,65% de acréscimo em relação ao ano anterior. Com respeito às Sociedades Limitadas, houve um acréscimo de Cr\$ 341.175.000,00, traduzindo 39,28% de acréscimo em relação a 1975. E, no que tange a Firmas Individuais, Cr\$ 50.434.000,00 de acréscimo em relação ao ano anterior, ou 23,68%.

Arquivo Público

Através do programa Guarda de Documentos, o Arquivo Público vem dinamizando suas atividades, procurando implantar modernos e eficientes sistemas de consulta, registro e informações que fazem parte do arquivo histórico do órgão.

Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)

Este órgão, diretamente subordinado ao Secretário da Justiça, relativamente autônomo, tem por finalidade o planejamento e a execução da política penitenciária do Estado.

Compete à SUSEPE, juntamente com o Conselho Penitenciário do Estado, promover a execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança detentivas, bem como a classificação e orientação quanto ao tratamento penitenciário adequado da internação de detentos em estabelecimentos apropriados.

Compete, ainda, ao órgão, promover a ressocialização dos reeducandos através da identificação de sua capacitação profissional, prestar assistência à saúde e colaborar na assistência legal do reeducando.

O atendimento às famílias dos sentenciados é outra grande preocupação dentro da política penitenciária de reintegração dos egressos no seio da família e da sociedade.

Indo ao encontro das diretrizes estabelecidas na Estratégia de Ação do Governo, que prevê a orientação da defesa social pela ressocialização do delinqüente, a SUSEPE, durante todo o período de 1976, procurou continuar com a execução do plano de reaparelhamento e melhoria dos presídios do Estado. Buscou implantar o quadro de pessoal dos serviços penitenciários, empreender maiores esforços no sentido de treinamento e formação de pessoal de segurança e de atendimento ao sentenciado, e, também, ampliar a atividade educacional do presidiário, além de instituir um serviço assistencial de reintegração do reeducando na sociedade.

Através de sua Unidade de Serviços Especiais, a SUSEPE realizou o ante-projeto do Quadro de Carreira dos Funcionários Penitenciários do Estado. Além disso foi realizado, com a Escola de Serviço Penitenciário, o I Seminário de Integração Penitenciária.

Foram feitos estudos sobre o ensino religioso, custo de preso, relações detento/estabelecimento, mobiliário/presídios, estudos estes que se encontram em fase de conclusão.

Nesta mesma unidade está sendo elaborado um projeto de construção e restauração de presídios, sendo 3 regionais, 4 municipais, além da Penitenciária do Jacuí e do Instituto Psiquiátrico Forense, que se acham em fase de restauração e reforma, respectivamente. Foram realizadas ainda, diversas obras no Presídio Central, e a fiscalização e ajustamento do projeto de construção da Penitenciária Federal.

Buscando, ainda, a realização da filosofia do Governo neste setor, a Unidade de Atendimento Educacional e Social da SUSEPE proporcionou a oportunidade de participação de 228 apenados em cursos de alfabetização e de 249 em Educação Integrada; nos exames de 1º Grau participaram 16, e 7 no 2º Grau. Na realização de concurso, dos 333 inscritos, alcançaram aprovação 181 presos.

No sentido de preparar mão-de-obra qualificada, foram realizados cursos profissionais. O número de reeducandos foi de 518, o de seus familiares 18, e funcionários 36.

Foram promovidas, também, nesta unidade, atividades culturais, esportivas e recreativas.

A escola de serviço penitenciário, visando à promoção de recursos humanos para a execução das funções da Superintendência, promoveu a realização dos X, XI e XII Cursos de Formação de Agentes de Segurança Penitenciária e o IV Curso de Formação de Monitores Penitenciários.

Ministério Público.

O Ministério Público, através da Procuradoria Geral da Justiça, procurou, durante todo o período de 1976, dinamizar suas atividades, com a finalidade de alcançar os objetivos finais para os quais foi criado, ou seja: defender em juízo os interesses dos ausentes da família, dos incapazes e de quantos a lei determinar. Para isso, foram criados, através da Lei nº 6.969 de 31 de dezembro de 1975, no Quadro do Ministério Público, cargos de Promotores Públicos em diversas comarcas que se ressentiam da falta desses elementos, indispensáveis ao andamento normal das atividades que lhe são atinentes.

Face à nomeação de novos promotores, e dando cumprimento ao disposto no artº 3º do Decreto nº 22.391 de 27 de março de 1973, foram ministrados, em janeiro e setembro, dois cursos de orientação ao estágio probatório.

Durante este período foi realizado, em Passo Fundo, o I Encontro Regional de Promotores Públicos para debater temas de interesse da Instituição.

Em virtude de haver inúmeros cargos vagos no Quadro próprio da Procuradoria Geral da Justiça, face à necessidade de pessoal para a realização do trabalho administrativo, crescente dia a dia, foram realizados concursos públicos para prover os cargos necessários ao suporte administrativo do órgão.

4.2.2. – Segurança

Tendo em vista a legislação que estrutura a Secretaria da Segurança Pública, especialmente os Decretos nº 19.676, de 30 de maio de 1969 e 20.677, de 19 de novembro de 1970, podem ser identificados, na composição geral da Secretaria, três blocos organizacionais, perfeitamente distintos e que coordenam a atuação do setor em geral:

Administração Superior;
Polícia Civil
Brigada Militar.

A segurança interna, as garantias individuais, a ordem pública são funções indelegáveis do Estado, que deve estar preparado para bem cumprí-las.

No programa de "Estratégia Governamental 1975/1978", propôs o Governo:

- assegurar à população gaúcha a paz e a tranquilidade necessárias ao bom desempenho de suas atividades e ao progresso do Estado, dando continuidade permanente aos programas de reorganização e reequipamento das forças policiais civil e militar;
- estimular cursos de aperfeiçoamento do pessoal civil e militar vinculado à Segurança.

A Administração Superior vem desenvolvendo atividades no sentido de coordenar e assessorar os dois órgãos executivos de atividades-fim da Segurança Pública: Polícia Civil e Brigada Militar, empenhando-se em suas múltiplas tarefas ligadas ao processo decisório e nas operações de apoio logístico.

Dentre as realizações levadas a termo em 1976, destacam-se as que seguem:

- criação de diversos órgãos policiais no interior do Estado, tais como dezessete (17) circunscrições regionais de trânsito, dezesseis (16) postos centralizados de identificação, uma (1) delegacia de polícia;
- desenvolvimento do novo sistema de telecomunicações, incluindo do início do recebimento dos novos equipamentos colegiados à ampliação e modernização do projeto global.

A polícia Civil tem por função a vigilância de áreas sensíveis, no sentido de prevenir o crime, o que lhe exige grande mobilidade para atender às diversas ocorrências. Incumbe-se, ainda, da investigação e formalização do Inquérito Policial relativo a ilícitos penais. Para o cumprimento de tais funções, conta aproximadamente com um efetivo de 3.900 homens.

Uma das suas maiores necessidades vem sendo a reposição permanente dos veículos obsoletos e, também, a ampliação da frota hoje existente, a fim de atender às solicitações de serviços policiais, as quais vêm crescendo consideravelmente. Confrontando a necessidade de acréscimo da frota, com o custo do combustível, depara-se com um custo elevado, ao qual o Poder Público tem que fazer frente, e computar nos custos operacionais prioritários.

Dentre as realizações da Polícia Civil, destacam-se a emissão de 113.292 Carteiras Nacionais de Habilitação, número que corresponde a 2,77% da população estimada para 1976, no Rio Grande do Sul, na faixa etária superior a 18 anos. Além das emissões novas, foram expedidas 11.118 carteiras em 2ª via.

Ainda com respeito à Polícia Civil, observe-se que seu efetivo atende a todos os 232 municípios do Estado, através de 320 órgãos policiais operacionais, buscando dar cumprimento às atribuições que lhe são conferidas.

No que diz respeito ao policiamento Militar exercido pela Brigada Militar, vêm-se concentrando esforços no sentido de dar maior operacionalidade à corporação, a fim de que atenda às atribuições que lhe estão afetas tais como: atendimento a acidentes, policiamento a pé e policiamento de trânsito. Enfim, ressalvadas as missões específicas das Forças Armadas, todo o policiamento ostensivo fardado no interior do Estado é exercido pela Brigada Militar, que procura garantir a manutenção da ordem e segurança interna do Estado.

Todas estas atribuições vêm sendo executadas através da estrutura hoje existente, a qual compreende 14 Batalhões de Polícia Militar, 6 Regimentos, 5 Grupamentos de Incêndio, 1 Grupo de Busca e Salvamento, 8 Centros de Serviço e Suprimento, 4 Diretorias (Finanças, Saúde, Apoio Logístico e Pessoal), 2 Hospitais, 2 Laboratórios, 1 Academia Militar, 2 Escolas e 2 Companhias de Polícia Militar.

Dessa forma, o policiamento militar, hoje com um efetivo de 17.000 homens aproximadamente, deverá atender à população do Estado, estimada em 7.582.358 (1976), estabelecendo uma relação de aproximadamente 1 policial para 446 habitantes.

O ano de 1976, como já ocorrera em 1975, apresentou uma incidência criminal acentuada, especialmente no que tange à violência à pessoa.

São fatores que se sucedem, não só em nosso Estado, e determinam um generalizado debate, principalmente protestos expressos nos meios de comunicação, além de preocupações constantes por parte de sociólogos e especialistas no setor.

O desenvolvimento tecnológico, o crescimento populacional, a fuga do homem do campo para os aglomerados urbanos, congestionam as cidades, mal preparadas para receber uma carga populacional, gerando uma marginalização de significativa parcela da população.

Contudo, a Secretaria de Segurança Pública, mobilizando todos os recursos humanos e materiais de que dispõe, está permanentemente desenvolvendo combate à criminalidade, área específica de sua competência.